

Ana Maria Martins Amaro

Valores de *mas* em textos de opinião

**FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO**

2010

Ana Maria Martins Amaro

Valores de *mas* em textos de opinião

Dissertação de Mestrado em Linguística
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto
sob orientação da Professora Maria de Fátima Henriques da Silva

2010

AGRADECIMENTOS

À Professora Maria de Fátima Henriques da Silva.

Pela motivação e pela orientação atenta e rigorosa, sem as quais este trabalho não teria sido possível.

ÍNDICE

0. INTRODUÇÃO	5
1. DISCURSO E DEMOCRACIA: O TEXTO ARGUMENTATIVO ENQUANTO PRODUÇÃO SOCIAL	
1.1. “O espaço do argumentável”	11
1.2. O espaço da argumentação	16
2. ARGUMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO TEXTUAL E DISCURSIVA: A SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA NO ÂMBITO DA LINGÜÍSTICA TEXTUAL E DO ISD (DE ADAM A BRONCKART)	
2.1. Retórica e teoria da argumentação: dos sofistas ao século XX	22
2.2. Argumentação e estruturação textual e discursiva: o conceito de <i>sequência</i>	26
2.3. Algumas propriedades definitórias do conceito de <i>gênero</i>	30
2.4. Do <i>gênero</i> ao <i>tipo de discurso</i>	33
2.5. O conceito de <i>texto</i>	35
2.6. A vocação dialógica do discurso	36
3. TEXTOS DE OPINIÃO NA IMPRENSA ESCRITA PORTUGUESA	
3.1. Selecção e delimitação do <i>corpus</i>	38
3.2. Imagens emergentes do <i>corpus</i>	40
3.3. Locutor(es) e Alocutário(s): a “conversacionalização” do discurso	44
3.4. A fusão discurso teórico e discurso interactivo	52
3.5. Presenças e ausências no espaço público	58
4. VALORES DE MAS EM TEXTOS DE OPINIÃO	
4.1. Pressupostos teóricos	61
4.2. <i>Mas</i> : de conector a organizador textual	63
4.3. Algumas abordagens de <i>mas</i> no âmbito dos estudos linguísticos	64
4.3.1. A distinção <i>mas PA/mas SN</i>	65
4.3.2. A conexão no quadro do ISD	68
4.4. Valores de <i>mas</i> encontrados no corpus	70
4.4.1. Metodologia de análise do corpus	70
4.4.1.1. Análise quantitativa	71
4.4.1.2. Análise qualitativa	72
4.4.2. <i>Mas</i> enquanto introdutor de contra-argumento	72
4.4.3. <i>Mas</i> fático ou de segmentação discursiva	78
4.4.4. O conector correlativo <i>não só/apenas... mas (também)</i>	83
4.4.5. <i>Mas</i> refutativo/não X, <i>mas SN Y</i>	86
4.5. Discussão de resultados	87
5. CONCLUSÕES	89
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
7. ANEXOS	98

0. INTRODUÇÃO

A garantia de participação dos cidadãos (habitualmente abrangidos por designações como *sociedade civil* ou *opinião pública*) na definição de critérios de organização e funcionamento social – nomeadamente através da discussão pública de temas, mais ou menos fracturantes, que assumem importância em cada momento histórico – e a tentativa sistemática de criação de consensos estão entre as formas privilegiadas pelas sociedades democráticas para fundamentar a sua legitimidade e promover o nexos social.

Estes são procedimentos facilmente reconhecíveis no momento presente. De facto, encontramos-nos na etapa actual de um percurso epistemológico iniciado na década de 40 – aquando da emergência de um novo conceito de sociedade “cujo princípio de funcionamento é, justamente, não o antagonismo ou o conflito, mas a comunicação e o consenso racional” (Breton, 1992: 54) –, percurso esse que mais não faz do que reactualizar a herança grega da invenção da democracia¹.

Segundo Breton (2002: 42), existe na cultura ocidental “um fantasma da palavra democrática”:

A invenção da democracia [ir]ia marcar profundamente a ulterior evolução da civilização. Tudo se passou na continuação da história como se as forças do convencer tivessem sido libertadas e como se nenhum regime político, mesmo o mais ferozmente antidemocrático, pudesse deixar de se lhes referir e de trazê-las ao palco de um ou outro modo. Depois desta invenção grega, o Ocidente passou por numerosos retrocessos no tocante a democracia, mas o fantasma da palavra nunca deixou de frequentar os corredores das piores ditaduras.

Actualmente, são múltiplos os contextos discursivos potenciais para o exercício da palavra que veicula tomadas de posição, sendo incontornável a centralidade dos órgãos de comunicação social, desde a internet às emissões televisiva e radiofónica, passando pela imprensa escrita, sem esquecer obviamente a actividade fervilhante, tendencialmente de carácter individual, da blogosfera e dos utilizadores dos *self media*. Na senda de Bakhtine (1992, 279 *apud* Caldes, 2008: 53) consideramos que estas são

¹ Ainda de acordo com Breton (2002: 38-39): “A democracia – tal como nasce, na cidade ateniense, enquanto ruptura essencial de civilização – é verdadeiramente o «regime do convencer». A Grécia antiga, e depois Roma, legaram-nos instituições – políticas e judiciárias, em especial - que são a marca da democracia. Mas essas instituições tiveram de adaptar-se ao longo dos séculos. O lugar central conferido à palavra para convencer é o elemento mais permanente, mais fundamental, da ruptura democrática. Os grandes valores que ordenam a nova representação do mundo forjada pelos Gregos aplicam-se directamente à palavra e, de certo modo, só por meio da palavra são concretamente aplicados.”

‘esfera(s) da actividade humana’, no âmbito das quais emergem actividades comunicativas que se concretizam linguisticamente sob a forma de textos empíricos, orais ou escritos.

Centrando-nos nos órgãos de comunicação social, e especificamente nos textos de opinião que constituem o nosso *corpus* de análise, verificamos que, embora a enunciação da tomada de posição tenha lugar enquanto acto – e, eventualmente, num espaço – privado, o enunciado daí resultante circula e dá-se a conhecer num espaço aberto à participação, o *espaço público* – entendido neste trabalho nos termos de Habermas: "o conjunto das pessoas privadas fazendo uso público da razão." (Cunha, 1998: 4) –, um conceito que atesta a “importância da comunicação, ao mesmo tempo nas relações entre as pessoas e na vida social em geral” (Breton, 1992: 144-145). e o valor utópico que o paradigma comunicativo assumiu a partir de meados de século XX.²

Neste *espaço público* cruzam-se diversas formações discursivas³, cada uma procurando alargar a sua área de exercício de influência, para as quais contribuem as vozes individuais oriundas dos mais diversos quadrantes políticos, culturais, económicos, etc., cujas produções discursivas, servindo propósitos comunicativos específicos, se configuram como acções comunicativas.

No presente trabalho, inserimo-nos no quadro teórico do Interaccionismo Sócio-Discursivo (doravante ISD), considerando que as actividades sociais determinam as actividades comunicativas, constituindo-se como ponto de partida para a produção dos textos empíricos concretos⁴. Adoptamos uma visão accional⁵ da linguagem, partindo do pressuposto de que esta tem uma vocação discursiva e dialógica e de que a argumentatividade é constitutiva da praxis discursiva: o uso concreto da palavra –

² Já no âmbito do pensamento iluminista, nomeadamente nas propostas de Kant, podemos encontrar a “intuição” da importância da dimensão comunicacional, “embora o *topos* propriamente dito só tenha fixado o seu significado político mais tarde (...)”. (cf. Esteves, 2010).

³ Entendemos o conceito de *formação discursiva* no quadro teórico da Análise do Discurso, enquanto “posicionamento”, uma identidade enunciativa forte, mais exactamente um lugar específico de produção discursiva. (Charaudeau & Maingueneau, 2002: 269- 272).

⁴ Miranda (2008: 83): “O agente produtor do texto encontra-se sempre numa situação de acção de linguagem – enquanto instância particular de uma actividade de linguagem. Esta situação opera na produção textual mediante representações (mentais) que o agente constrói em relação aos parâmetros do contexto material ou físico (emissor e eventuais co-emissores, receptor, espaço e tempo da produção e recepção do texto), relativamente aos parâmetros do contexto sócio-subjectivo (o lugar social da produção, o papel social do produtor, o papel social do receptor e os objectivos e, também, no que diz respeito aos conhecimentos disponíveis relativos ao conteúdo temático veiculado no texto.)”

⁵ De acordo com Wittgenstein (1987), a produção discursiva é um tipo de acção que transcende o mero aspecto comunicativo ou informacional. Assim, a língua é mais do que um sistema de comunicação ou um simples sistema simbólico para expressar ideias: é uma forma de vida e uma forma de acção.

enquanto “prática de linguagem situada”⁶ – na medida em que visa sempre causar impacto num auditório – sejam quais forem as características que este apresente –, é um exercício de influência e, logo, indissociável da questão da eficácia⁷.

Assim, e reportando-nos neste trabalho aos géneros persuasivos⁸, concretizados empiricamente nos textos de opinião por nós analisados, consideramos que a dimensão pragmática do enunciado condiciona decisivamente a configuração textual global, seja levando-o a adquirir apenas uma *dimensão argumentativa* seja visando um *objectivo argumentativo* claro, que mobiliza estratégias próprias e concertadas⁹. O grau do seu impacto é necessariamente variável, por vezes dificilmente mensurável no curto ou mesmo médio prazos, podendo ir do mero questionar de pontos de vista até à adopção plena, por parte do interlocutor da tese apresentada pelo locutor, passando pela modificação parcelar de modos de pensar ou sentir.¹⁰

Neste contexto, surge a questão: se *argumentar* consiste em tentar agir, através do discurso, sobre um auditório, orientando modos de ver e pensar, que estratégias visam garantir a eficácia desse discurso, que meios linguísticos concretizam o seu poder persuasivo, que traços linguísticos o evidenciam?¹¹

⁶ No âmbito do ISD, as “práticas de linguagem situadas”, ou seja, (...) realizações concretas das práticas de linguagem” são um dos objectos de análise centrais. (Cf. Miranda, 2008: 83)

⁷ Maingueneau (2002a: 66): “Todo o género de discurso visa a um certo tipo de modificação da situação da qual participa. Essa finalidade se define ao se responder à questão implícita: ‘Estamos aqui para dizer ou fazer o quê?’” Para Schiffrin (1990: 12), “(...) language is used by its speakers for a tremendous amount of social work.(...) And just as this tremendous amount of social work is both locally oriented and organized within an interaction, it is also more globally oriented and organized within cultural world views and sets of moral assumptions about being and acting.”

⁸ Usamos o conceito na linha de Pinto (2006: 20) Os géneros persuasivos caracterizam-se “[...] por apresentar uma finalidade persuasiva acentuada, buscando fazer com que determinado indivíduo [...] adira a uma ideia, [visando] uma adesão de um Outro a determinado aspecto.”

⁹ Para a distinção entre “dimension argumentative” e “visée argumentative” veja-se Amossy (2006: 32-34). A retórica clássica reconhecia apenas discursos com um objectivo persuasivo, incluindo aí todas as práticas que se organizavam para essa finalidade através de um discurso integrado num confronto de pontos de vista ou num conflito de opiniões. A autora opõe a esta concepção retórica uma outra posição, segundo a qual a argumentação atravessa a globalidade dos discursos. Neste contexto, e para evitar confusões, torna-se necessário distinguir entre a *finalidade argumentativa*, que caracteriza apenas alguns discursos – aqueles que tomam por tarefa agir directamente sobre o auditório – e *dimensão argumentativa*, característica de discursos que exercem influência no auditório sem que assumam isso como objectivo.

¹⁰ Para Plantin (1996: 18), “Toute parole est nécessairement argumentative. C’est un résultat concret de l’énoncé en situation. Tout énoncé vise à agir sur son destinataire, sur autrui, et à transformer son système de pensée. Tout énoncé oblige ou incite autrui à croire, à voir, à faire, autrement.”

¹¹ Embora seja necessariamente referido mais à frente, não caberá neste trabalho uma discussão aprofundada do conceito de *manipulação*, encarado genericamente como distinto de *argumentação*, a partir de um critério “sobretudo ético, dependendo do modo como uma determinada acção comunicacional, ao exercer influência pública, o faz no respeito ou desrespeito pelos legítimos interesses dos seus destinatários.” Frade (1991: 53). Ainda segundo este autor, que se refere a conclusões de Jut Jhally em *Social Communication in Advertising*, “[...] a publicidade, por exemplo, situar-se-ia dentro dos limites de uma prática comunicacional eticamente aceitável e deontologicamente consistente com os seus objectivos e funções desde que, no fundamental, não atentasse contra os interesses dos seus públicos

O presente trabalho baseia-se num *corpus* de textos de opinião da imprensa escrita portuguesa, encarados enquanto concretizações empíricas e linguísticas do género persuasivo. Parte do **modelo de arquitectura textual** proposto por Bronckart, no quadro teórico do ISD, e desenvolve-se no nível da **arquitectura interna dos textos** referente aos mecanismos de **textualização**, incidindo no processo de **conexão** e descrevendo especificamente o funcionamento do conector “mas”, nomeadamente o seu contributo para a construção da “força persuasiva do discurso” (Fonseca, 2001: 15), a partir dos contributos teóricos da Argumentação na Língua, da Análise do Discurso – incluindo a Argumentação no Discurso – e da Linguística Textual.

A investigação adopta uma abordagem descendente¹² e visa determinar eventuais parâmetros de *género* – entendido simultaneamente como prática de comunicação sócio-historicamente definida e como “um plano (dinâmico) de estruturação dos textos” (Miranda, 2004: 17), um dispositivo mediador entre a situação de comunicação específica e o texto efectivamente produzido – que se reportem à instanciação daquela unidade linguística e que sejam específicas dos tipos de discurso mobilizados pelo mundo discursivo accionado nos textos de opinião, materializado em produções escritas que se apresentam como sequências predominantemente argumentativas, pese embora a heterogeneidade composicional dos enunciados¹³. Perspectivados no quadro teórico do ISD, verifica-se que os textos de opinião do *corpus* analisado accionam a conjunção *Expor* no que respeita às coordenadas gerais dos mundos e que, relativamente à relação com o acto de produção, apresentam um tipo de ancoragem discursiva mista – autonomia/implicação –, de que resulta a fusão do discurso teórico com o discurso interactivo, sendo neste espaço discursivo de fusão que se verificam as ocorrências de *mas* analisadas.

Assim, entendendo a mobilização de determinados recursos linguísticos na concretização da composição textual como dependente dos parâmetros da situação de comunicação – do vínculo do texto às condições sócio-históricas da sua produção, nomeadamente tempo, espaço, participantes, objectivos, etc. –, do seu próprio conteúdo

[...]. Já a manipulação, falhando em ir ao encontro destes requisitos normativos, seria uma prática comunicacional a proscrever”. A mesma perspectiva normativa é partilhada por Breton (2002: 206): “São esses mecanismos [mecanismos de influências manipulatórias presentes nas mensagens] que devem ser objecto da nossa atenção e excluídos do espaço público para que todos tenhamos uma verdadeira liberdade de escolha.”

¹² Caldes (2008: 23): “(...) isto é, partindo do nível mais geral das actividades sociais para o nível específico e pontual dos textos (...)”. Miranda (2008: 82): “Ou seja, das actividades gerais e as actividades de linguagem para as acções de linguagem, das acções para os textos, dos textos para as unidades linguísticas.”

¹³ Relativamente à heterogeneidade composicional dos enunciados veja-se Adam (1992).

temático, e, no caso concreto do *corpus* em análise, partindo ainda do princípio de que a orientação argumentativa do texto condiciona a mobilização das suas unidades constitutivas de acordo com o género textual em que se filia, este trabalho descreve alguns valores semântico-pragmáticos assumidos pelo conector *mas* num *corpus* de textos de opinião publicados nos jornais *Público*, *Expresso* e *Diário de Notícias* e da revista *Visão*.

Os textos, de autoria diversa, foram publicados no período imediatamente anterior e posterior à eleição – bem como no momento correspondente à eleição propriamente dita, 4 de Novembro de 2008 – do 44º Presidente dos EUA, Barack Hussein Obama. Este assunto de política internacional concentrou uma insistente e militante atenção dos mais diversos quadrantes da sociedade portuguesa, tendo inclusivamente dado origem ao que poderá designar-se de “polarização” entre a direita e a esquerda jornalísticas e até a alguma interacção verbal polémica sob a forma escrita.

A descrição tem como objectivos centrais comprovar, de forma essencialmente empírica, a produtividade de *mas* em textos jornalísticos de opinião e, partindo do pressuposto de que este género apresenta uma argumentação própria – resgatável ao nível textual a partir dos recursos verbais seleccionados –, verificar se essa produtividade configura um parâmetro de género, ou seja, uma das “propriedades que condicionam a construção textual em todas as suas dimensões.” (Miranda, 2004: 18).

Além disso, pretende reflectir sobre a imagem de participação e representatividade que o espaço público tende a veicular: não estará esta assente em exclusões, sendo que, muitas vezes, o que pretende passar por realidade epistémica e axiológica não passa de uma construção discursiva provisória – sujeita a revisão frequente? Neste contexto, são particularmente esclarecedores os textos de elementos da Entidade Reguladora para Comunicação Social (cf. Anexos 2 e 3), nos quais se reflecte sobre a questão do acesso ao espaço público.¹⁴

Assim, e concretizando a abordagem descendente acima referida, apresentaremos na primeira parte do trabalho alguns dos conceitos das áreas das Ciências da Comunicação, Filosofia e História da Argumentação que nos permitem reflectir sobre o texto argumentativo enquanto produção comunicativa histórica e

¹⁴ Esta é uma situação na qual os órgãos de comunicação social têm certamente responsabilidade e que, ao limite, poderá aproximar-se perigosamente de um contexto de manipulação – para cujos perigos Breton nos alerta – em que poderão acobertar-se interesses que não serão, eventualmente, os que estão mais próximos do cidadão comum, que todos somos.

socialmente situada. De seguida, entraremos numa vertente de carácter linguístico-discursivo, no âmbito da qual explicitaremos alguns dos conceitos que nortearam o nosso trabalho, fundamentalmente contributos de quadros teóricos como o Interaccionismo Sócio-Discursivo, a Argumentação na Língua, a Análise do Discurso – incluindo a Argumentação no Discurso – e a Linguística Textual. Na terceira parte do trabalho, apresentaremos o *corpus*, explicitando as razões e o processo da sua construção, bem como a metodologia adoptada para a análise. Salientaremos aspectos gerais mais relevantes nele identificados, atendendo ao posterior levantamento e análise dos valores discursivos assumidos por *mas*. Na quarta e última parte do nosso trabalho, apresentaremos esses valores e tentaremos estabelecer uma relação produtiva entre eles e o contexto discursivo de fusão entre o discurso teórico e o discurso interactivo em que ocorrem.

1. DISCURSO E DEMOCRACIA: O TEXTO ARGUMENTATIVO ENQUANTO PRODUÇÃO SOCIAL

Todo o texto é um objecto social e historicamente situado, caracterizado pela complexidade, sujeito às condições espaciais e temporais da situação de comunicação em que ocorre. O objecto textual integra “uma conjuntura sócio-histórica em que se inscreve (o tempo e o espaço da sua produção), a qual está por sua vez embutida dos aspectos culturais, colectivamente estabilizados, que a acompanham.” (Calde, 2009: 69) É partindo deste pressuposto que iniciamos o nosso trabalho, referindo alguns aspectos relevantes do quadro epistemológico em que têm lugar as práticas sócio-comunicativas de que resultam os textos que integram o *corpus* analisado.

1.1. “O espaço do argumentável”

A crise política e a crise de valores que assolaram a sociedade ocidental – e culminaram no grande episódio de barbárie moderna de meados do século XX que foi o Holocausto – trouxeram consigo uma expansão daquilo que pode designar-se como “o espaço do argumentável” (Breton, 1992: 89). Este processo abriu portas à convicção de que tudo se tornara passível de discussão e garantiu a centralidade actualmente outorgada à argumentação e à negociação, que buscam consensos enquanto antídotos contra a desagregação social ou um potencial regresso ao conflito. Neste contexto verifica-se a revitalização da opinião pública¹⁵, enquanto “emanação (voz) do espaço público”, revestindo-se de uma função política ao tomar

(...) a forma de uma exigência de legitimidade dirigida ao Estado e ao poder político em geral, (...) instância de controlo político, responsável por garantir a racionalidade dos actos de dominação. (Esteves, 2010: 5)

E, dada a sua essência de mediadora entre o público e o privado, vertendo-se igualmente em

¹⁵ Ainda de acordo com Esteves (2010: 12-13) “O actual recrudescimento de interesse – social e teórico – pela Opinião Pública está directamente associado ao que podemos apelidar uma orientação contra-institucional de instâncias do Público que resistem à tentativa do seu próprio enclausuramento, através da fluidificação de processos no conjunto do tecido social, com o recurso à imensa rede de comunicações hoje disponível (Habermas, 1992, p. 462) e a um aprofundamento da própria Opinião Pública (a expansão praticamente ilimitada dos públicos e a apropriação de novos temas e assuntos mobilizadores) (Ferry, 1989: 21-22).”

controlo do poder e exigência de legitimidade, cuja fonte são os próprios indivíduos (as suas necessidades, expectativas e anseios, (...) a vontade do conjunto (...) nesse espaço social mais amplo que toma por designação esfera pública). (Esteves, 2010: 5)

De acordo com Aurélio (1991: 292-293), as tentativas de encontrar uma base de carácter universal – em que se escorem valores, normas e a própria fundamentação racional da lei – corporizam uma reactivação do pensamento iluminista, explicitamente prosseguida por filósofos como Karl Popper¹⁶ e Jürgen Habermas¹⁷.

Em Popper, a razão, polémica por essência, invalida a hipótese de recurso à violência como solução para o conflito, a determinação da norma ou da lei¹⁸. Por outras palavras, o facto de a própria razão não ser infalível obriga ao funcionamento democrático da sociedade, numa negociação permanente. Contudo, a sociedade aberta, legada pelos Gregos, não tem um carácter inelutável, sendo o seu futuro da responsabilidade dos cidadãos. Neste contexto, o racionalismo crítico é a única alternativa viável à violência e ao medo. No âmbito da sua defesa do racionalismo, Popper considera que a emergência da linguagem argumentativa possibilitou uma evolução cultural e não-violenta de ideias, teorias e argumentos:

“A aceitação da postura argumentativa e crítica renuncia à imposição e abre-se à dialéctica do ‘dar e receber’ de convencer e ser convencido. O racionalismo vê na racionalidade a única alternativa à violência e por isso procura potenciá-la.” Na mesma perspectiva, postula a ideia da “unidade racional da humanidade”, neutralizadora de distinções racionais, classistas e nacionalistas: o respeito pela argumentação do outro traz consigo “o respeito por todos os homens enquanto potenciais argumentadores.” (Rosas, 1990: 29)

A cooperação que se estabelece entre os elementos da espécie humana na realização de qualquer actividade é regulada e mediatizada pelas interacções verbais,

¹⁶ Karl Popper (1902 - 1994) é considerado um dos filósofos mais influentes do século XX no que respeita à reflexão sobre a ciência. Foi também um filósofo social e político, defensor da democracia liberal e opositor do totalitarismo. Do seu legado, destacam-se a defesa da falseabilidade como um critério da demarcação entre a ciência e a não-ciência, e a sua defesa da sociedade aberta. No texto 35 do *corpus*, da autoria de João Carlos Espada, são feitas referências às suas propostas sobre a sociedade aberta.

¹⁷ Jürgen Habermas, nascido em 1929, é um filósofo e sociólogo alemão, fundamentalmente reconhecido pelo seu trabalho no conceito de *esfera pública* e na teoria do *agir comunicacional*. O sistema teórico de Habermas assenta na possibilidade da razão, da emancipação e da comunicação, partindo da valorização da capacidade humana para deliberar e perseguir interesses racionais. O Interaccionismo Sócio-Discursivo irá integrar no seu sistema teórico contributos deste filósofo.

¹⁸ “Em ciência, isto significará a aceitação do risco de cada um ver as teorias refutadas pela experiência; em política, significará o risco de cada um ver as suas propostas recusadas pelos outros, através da confrontação democrática dos projectos.” (Aurélio, 1991: 293)

caracterizando-se essa actividade pelo *agir comunicacional*, proposto por Habermas. Esta teoria pressupõe, em primeiro lugar, o princípio iluminista segundo o qual o Homem

é permeável ao consenso e racionalmente motivável pelo melhor argumento; segundo, que a comunicação empírica esteja lastrada ou referenciada por uma “situação ideal de fala”, por uma instância onde se possa ancorar a universalização das normas, ou seja, a constituição, através do discurso, de uma vontade geral. (Aurélio, 1991: 294)

Na perspectiva do ISD, que integra igualmente elementos da proposta de Habermas, ao contribuir para uma qualquer actividade de linguagem, cada indivíduo participa igualmente em avaliações sociais, julgando o agir dos outros, considerados enquanto agentes dotados de responsabilidade individual em qualquer intervenção singular realizada (cf. Bronckart, 1996: 44-46). Este processo tem uma dimensão especular, projectando os critérios de avaliação sobre o primeiro indivíduo, que, deste modo, se reconhece a si próprio enquanto sujeito cuja acção é escrutinável pelos outros, participando todos numa negociação permanente dos valores a usar neste processo de mútua monitorização. Esta negociação desenrola-se no quadro do agir comunicacional, entendido enquanto instrumento da espécie concretizável em qualquer em qualquer língua natural, através dos géneros disponíveis numa dada sincronia. O compromisso, obtido discursivamente através do uso da Razão, permite então o estabelecimento de vínculos entre os sujeitos, garantindo a partilha de sentidos como alternativa política à coerção, promovendo compromissos, consentimentos, conciliações.

O consenso, contudo, não poderá implicar uma verdade absoluta, com base exclusivamente racional, facto que poria em causa o princípio democrático da ausência de verdade. De facto,

(...) não é a univocidade que se procura, mas antes se joga com a polissemia e sobretudo, sendo o objectivo a persuasão, a argumentação, na sua pretensão de eficácia, não pode ignorar os factores psicológicos, sociais, ideológicos intervenientes na esfera pública, seu lugar de eleição. (Cunha, 1998: 4)

Neste contexto, os meios de comunicação surgem como um instrumento privilegiado para garantir a possibilidade de promoção da transparência, valor central de uma sociedade de pós-barbárie ocultada, e, simultaneamente, assegurar a presença da

pluralidade de opiniões num espaço público acessível a todos, desempenhando “um papel fundamental na representação dos interesses contraditórios” (Correia, 2005: 2) e promovendo a coexistência da diversidade.

A esfera de acção dos *media* insere-se num processo mais vasto de revitalização da sociedade civil, na busca de um sentido para os valores da Modernidade no actual contexto de desenvolvimento social, processo esse intimamente ligado “a uma ideia universalista de liberdade (...) [que] “nunca se poderá concretizar em definitivo ou num sentido perfeito” (Wellmer, 1990: 250, *apud* Esteves, 2010). O seu contributo passa pela adopção de uma linha de actuação que vise um registo de comunicação pública

alternativo ao estereótipo da Opinião Pública (una e institucional); e também pelo potencial de verdadeira comunicação que está ao seu alcance desencadear: o “diálogo entre os sub-públicos na esfera pública cívica” que, pelo lançamento de “pontes hermenêuticas” entre os muitos pequenos textos nascidos da ruptura e fragmentação do texto institucional, permite a circulação entre tais textos e deste modo, uma certa continuidade de escrita da Opinião Pública (de vozes múltiplas) (Habermas, 1992: 455).

Num espaço partilhado, todas as posições podem, à partida, ser explicitadas e abordadas, grangear ou não a adesão do auditório. Esta segunda hipótese não atesta, de qualquer modo, a sua definitiva falta de validade:

(...) a adesão do auditório não define nem pretende definir o melhor argumento ou a melhor decisão, se considerados de um ponto de vista científico, lógico ou filosófico, isto é, teórico. O que o argumento ou o consenso retoricamente acolhidos traduzem é a opinião que foi possível fazer partilhar, numa dada situação prática. Qualquer outra proposta ou afirmação poderia eventualmente ser não apenas verdadeira como até mais vantajosa. Mas não foi a aprovada. E o que é que isto significa? Que perdeu o seu valor? Que não é verdadeira? Que não é a melhor? Nada disso. Significa apenas que não obteve a adesão do auditório, que não foi consensual. E portanto, logicamente, que não pode ser imposta a esse auditório concreto. Mas já se a proposta rejeitada contiver, de facto, as virtualidades de que se reclama, pode muito bem vir a ser escolhida num auditório com outra qualificação ou que simplesmente se revele mais sensível ao respectivo argumento. (Cunha, 2005: 1831)

Mais, a partir da difusão dos diferentes pontos de vista, os *media* vão “compor a verdade”¹⁹, verdade essa apenas existente enquanto resultado da coexistência das diversas perspectivas, dada a impossibilidade de absolutos axiológicos.

Os limites desta situação são óbvios e claramente explicitados por alguns autores. De facto,

*Se olharmos o espaço mediático como uma instância na luta pela definição e a construção da realidade social, o problema dos **media** torna-se merecedor de uma aturada reflexão. Sem eles, torna-se utópico falar em decisão democrática. [...] Porém, a sociologia da comunicação oferece uma visão céptica sobre as esferas públicas mediatizadas das democracias ocidentais. Os movimentos sociais, as iniciativas e fóruns de cidadãos, as diferentes formas de associativismo são sensíveis aos problemas. Todavia, em grande parte devido aos **media**, os sinais e impulsos enviados são por vezes demasiado fracos para redireccionarem os processos de decisão no sistema político (cfr. Habermas, 1996:376).²⁰ (Correia, 2005: 3)*

Por seu turno, em todo este processo de transformação epistémica, e no que diz respeito especificamente à representação que tem de si, o ser humano abandonou progressivamente a concepção de indivíduo único, essencialmente privado, para se encarar como ser iminentemente social, uma representação que “deve (...) menos à metáfora do inconsciente, como forma de imaginar o que é fundamentalmente uma «pessoa humana», do que à do homem como «máquina comunicante»” (Turkle *apud* Breton, 1992: 125) um ser que se move num espaço público em expansão tentando comunicar eficazmente. Nesse espaço, “o homem moderno [pode] julgar que tem acesso ao sentido dos acontecimentos simplesmente porque está informado” (Breton, 1992: 131), resultado da convicção segundo a qual a comunicação poderá garantir o fim do conflito e assegurar o consenso.²¹

19 Breton (1992: 124): “ [Os media] Representam, assim, um papel importante no desenvolvimento da ideia segundo a qual não existe nenhuma verdade, mas apenas pontos de vista.”

²⁰ Neste contexto veja-se o **Anexo 2**, o texto “A aristocracia do espaço público”, da autoria de J. A. Azevedo Lopes (na qualidade de presidente do conselho Regulador da ERC), publicado a 8 de Agosto de 2009 no jornal *Público*, no qual este toma posição sobre a necessidade de garantir um acesso efectivo ao espaço público por parte de todas as forças políticas que concorriam às eleições legislativas e autárquicas de 27 de Setembro de 2009. Veja-se ainda o **Anexo 3**, o texto de Estrela Serrano, sobre a mesma questão.

²¹ Na perspectiva do ISD, a própria emergência da linguagem entre a espécie humana terá resultado de uma negociação, de uma necessidade de entendimento relativamente à designação mais adequada para as intervenções humanas sobre os objectos. Cf. Bronckart (1996 : 32-33) : « Et le langage proprement dit aurait alors émergé sous l’effet d’une négociation pratique (ou inconsciente) des prétentions à la validité désignative des productions sonores des membres d’un groupe engagés dans une même activité. C’est donc dans la coopération active que se stabiliseraient les relations désignatives, comme *formes communes* de mise en correspondance entre représentations sonores et représentations d’aspects quelconques du milieu, c’est-à-dire comme **signes**, dans l’acception saussurienne

No entanto, a verdade é que os *media*, em princípio instrumentos máximos da transparência e da circulação livre de informação não deixam eles próprios de estar sujeitos às leis de mercado e às pressões de carácter político e económico, que abrem caminho a todo o tipo de manipulações, nomeadamente *da(s) verdade(s)* que o mosaico discursivo do espaço público pode configurar em cada momento.²²

1.2. O espaço da argumentação

Na verdade, ninguém poderá negar a importância da comunicação, ao mesmo tempo nas relações entre as pessoas e na vida social em geral, ao ponto, sem dúvida, do [sic] exercício da democracia estar largamente dependente da capacidade dos homens para se exprimirem.

Philippe Breton (1992), *A Utopia da Comunicação*

O conceito de *espaço público* – actualmente um conceito operativo da área da Sociologia, embora próprio do discurso filosófico da modernidade – apresenta várias acepções, de que destacaremos a que remonta ao Iluminismo, e especificamente a Kant²³, e que associa a noção de vida pública com a noção de publicidade e de uso público da razão. Esta acepção remete para o uso livre e público da razão, para a verbalização de opiniões que são sujeitas à prova do exame público racional.

O entendimento do público enquanto “instância superior do juízo” está na origem da noção de *opinião pública* – considerada posteriormente por Habermas “uma opinião verdadeira” uma vez que “regenerada pela discussão crítica na esfera pública” (Lança, 2002: 136) –, que, em articulação com o princípio da publicidade, está na origem do princípio do espaço público moderno.

la plus profonde du terme. Signes qui, de par statut même de formes issues d’une négociation, auraient nécessairement restructuré les représentations, jusque-là idiosyncrasiques, des individus, et les auraient transformées en représentations au moins partiellement communes, partageables, ou encore *communicables*.»

²² A crítica da manipulação foi igualmente uma constante ao longo do século passado, principalmente entre “todos os que viam na palavra livre e não manipulada a garantia da democracia.” Breton (2002: 22) postula que “Manipular consiste, na verdade, em construir uma *imagem* do real que tenha a aparência de *ser* a realidade.”

²³ De acordo com Esteves (2010: 6) “As referências recorrentes de Kant à Publicidade e à Crítica deixam transparecer o papel decisivo da comunicação para a Opinião Pública (embora entendida, ainda, como perfeitamente transparente). Publicidade é o acto genérico do tornar público (*publicitação, dar a conhecer*), que mantém uma estreita ligação à razão, por um lado, e à comunicação, por outro: um trabalho de linguagem, pelo qual as coisas se tornam apreensíveis ao pensamento (...). A Crítica, por seu lado, confere a qualificação própria da comunicação pública moderna, ao proceder a uma espécie de controlo pragmático de validade dos enunciados produzidos (e a um mais alto nível, dos consensos e compromissos obtidos na discussão colectiva), fornecendo assim também uma decisiva garantia de credibilidade ao ideal iluminista de progresso ilimitado da razão.”

Na segunda metade do século XX, Habermas considera que *espaço público* designa o lugar de formação das opiniões e das vontades políticas que garantem a legitimidade do poder. É um lugar de carácter ideal, sem localização concreta, onde pontua a figura discursiva do debate, o espaço do uso público da razão argumentativa, onde são discutidas as questões práticas e políticas, constituindo um espaço de discussão e, simultaneamente, um conceito normativo, cujos domínios de utilização são a teoria da democracia (no espaço público se discutem as questões prático-morais e políticas e se formam a opinião e a vontade colectivas), a análise político-administrativa e a teoria do Estado social (o espaço público enquanto instância mediadora entre a sociedade civil e o Estado, entre os cidadãos e o poder político-administrativo) e os meios de comunicação social (o espaço público enquanto lugar de uma comunicação democrática).²⁴

Actualmente, podemos falar numa pluralidade de espaços públicos – a imprensa escrita, a rádio, a televisão, a internet –, que remetem para um espaço público global, plural, inerente à vivência democrática, plataforma onde as múltiplas formações discursivas coexistem. O que não significa que todas as interpretações conflituais cheguem ao espaço público, que não haja necessidade de exigir o “reconhecimento de identidades excluídas e de problemáticas esquecidas.” (Correia, 2005: 6).

Recordamos que, neste trabalho, adoptamos uma concepção accional da linguagem, no pressuposto de que a argumentatividade é constitutiva do discurso e de que o uso da palavra se liga à questão da eficácia – um efeito necessariamente variável e de difícil avaliação –, pressuposto cuja validade se relaciona com a concepção do *espaço público* enquanto local privilegiado para exercício da argumentação, uma vez que é exactamente aí que vamos encontrar os textos de opinião que perspectivamos enquanto materializações do género persuasivo.

²⁴ Segundo Lança (2002), Étienne Tassin liga esta dimensão da formação da opinião e do juízo à dimensão de visibilidade do espaço público considerando, tal como Hannah Arendt, o domínio público como espaço de visibilidade e o lugar de formação do juízo, a dimensão do visível da *polis*:

O espaço público não está do lado das convicções, está do lado do que se apresenta à pluralidade dos juízos públicos. A polis exige um espaço público e a instituição do cidadão como juiz, como ela exige uma cena pública e a instituição do cidadão como actor. Do mesmo modo, a visibilidade é o único critério da acção política.

Deste modo, no domínio político, o critério é a avaliação e o julgamento das acções, sendo a acção política visível e ligada a princípios, como a virtude, a liberdade, a igualdade, a honra, a solidariedade, etc. Se a concepção do espaço público de Habermas assenta no uso crítico de uma racionalidade comunicativa tendo em vista uma intercompreensão, Tassin privilegia a fenomenalidade do aparecer e a visibilidade da cena pública. (Cf. Lança, 2002: 136-137).

Na história da sociedade ocidental, a instauração da democracia – “regime do convencer” (Breton, 2002: 38)²⁵ – teve lugar na Grécia Antiga, traduzindo-se na valorização do discurso enquanto “instrumento político por excelência, a chave de toda a autoridade no Estado, o meio de comando e de dominação de outrem” (Vernant, *apud* Breton 2002: 39).

Esta revolução de mentalidades, que se processa entre o século VIII e o século VII a.C., baseia-se na extraordinária preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder, importância essa que Aristóteles²⁶ reconhece ao atribuir à retórica uma função positiva na vida da *polis*. A retórica dava a palavra ao povo, transformando-se no instrumento da democracia. É aliás nesta perspectiva que a retórica é criticada pelos partidários da oligarquia ateniense – crítica aliás particularmente eficaz, uma vez que uma das características dos momentos de suspensão da democracia grega foi exactamente uma retracção dessa “cultura de convencer”, nomeadamente através da proibição do ensino da retórica (Cf. Breton & Gauthier, 2001: 30-31).

Embora a identificação entre os conceitos de “retórica” e “argumentação” não seja consensual, o uso do conceito de “argumentação” inscreve-se neste trabalho na tradição aristotélica, retomada por Perelman (1958) e sufragada por Amossy (2006)²⁷, no âmbito da qual estes termos são equivalentes, designando os meios verbais accionados na relação intersubjectiva susceptíveis de provocar a adesão dos indivíduos a uma tese, ou seja, de serem eficazes.

Essa eficácia é, também ela, passível de ser objecto de questionamento, uma vez que pode resultar não apenas da partilha do raciocínio e da problematização, mas também da manipulação. Aliás, a questão da manipulação da palavra e o entendimento da “persuasão” como mera manipulação são problemas inerentes ao funcionamento da própria democracia: este regime político garante a única alternativa viável ao uso da violência – o debate e as tomadas de decisão comuns –, embora não esteja isento dos perigos da demagogia e do seu poder de sedução.²⁸

²⁵ Breton (2002: 34): “O humano é um ser de convicções animado do desejo de convencer.”

²⁶ É atribuída a Aristóteles, nos três livros da sua *Retórica*, a aurora da reflexão sistematizada sobre a argumentação: “Com Aristóteles, a retórica passa finalmente do estatuto de técnica empírica para o de uma técnica formalizada, sujeita a uma teoria [...]” (Breton & Gauthier, 2001: 41).

²⁷ Amossy, (2006: 2-3) “Sans doute les tentatives de distinguer entre rhétorique et argumentation, en soi intéressantes, peuvent-elles s’avérer utiles pour trier le bon grain de l’ivraie. Elles proposent cependant une séparation en deux domaines distincts qui ne permet pas d’englober dans le même champ d’étude toutes les modalités selon lesquelles la parole tente d’agir dans l’espace social. Il importe en effet de comprendre, à la fois comment le discours fait voir, croire et sentir, et comment il fait questionner, réfléchir, débattre. Dans la pratique langagière, ces deux tendances restent étroitement liées et sont parfois indissociables.”

²⁸ Veja-se a este propósito Breton, 2002.

A dimensão pragmática da retórica é um dos seus traços matriciais²⁹, perdido posteriormente com a separação entre a sua dimensão argumentativa – em que a ênfase era colocada na primeira etapa da construção do discurso retórico, a *inventio*³⁰ – e a mera construção discursiva com o intuito de agradar ao auditório³¹ – em que a atenção incide fundamentalmente na *dispositio*³² e na *elocutio*³³.

De facto, para que exista argumentação e a correspondente teorização, impõem-se condições de carácter sociológico específicas. A prática e a reflexão teórica sobre este acto discursivo exigem um contexto democrático³⁴ e a observância de um fundamento ético no âmbito do qual ocorre

“a aceitação recíproca de todos os participantes como parceiros de discussão de iguais direitos, [...] o reconhecimento mútuo de todos os homens como sujeitos capazes de captar sentido e pautar suas vidas a partir de razões. [...] [Q]uem argumenta aceita inevitavelmente a exigência do reconhecimento mútuo das pessoas como sujeitos da argumentação.” (Oliveira, 1993: 25)

É com a emergência do pensamento grego, e na ágora, que se configura um novo espaço social, espaço esse “que forma o centro de um espaço público e comum. Todos os que ali penetram se definem, por isso mesmo, como iguais [...] pela sua presença nesse espaço público entram, uns com os outros, em relações de perfeita reciprocidade» (Vernant, *apud* Breton, 2002: 39).

O funcionamento discursivo da interacção argumentativa e a sua descrição não podem ser desligados da convicção na possibilidade da existência de uma racionalidade na vida social – tal como Perelman e Grize pressupõem (Amossy, 2006: 21) – para a

²⁹ A primeira retórica tem como preocupação de base a eficácia, primeiro judicial e depois política, tentando os oradores verificar quais as estratégias argumentativas que obtinham sucesso junto do auditório. A narrativa fundadora da argumentação refere-se a Corax e Tísias, autores do primeiro tratado de argumentação, que teriam sistematizado o primeiro “*méthode raisonné*” para falar perante o tribunal. (Cf. Plantin, 1996: 4).

³⁰ Nesta fase, as questões específicas a tratar eram a delimitação da tese, a identificação dos *topoi* que a podem fundamentar, bem como a construção dos argumentos que mais eficazmente a podem sustentar.

³¹ Cf. Gil (2005: 70): «Com efeito, depois de Aristóteles a retórica vira a assumir-se como a arte de bem falar ou *ars bene dicendi*, já que os estóicos destacarão a componente formal da retórica em detrimento da componente argumentativa: “O que os primeiros retóricos clássicos entendiam como uma das suas partes – a *elocutio* – veio com o tempo a assumir-se como a essência da própria retórica” (JÚNIOR, 98: 20).»

³² Nesta fase, a questão específica a tratar era qual a forma mais eficaz de dispor os argumentos ao longo do plano.

³³ Nesta fase, as preocupações relacionavam-se com o estilo – quais as figuras de estilo mais adequadas – com a forma como se apresenta o orador – *ethos* – e ainda com a relação que este mantém com o auditório – *pathos*.

³⁴ Breton & Gauthier (2001: 13) afirmam que “[...] a argumentação não pode exercer-se num sistema ditatorial ou totalitário; de resto, ela só faz plenamente sentido numa sociedade igualitária ou, pelo menos, pluralista, em que as decisões são tomadas colectivamente.”

qual contribui necessariamente o conhecimento das estratégias argumentativas adoptadas em cada situação concreta de comunicação.³⁵

Na sua teorização sobre a ética do discurso, e também a partir de Aristóteles, Habermas propõe três níveis de argumentação³⁶. No terceiro nível, esta acção linguística é perspectivada na sua dimensão processual, enquanto evento comunicativo que, em função de um consenso motivado racionalmente, exige determinadas condições propiciadoras, nomeadamente o facto de se apresentar como uma situação de simetria entre indivíduos, blindada à desigualdade e à repressão, geradora de coesão social a partir do agir discursivo:

Para Habermas, o esclarecimento através da argumentação de pretensões de validade de verdade e de retidão é nada mais nada menos que a efetivação plena de competências que são universais na espécie humana. Já uma análise da linguagem ordinária [...] mostra que, em toda linguagem, há pretensões de validade, pelo menos implicitamente levantadas, que apontam para a possibilidade de legitimação discursiva. A idéia, portanto, do discurso racional radica nas estruturas do agir linguístico. (Oliveira, 1993: 27)

Voltando a Popper, este filósofo considera que a argumentação é uma forma de combater com palavras em vez de armas, uma arte inspirada pelo interesse do Homem em aproximar-se da verdade sobre o Mundo. A possibilidade de lutar com palavras, em vez de lutar com armas, constituirá então o fundamento da nossa civilização. (Cf. Rosas, 1990).

A criação de consensos através do discurso é uma aquisição humana relativamente tardia. Ao atestar a valorização do discurso enquanto factor civilizacional, esta prática afirma implicitamente a concomitante renúncia ao conflito violento e marca o acesso a um patamar superior no que à evolução da espécie humana diz respeito.

³⁵ Este conhecimento, na sua dimensão declarativa e processual, deveria aliás ser objecto de um tratamento didáctico mais alargado e sistemático em Portugal no que ao ensino da língua materna diz respeito. Adaptando as palavras de P. Breton (2001:148) a este contexto particular, essa opção de política educativa “permitiria, ao mesmo tempo, diminuir a desigualdade flagrante neste domínio e proporcionar um pouco mais de racionalidade a um mundo onde talvez ela escasseie.”

³⁶ Cf. Oliveira, 1993: 27.

Segundo Karl Popper a argumentação é a quarta função da linguagem (Popper & Eccles, 1997), sendo esta função argumentativa uma característica das línguas naturais. De acordo com Plantin (1990: 9),

Elle opère une restructuration de trois fonctions primaires repérées par Bühler dans le procès général de communication: exprimer le soi, faire impression sur l'autre, décrire le monde. Elle leur donne sens en les soumettant aux exigences d'une situation problématique, d'une rencontre polémique où des positions et des intérêts se conjuguent ou se heurtent.

Na perspectiva de Breton, “convencer é uma experiência específica do género humano”, tal como, aliás, a mentira (2002: 36). Por sua vez, Anscombe & Ducrot, na sua *Teoria da Argumentação na Língua*, introduzem um novo acto de fala, o *acto de argumentar*, redefinindo a Teoria dos Actos de Fala de Austin (1962) e Searle (1969):

*(...) ce processus discursif que l'on nomme **argumentation** et qui consiste à enchaîner des énoncés-arguments et des énoncés-conclusions a lui-même pour préalable un acte d'**argumenter** sur lequel il s'appuie. Comme tous les actes illocutoires, l'acte d'argumenter se réalise dans et par un énoncé unique. (Anscombe & Ducrot, 1988: 168).*

2. ARGUMENTAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO- TEXTUAL E DISCURSIVA: A SEQUÊNCIA ARGUMENTATIVA NO ÂMBITO DA LINGUÍSTICA TEXTUAL E DO ISD (DE ADAM A BRONCKART)

Na sequência da perspetivação do texto como produção social, ocupamo-nos, neste capítulo, com a reflexão sobre a argumentação de um ponto de vista essencialmente textual e discursivo. Com esse objectivo, começamos por fazer uma breve incursão no domínio da retórica, percorrendo, ainda que de forma sumária, alguns dos momentos mais relevantes ao nível do desenvolvimento da retórica e da teoria da argumentação, que nos conduzem dos sofistas ao século XX. De seguida, são discutidos e explicitados alguns dos conceitos operatórios centrais para o estudo proposto neste trabalho, dando-se especial atenção à sua relevância no contexto da estruturação textual e discursiva da argumentação. Com base nesse pressuposto, são apontados alguns traços definitórios para os conceitos de sequência, plano de organização textual, género, tipo de discurso, texto e dialogismo.

2.1. Retórica e teoria da argumentação: dos sofistas ao século XX

Como já se afirmou acima, citando Breton, para que exista argumentação e a correspondente teorização, impõem-se condições de carácter sociológico específicas. A prática e a reflexão teórica sobre este acto discursivo exigem um contexto democrático (Breton & Gauthier, 2001: 13) e a observância de um fundamento ético no âmbito do qual ocorre a aceitação de todos os intervenientes como sujeitos dotados de razão e de capacidade argumentativa.

É conhecida a referência a Aristóteles (384-322 A.C.) enquanto fundador da reflexão sobre a argumentação. É com este filósofo que a retórica passa de uma técnica empírica a uma técnica formalizada, teoricamente enquadrada, embora sempre ao serviço das necessidades concretas da *polis*, de uma “sociedade que, por ser fundamentalmente democrática, atribui um grande lugar à *cultura do convencer*.” (Breton & Gauthier, 2001: 41). Christian Plantin (1996: 6-7) considera que a atribuição de tal paternidade não deve obliterar a contribuição dos Sofistas (século V e início do século IV A.C.) – normalmente tidos por mercenários da palavra –, que é decisiva e pode ser sintetizada em quatro conceitos fundamentais: a prática da *antifonia*, o uso do

paradoxo, a emergência do conceito de *provável* e a *dialéctica* como modelo de interacção argumentativa³⁷.

Das críticas feitas à retórica dos sofistas destacam-se as de Sócrates e Platão. Para Sócrates, a retórica legítima deverá, entre outros aspectos, apresentar-se como um método de busca da verdade. Platão combate o relativismo de alguns sofistas e considera a retórica uma ferramenta intelectual ao serviço da procura da verdade e não uma mera técnica para convencer indivíduos, ao serviço de qualquer causa, mercenária na sua essência, portanto.

Dando à retórica um lugar no seu sistema de pensamento, Aristóteles irá responder a muitas das críticas de carácter moral ou filosófico dirigidas às primeiras teorias da argumentação. Assim, apresenta a retórica como uma técnica provisoriamente indiferente à moral, um instrumento cujo bom ou mau uso dependerá de quem a pratica e da responsabilidade que sente ter perante a cidade. Além disso, considera-a uma técnica de argumentação do verosímil e não da verdade. Ao separá-la da moral e da verdade, o filósofo irá garantir que a retórica se desenvolve como técnica legítima para os debates que têm lugar no espaço público.

A partir de Aristóteles, a retórica desenvolve-se nas obras fundamentais de Cícero, do autor anónimo de *Ad Herennium*, de Quintiliano e de Hermógenes. A teoria argumentativa coexiste com a prática, contíguas a uma cultura que coloca o discurso no centro de tudo e que toma como figura de referência o orador, de que Cícero – advogado, tribuno, político – é o modelo. É este contexto que irá fornecer o modelo para o discurso persuasivo, prescrevendo categorias para a sua composição e para a análise do seu funcionamento: a *invenção*, a *disposição*, a *elocução*, a *memorização*, a *acção* ou *pronunciação*.

A importância da teoria argumentativa irá diminuir no seio da retórica a partir dos finais do Império Romano, quando se assiste a um desvanecimento da ênfase democrática e à deslocação da soberania dos auditórios para o imperador: o poder de decisão passou a estar concentrado numa única figura, pelo que se revela inútil tentar convencer da justeza das teses enunciadas outros auditórios, privados que estão de poder.

³⁷ Segundo Robin (1923: 166, *apud* Breton & Gauthier, 2001: 27), “A sofística do século V representa um conjunto de esforços independentes para satisfazer, por métodos análogos, necessidades idênticas. Estas necessidades são as de uma época e de um país em que qualquer cidadão pode participar na administração ou direcção dos assuntos da cidade, devendo a preponderância da sua acção pessoal exclusivamente à palavra. Por conseguinte, [ele] tem necessidade de mestres, que lhe ensinem a arte do êxito individual na vida social, poupando-o à lentidão e desilusões da experiência.”

A cisão entre a dimensão da argumentação e a retórica conduziu a um período de declínio que durará até meados do século XX e durante o qual a retórica se torna “uma teoria das figuras de estilo e a parte argumentativa reduz-se progressivamente por efeito do êxito crescente da demonstração (em ciências exactas e experimentais) e de uma certa filosofia da evidência.” (Breton & Gauthier, 2001: 19).

Dada a coincidência de datas, 1958 foi um ano determinante para a revitalização da retórica, após séculos de silêncio e adulteração: foram publicados o *Traité de l’argumentation: la nouvelle rhétorique*, de Chaïm Perelman & Lucie Olbrechts-Tyteca, e *The Uses of Argument*, de Stephen Toulmin, obras que visaram restaurar o prestígio da argumentação através da recuperação da disciplina clássica que lhe deu origem. Com estas duas obras, teve início a **Nova Retórica** – movimento a que se juntará Christian Plantin, em 1990 – e que consiste num entendimento da argumentação – consubstanciado num conjunto de tratados e pressupostos teóricos e metodológicos – baseado nas obras clássicas da autoria de Aristóteles, Quintiliano e Cícero.

Pesem embora os elementos comuns, há que referir as diferenças entre as propostas Perelman e Toulmin. Inscrevendo-se na herança aristotélica, Perelman parte da crítica ao racionalismo de Descartes, valorizando o *verosímil* por oposição ao *necessário*, sublinhando a importância da *opinião* relativamente aos *factos* e considerando que um argumento apresenta uma racionalidade própria, necessariamente diferente da demonstração matemática. Segundo Perelman, a argumentação consiste no estudo das “técnicas discursivas que permitem provocar ou reforçar a adesão dos espíritos às teses que são apresentadas ao seu assentimento” (Breton & Gauthier, 2001: 50). Assim, a argumentação eficaz provoca ou aumenta a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento, desencadeando nos ouvintes a acção pretendida (ou a abstenção) ou criando neles uma disposição para a acção no momento oportuno.

Por seu turno, Toulmin recusa um certo tipo de logicismo, tentando reformular a lógica com o intuito de a tornar produtiva, aplicável a situações de discussão racional quotidianas (Cf. Breton & Gauthier, 2001: 49-50). Para Toulmin, a argumentação é uma actividade quotidiana e a formalização lógica impõe limites que não se compadecem com essa circunstância matricial. Deste modo, o autor propõe uma teoria da argumentação que implica uma transformação da lógica, de ciência formal em ciência prática, “de *idealised logic* em *working logic*” (Breton & Gauthier, 2001:76). Na sua perspectiva, “um argumento é uma forma de raciocínio mais geral e complexa que um silogismo”. O modelo de argumento por si proposto consiste num esquema que permite

tratar de forma global um conjunto de elementos discursivos cuja articulação caracteriza o que poderemos chamar *célula argumentativa*.³⁸

O renovado interesse pela argumentação conheceu também desenvolvimentos na área das Ciências da Comunicação, nomeadamente com os trabalhos de Philippe Breton, mas principalmente na área da Linguística, especificamente no âmbito da Pragmática, através da Teoria da Argumentação na Língua, de Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, e no campo da Linguística Textual, nomeadamente através da perspetivação da argumentação como *sequência composicional de enunciados*, a partir dos trabalhos de Jean-Michel Adam. No quadro da Análise do Discurso, a Análise Argumentativa, perspectiva analítica em que se destaca Ruth Amossy, apresenta-se como uma síntese de vários enquadramentos teóricos no âmbito da Análise do Discurso.³⁹

Segundo Charaudeau,

“[...] l’argumentation est un secteur de l’activité du langage qui a toujours fasciné, depuis la rhétorique des anciens qui en ont fait le fondement même des rapports sociaux (l’art de persuader), jusqu’à aujourd’hui où elle est de nouveau à la mode.” (1992: 779)

No quadro da Teoria da Argumentação na Língua, a continuação de um determinado enunciado é parte integrante do seu sentido, ou seja, qualquer enunciado pretende condicionar o discurso subsequente, sendo aliás essa intenção que gera a sua própria ocorrência. Na defesa da argumentatividade intrínseca da língua, Oswald Ducrot postula que,

“[...] tous les énoncés d’une langue se donnent, et tirent leur sens du fait qu’ils se donnent, comme imposant à l’interlocuteur un type déterminé de conclusions. Tout parole, au fond d’elle-même, est publicitaire. Elle n’est pas publicitaire seulement par le fait qu’elle véhicule certaines informations qui se trouvent autoriser certaines conclusions. Elle est publicitaire par le fait que sa valeur interne se confond avec la suite qu’elle réclame. Ce qu’elle veut dire, c’est ce qu’elle veut faire dire à l’autre. Ainsi nos énoncés se présentent, indépendamment même de leur aptitude à fonder un raisonnement, comme l’origine ou le relais d’un discours argumentatif.” (1980: 11-12).

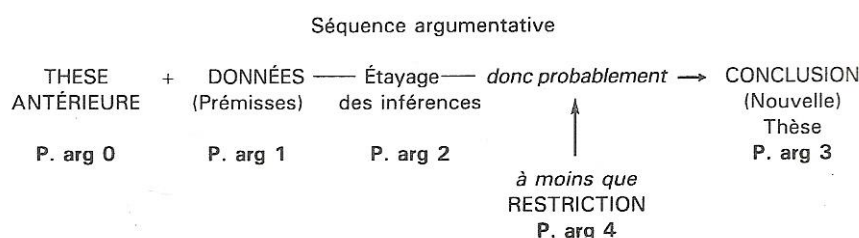
Por sua vez, no âmbito da Linguística Textual, Jean-Michel Adam afirma que

³⁸ Para uma análise do modelo de argumentativo referido veja-se Plantin (1996: 23) e Breton & Gauthier (2001: 89-91).

³⁹ Para um síntese da história das teorias da argumentação, ver Breton & Gauthier, 2001.

D'un point de vue général, l'argumentation pourrait fort bien être conçue comme une quatrième ou une septième fonction du langage après les fonctions émotive-expressive, conative-impulsive de Bühler ou encore métalinguistique, phatique et poétique-autotélique de Jakobson. (1992 : 103)

No nosso ponto de vista, a resposta mais produtiva à questão sobre o modo como o raciocínio argumentativo se organiza textualmente será apresentada exactamente por Jean-Michel Adam no âmbito da Linguística Textual. Partindo do modelo proposto por Toulmin, (1958), já referido anteriormente, adaptado por Pater (1965) e posteriormente por Plantin (1990), Adam vai propor a *sequência argumentativa* prototípica como unidade composicional de base:



Esquema 1: Sequência argumentativa prototípica (Adam, 1992 : 118)

2.2. Argumentação na estruturação textual e discursiva: o conceito de sequência

Uma observação liminar deste esquema permite-nos verificar de imediato que, no trabalho sobre a produção discursiva, tal como acontece noutras áreas do conhecimento humano, não é metodologicamente possível escapar ao estabelecimento de unidades, tipologias ou classificações. De facto, a classificação dos discursos e/ou textos apresenta

uma diversidade de abordagens (literária, lingüística, antropológica, psicológica, pedagógica), de teorias e de parâmetros e critérios que estabelecem as mais diferentes tipologias com os mais diversos fins. De tudo isto tem nascido um mal estar classificatório que podemos dizer advém basicamente: a) da inexistência de uma teoria tipológica geral que organize todo este “furor” tipológico e b) do encontro das diferentes

abordagens e conseqüentes metalinguagens que muitas vezes se utilizam dos mesmos termos para referir conceitos tipológicos diversos. (Travaglia, 2000: 1).

O modelo sequencial é um dos mais operativos no que diz respeito à distinção dos textos, uma vez que a proposta de uma *sequência textual prototípica* providencia os instrumentos necessários para indexar um texto a um determinado *tipo*⁴⁰ a partir das sequências que o integram. A reflexão de Adam irá recuperar e incorporar as ideias de Bakhtine sobre os *gêneros*⁴¹, as propostas de Werlich⁴² relativas às *bases textuais* e ainda o conceito de *superestrutura* de Van Dijk⁴³ (Cf. Blancafort & Valls, 2007: 255).

As sequências são unidades estruturais com uma autonomia relativa, que integram e organizam as *macroproposições*, as quais, por seu turno, resultam da combinação de *proposições* (embora uma macroproposição possa ser constituída por uma única proposição). A organização linear do texto resulta da combinação e da articulação dos diferentes tipos de sequências: narrativa, descritiva, argumentativa,

⁴⁰ Veja-se Travaglia (2000) para uma proposta que valida a pertinência da distinção entre *tipos*, *gêneros* e *subtipos* enquanto “elementos tipológicos” integrantes de uma teoria tipológica mais geral.

⁴¹ Para Bakhtine, cujas reflexões se centraram no modo como determinadas áreas de actividade geravam determinados *gêneros*, a existência destes era condicionada pelo tema, pela estrutura interna, pelo registo (ou estilo funcional) e pela estabilidade relativa de todos estes elementos. Subdividiam-se entre primários (a conversa, por exemplo) e secundários ou complexos, derivados dos primeiros, resultando da elaboração intelectual (literários, periódicos e científicos). (Cf. Blancafort & Valls, 2007: 247).

⁴² Ao relacionar os tipos textuais com os processos de conhecimento humano, a proposta de Werlich combina aquilo que corresponde à ordem do estritamente cognitivo (modos de abordar a realidade) com o que corresponde à ordem do linguístico (modos de representar a realidade). A sua hipótese de bases textuais – *descritiva*, *narrativa*, *expositiva*, *argumentativa* e *directiva* – permite o reconhecimento e análise de tipos de texto, nomeadamente porque distingue o que corresponde à dimensão sócio-discursiva do que pertence à dimensão linguístico-textual. Além disso, Werlich considera que as *bases textuais* se organizam em *sequências*, proposta que Adam irá ter em conta posteriormente. (Cf. Blancafort & Valls, 2007: 254-5).

⁴³ O conceito de *superestrutura*, ou estrutura esquemática, de van Dijk, consiste num esquema cognitivo abstracto que assinala a existência de determinado tipo de texto. Este esquema é composto por categorias vazias de carácter abstracto que são preenchidas por proposições para formar o texto. Estas categorias vazias denominam-se *macrocategorias*. Como elemento formal, permitem a distinção entre os vários textos de uma mesma classe. O conceito de *superestrutura* surgiu aquando das pesquisas de van Dijk sobre a gramática narrativa no início da década de 70 (van Dijk, 1977), sendo proposto enquanto esquema para as formas convencionais dos textos cujo conhecimento facilita a geração, a recordação e a produção de *macroestruturas*. O conceito de *macroestrutura* reporta à proposta de Van Dijk (1981) que refere uma espécie de estrutura profunda semântica do texto que dá conta do conteúdo do mesmo. O conteúdo está representado por uma macroproposição obtida através de macrorregras que reduzem e abstraem o conteúdo proposicional das sequências textuais, ao mesmo tempo que organizam o seu conteúdo em termos hierárquicos. Estas *macrorregras* são a *supressão*, a *generalização* e a *construção*. Designam-se macrorregras porque produzem macroestruturas, sendo a sua função transformar a informação semântica. A frase que expressa a macroestrutura é a *macroproposição textual*. A macroestrutura é definida ao nível da representação semântica global do texto. Teria como correlato psicológico um esquema cognitivo que determina a planificação, execução, compreensão, armazenagem e reprodução do texto. A macroestrutura é o elemento do texto que melhor e mais permanentemente é lembrado. Assim, determinar a macroestrutura de um texto é estabelecer a sua coerência, pelo menos em termos semânticos.

explicativa e dialogal. As diferentes sequências e as várias possibilidades de articulação que podem protagonizar geram a heterogeneidade composicional da maioria dos textos.

Partindo do conceito de *sequência*, entendida como um dos planos de organização da textualidade⁴⁴, a proposta de Adam assenta na concepção da argumentação enquanto forma de composição elementar, pressupondo que os locutores possuem representações prototípicas relativas a esquemas de argumentação. Estes esquemas baseiam-se na relação entre os *dados* (ou *premissas*) e a *conclusão*, sendo que estes dois conceitos se implicam mutuamente. Por outras palavras, a *conclusão* só existe face aos *dados* e vice-versa.

A teorização da organização dos textos com base no conceito de *sequência* proposta por Adam no âmbito da Linguística Textual foi integrada por Bronckart no quadro teórico do ISD.⁴⁵ Assim, também neste contexto teórico o *raciocínio argumentativo* assenta numa *tese* tida por aceite relativamente a um determinado tema. Com base nessa *tese anterior*, são propostos *dados novos*, que são objecto de *um processo de inferência* que orienta o raciocínio para uma *conclusão*. No quadro do processo de inferência, o movimento argumentativo pode apoiar-se em *garantias* ou ser inibido por *restrições*. A força da conclusão dependerá dos pesos relativos das garantias e das restrições.

A semiotização do raciocínio argumentativo traduz-se num *protótipo* de sequência argumentativa que se desenvolve em quatro fases: *a fase das premissas*, na qual se faz uma constatação inicial; *a fase da apresentação dos argumentos* – elementos que orientam o raciocínio para uma conclusão provável e que podem ser basear-se em lugares-comuns, regras gerais, exemplos, etc.; *a fase de apresentação dos contra-argumentos*, os quais impõem restrições à orientação argumentativa antes delineada, podendo igualmente ser confirmados ou refutados por lugares-comuns, regras gerais, exemplos; por fim, *a fase da conclusão* (ou *nova tese*) incorpora os resultados dos argumentos e contra-argumentos.

A actualização discursiva da sequência argumentativa pode realizar-se de forma completa – com a explicitação de todos os seus elementos constitutivos –, mas não obriga à sua presença simultânea, podendo realizar-se de forma simplificada. De facto, embora o movimento indutivo [Se p então q] e o silogismo explicitem com rigor o

⁴⁴ Para o modelo de *sequência*, veja-se Adam, (1992 :21-22): « L'organisation séquentielle (...) n'est qu'un des plans d'organisation de la textualité. »

⁴⁵ Bronckart (1996: 220): “La théorisation d'Adam étant solidement étayée, et sa description technique des séquences constituant une référence peu contestable, nous en proposerons d'abord une version résumée.”

movimento argumentativo básico, a verdade é que o discurso não segue habitualmente este esquema lógico, preferindo o entimema – ou seja, “o silogismo truncado”⁴⁶ –, do qual explora as potencialidades pragmáticas em termos argumentativos:

L'enthymème est nécessairement une forme plus courante que le syllogisme dans le discours. Qui plus est, en termes rhétoriques (et non purement logiques), il est doté d'une efficacité souvent plus grande fondée sur l'usage de l'implicite. (...) En effet, «le locuteur peut renforcer l'effet de son argumentation sur l'auditeur en n'entrant pas dans les détails et en présentant les prémisses ou les conclusions comme allant de soi par le fait qu'il ne les mentionne pas explicitement» (van Eemeren et Grootendorst 1984 :124.) (Amossy, 2006: 130)⁴⁷

Pese embora o reconhecimento da validade do conceito de *sequência* nas duas propostas teóricas a que temos vindo a referir-nos, existem diferenças substanciais entre ambas. Se para Adam os *protótipos* são *modelos cognitivos prévios* às sequências textuais susceptíveis de as gerar – atestando a existência de uma competência textual biologicamente fundada –, já no quadro do ISD, estes são entendidos como *construções teóricas* elaboradas a partir do contacto com as sequências efectivamente presentes nos textos empíricos presentes no *arquitexto*⁴⁸. O carácter modelar dos protótipos advém do contacto que o agente produtor de textos mantém com o arquitexto, uma experiência prática e historicamente situada e, enquanto tal, sujeita a mudanças, seja nos sujeitos (os agentes produtores de textos) seja nos objectos (os próprios textos)⁴⁹.

Neste contexto, as sequências textuais constituem modalidades particulares de reestruturação de um conteúdo temático organizado na memória do Locutor enquanto *macroestrutura*. Perante uma situação de comunicação concreta – nos termos do ISD, uma *actividade de linguagem* no âmbito da qual o indivíduo realiza uma *acção de linguagem*⁵⁰ –, o agente produtor lida com a sua própria representação dessa situação

⁴⁶ Sobre o silogismo e o entimema no quadro da comunicação argumentativa ver Amossy (2006: 128-137).

⁴⁷ Sobre a eficácia argumentativa do implícito, ver ainda Amossy (2006: 163-169).

⁴⁸ Por *arquitexto* entende-se um espaço que congrega os modelos de texto que, tendo resultado de práticas comunicativas anteriores, estão disponíveis para serem seleccionados como os mais adequados a uma situação comunicativa particular.

⁴⁹ Cf. Bronckart, (1996 : 35) : « Il convient de souligner ici, qu'étant des produits de l'interaction sociale (de l'usage), les signes, comme les textes en lesquels ils s'organisent, restent perpétuellement sous la dépendance de cet usage, et que les signifiés qu'ils véhiculent ne peuvent dès lors être considérés comme stables que momentanément, en un état synchronique (artificiellement) donné. Et il convient de souligner que puisque c'est au travers de ces textes et de ces signes aux significations perpétuellement mouvantes que se construisent les mondes représentés définissant le contexte des activités humaines, ces mondes eux-mêmes se transforment en permanence. »

⁵⁰ « (...) c'est l'activité dans les formations sociales (unité sociologique) qui constitue le principe explicatif des actions imputables à une personne (unités psychologiques).» Bronckart (1996 : 29). De acordo com o autor, o

– qual o conteúdo temático a transmitir, em que contexto se encontra, quem são os destinatários, qual a intencionalidade comunicativa que o move, etc. – e faz opções de planificação relativamente ao conteúdo temático que, necessariamente, comportam implicações linguísticas.

Relativamente à construção e organização interna dos textos, em termos do *modelo de arquitectura textual*⁵¹ proposto no âmbito do ISD, as opções relativas às sequências e outras formas de planificação a adoptar ocorrem no momento da elaboração da camada mais profunda – *a infra-estrutura geral do texto* – onde coexistem com escolhas ao nível do *plano do texto* e dos *tipos de discurso* (bem como as suas *modalidades de articulação: fusão e encaixe*) a activar na situação de comunicação concreta. Tudo isto no quadro da proficiência de uma língua natural – que exerce obviamente as coerções inerentes às suas próprias especificidades – e do domínio do arquiteyto, na qual se encontram os *géneros de texto*⁵² disponíveis no momento. Este último aspecto relaciona-se directamente com as representações relativas ao contexto social global: ao seleccionar um género de texto, o agente manifesta o seu conhecimento relativamente aos seus contextos de ocorrência e à sua adequação aos mesmos.

2.3. Algumas propriedades definitórias do conceito de género

O percurso histórico do conceito de *género* confunde-se com o de *tipo* de texto e remonta à Antiguidade Clássica. A primeira classificação de géneros discursivos não literários deve-se a Aristóteles, na *Retórica*, aquando da tripartição dos discursos entre *deliberativo, judicial e epidíctico*. Posteriormente, o conceito de *género* será apropriado pela teoria e pela crítica literária, área em que permanecerá longamente. Os trabalhos de Bakhtine – produzidos maioritariamente na primeira metade do séc. XX, mas divulgados posteriormente – garantirão a este conceito um futuro extremamente produtivo no campo dos estudos linguísticos.⁵³

Actualmente, nos vários quadros teóricos susceptíveis de serem adoptados na análise da produção discursivo-textual – nomeadamente a Análise do Discurso, a Linguística Textual, o Interaccionismo Sócio-Discursivo ou a Semântica Textual – a

projecto do ISD visa, concretamente, « (...) saisir les actions humaines dans leurs dimensions sociales et discursives constitutives. » Bronckart (1996: 30).

⁵¹ Sobre a arquitectura interna dos textos, ver Bronckart (1996: 115-133) e Miranda (2008: 84-85).

⁵² Sobre o conceito de *género* de texto, ver 2.3.

⁵³ Para um tratamento mais abrangente desta problemática, vejam-se Blancafort & Valls (2007: 241-257) e Coutinho (2003: 87-115).

categoria teórica *gênero* assume inegável relevância no que respeita à análise dos textos empíricos.

De acordo com Coutinho (2007: 639),

É inegável a centralidade da noção de género (de texto/ de discurso), no âmbito dos estudos linguísticos sobre os textos e os discursos – atravessando diferentes enquadramentos teórico-epistemológicos e áreas disciplinares próximas (como sejam, nomeadamente, as disciplinas geralmente designadas como análise do(s) discurso(s) ou linguística do texto, a perspectiva do interaccionismo sociodiscursivo ou a abordagem sistémico-funcional). Sem entrar em aspectos particulares da caracterização da noção, no quadro de cada uma das perspectivas teóricas que a tomam em consideração, poder-se-á sublinhar o papel fundamental de que ela se reveste, evidenciando a articulação estreita entre factores linguísticos, associados a diferentes aspectos da organização textual, e factores situacionais, inequivocamente envolvidos nas tarefas de produção e de interpretação textuais.

Segundo Rastier, (2001: 299), um *gênero* consiste num

(...) programme de prescriptions (positives et négatives) et de licences qui règlent la production et l'interprétation d'un texte. Tout texte relève d'un genre, e tout genre, d'un discours. Les genres n'appartiennent pas au système de la langue au sens strict, mais à d'autres normes sociales.

Na linha do que defende Marcuschi (2003: 20), a caracterização dos gêneros faz-se, pois, mais “por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas propriedades lingüísticas e estruturais”.

Por outro lado, entendido como “um plano (dinâmico) de estruturação dos textos” (Miranda, 2004: 17-18), o conceito de *gênero* pode ser descrito como um dispositivo mediador entre a situação de comunicação específica e o texto efectivamente produzido. Encarado como instrumento de mediação, o *gênero* apresenta os seus próprios parâmetros, podendo estes

[...] ser provisoriamente definidos como constituindo as propriedades de estruturação seleccionadas pelo género (e relativamente estabilizadas), que condicionam a construção textual em todas as suas dimensões[...]: temática, enunciativa, disposicional, composicional e intencional. (Miranda, 2004: 18)

As coerções colocadas pelos *parâmetros de género* às opções relativas aos mecanismos de textualização⁵⁴ podem ser entendidas numa dinâmica bipolar entre *reprodução* e *inovação*, ou seja, cada texto se aproxima ou se afasta de um núcleo genérico de acordo com condicionalismos vários, nomeadamente de ordem enunciativa, situacional, comunicativa, etc., como resultado do entendimento que o Locutor tem da situação de enunciação:

O resultado desse duplo processo é um novo texto empírico que integra, simultaneamente, os traços do género escolhido (ou adoptado) e os traços do processo de adaptação às particularidades da situação (...). É por isso que todo o texto empírico constitui sempre um exemplar de género (Miranda, 2008: 83-84).

Por outro lado, “os géneros funcionam, a título de modelos (de texto), como padrões de referência para as interacções que ocorrem nos mais diversos contextos comunicativos (Caldes, 2009: 68), assumem também uma “função instrucional” no que se refere à recepção dos textos e atestam o desenvolvimento por parte dos falantes de “uma competência genérica, em função da qual avaliam a pertinência e a adequação dos géneros às diferentes situações comunicativas” (Caldes, 2009: 72). Nessa perspectiva,

Los géneros discursivos constituyen una parte muy importante de lo que se entiende por repertorio comunicativo o capital comunicativo, tanto de los individuos como de los grupos humanos. El conocimiento activo de los géneros en que se estructura la vida de una comunidad «no sólo tranquiliza al hablante sino que también ayuda a los receptores porque limita las posibilidades interpretativas de los enunciados al relacionarlos con un género específico. La orientación hacia formas genéricas es un importante componente de los procesos de inferencia en la interacción». (...) (Blancafort & Valls (2007: 253)

Na linha de Pinto (2006: 20), adoptamos neste trabalho o conceito de *géneros persuasivos* enquanto produções discursivas que

têm em comum uma finalidade persuasiva: todos buscam, de forma diferenciada, a adesão de um interlocutor a determinada idéia. Jamais podemos

⁵⁴ Coutinho (2006) propõe uma distinção entre o que considera *parâmetros de género* e o que designa por *mecanismos de realização textual*: “os primeiros correspondem a possibilidades e/ou impossibilidades, relativas aos diferentes níveis organizacionais, que estabelecem a identidade do género e, como tal, regulam as tarefas de produção e de interpretação de um texto concreto; os segundos dão conta das opções particulares dos textos efectivamente produzidos, face aos parâmetros do género.” Caldes (2008:55-59) distinguirá *composicionalidade genérica* e *composicionalidade textual*, como veremos mais adiante.

esquecer que esses gêneros, que visam a convencer um interlocutor a compartilhar certa opinião, em graus variáveis, têm intrinsecamente uma função persuasiva.

Para a constituição e análise do *corpus*, operacionalizámos o conceito de *parâmetros de género* a nível interno e a nível externo. Ao nível externo, a atribuição dos parâmetros de género passou pela identificação das marcas editoriais, graficamente assinaladas nos jornais e revista, que permitiam a inserção dos textos nos espaços destinados à expressão de opinião e que eram completados com elementos relativos aos colonistas como nome, foto, endereço electrónico, profissão. Internamente, reconhecemos no exemplar textual empírico uma finalidade persuasiva que pode ir da pura demonstração à tentativa assumida de influenciar. Em ambos os casos, partimos da materialidade textual empírica para resgatar estes índices de género enquanto testemunhos do processo de composição⁵⁵ do exemplar de género em análise.

2.4. Do género ao tipo de discurso

No quadro teórico do ISD, em cada situação concreta de comunicação, o género seleccionado pelo agente produtor no âmbito do *capital comunicativo* acima referido irá condicionar as suas opções relativamente aos *tipos de discurso* a accionar.

Enquanto materializações linguísticas dos *mundos discursivos* – a cuja construção subjazem operações de linguagem a que estão associadas configurações de unidades linguísticas que, no quadro de uma língua natural, traduzem as suas propriedades específicas (Cf. Bronckart, 1996: 14) –, os tipos de discurso consistem em “segmentos que entram necessariamente na composição dos géneros (e portanto de cada texto empírico), nos quais se traduzem mundos discursivos particulares (ou diferentes “atitudes de locução”) (Miranda, 2008: 85), propondo-se a existência de quatro tipos: o *interactivo*, o *discurso teórico*, a *narração* e o *relato interactivo*.

⁵⁵ Entende-se este conceito no sentido dado por Caldes (2008: 55-56): «Seja mais simples ou mais complexo, todo o texto possui uma composição que lhe é específica; assim sendo, diremos que a composicionalidade é uma propriedade inevitável e inerente a qualquer texto. Por outro lado, importa referir que a noção de “composição” (...) se aproxima, na sua essência, da de “plano de texto”, proposta por Adam (1997: 669) para se referir à organização global do texto.” Contudo, a autora apresenta reservas a esta proximidade conceptual, referindo em nota de rodapé “(...) que a composicionalidade, enquanto propriedade constitutiva de qualquer texto, abrange outros níveis de organização textual, nomeadamente, no âmbito das construções sintácticas locais, que não apenas o nível da organização global, de que dá conta o plano de texto. Por conseguinte, a noção de “composição” revela-se mais ampla e abrangente que a de “plano de texto”.»

As unidades linguísticas em ocorrência diferenciam cada um dos tipos e a configuração por elas assumida dá forma a *tipos linguísticos*, próprios de cada língua natural, que semiotizam os mundos discursivos (ou atitudes de locução) acima referidos: o *expor* implicado, o *expor* autónomo, o *contar* implicado e o *contar* autónomo.

No entanto, a produção discursiva empírica atesta o predomínio de situações de fusão entre tipos linguísticos, as quais espelham a hibridez da ancoragem discursiva seleccionada pelo agente produtor de texto logo ao nível da infra-estrutura textual – cenário aliás já antecipado na obra *Le Fonctionnement des Discours* (1985: 101-144.)⁵⁶ e desenvolvido em 1996, na obra de Jean-Paul Bronckart que temos vindo a citar (1996: 183-196).

No caso concreto do *corpus* constituído para este trabalho, verifica-se que os textos de opinião analisados accionam a conjunção *Expor* no que respeita às coordenadas gerais dos mundos e que, relativamente à relação com o acto de produção, apresentam um tipo de ancoragem discursiva mista – autonomia/implicação –, de que resulta a fusão do discurso teórico com o discurso interactivo.

É neste espaço discursivo de fusão que se verificam as ocorrências de *mas* analisadas na última parte deste trabalho. Atendendo a que os organizadores textuais⁵⁷ são elementos invariáveis, ou seja, nunca deixam de estar presentes nos textos, enquanto elementos estruturantes das operações de conexão, interessa-nos verificar a relação entre os organizadores textuais e os tipos de discurso num contexto de fusão, especificamente de *mas*, por razões que explicitaremos adiante.

⁵⁶ Na obra referida, os autores, no caso concreto Bernard Schneuwly, trabalham o chamado “texto intermediário”, cujo modo de ancoragem difere do dos textos de referência, os textos arquetípicos, dada a constatação de que “lorsque l’on essaye de décrire plus précisément les modes d’ancrage de différents genres de textes autres que les architypiques, il apparaît très vite qu’il est possible de distinguer des degrés d’autonomie ou de disjonction. Cela nous conduit à repenser les trois types discursifs fondamentaux comme des pôles délimitant un espace: ils représentent le maximum de conjonction, le maximum d’autonomie ou le maximum de disjonction possible. La tâche que nous nous proposons dans le présent travail est dès lors de définir des modes d’ancrage intermédiaires par rapport à ces types discursifs fondamentaux : partiellement autonomes ; relativement impliqués dans la situation matérielle de production ; plus ou moins disjoints par rapport aux repères matériels. En fonction du but et du destinataire qu’il s’est donné, l’énonciateur peut être amené par exemple à créer un texte qui soit relativement autonome, mais qui agisse aussi directement sur un interlocuteur. (...)” (1985: 101)

⁵⁷ Utilizamos o conceito *organizadores textuais* no sentido dado por Coutinho (2004: 283), segundo o qual os organizadores textuais – expressão hiperonímica relativamente a diferentes categorias de organizadores, incluindo os conectores –, constituindo unidades que implicam a relação entre a língua e o discurso, se revelam particularmente sensíveis à organização de género textual a que “sempre fica sujeita a mobilização da língua em discurso.”

2.5.O conceito de texto

No âmbito do ISD, as produções de linguagem são perspectivadas na sua relação com a actividade humana geral, estando associadas às actividades colectivas ou sociais. Por seu turno, em cada actividade colectiva, é possível delimitar acções de linguagem particulares, que correspondem às práticas de linguagem que um indivíduo empreende no quadro de uma actividade social. Os domínios da *actividade* e da *acção* são, respectivamente, de ordem sociológica e de ordem psicológica:

*(...) tout comme l'activité sociale en général peut être saisie sous l'angle psychologique de l'action, l'activité langagière peut être saisie sous ce même angle, comme **action langagière**, imputable à un agent, (Bronckart, 1996: 39)*

Deste modo, os *textos* são encarados como representantes empíricos de actividades humanas, especificamente actividades de linguagem, e enquanto unidades comunicativas historicamente situadas:

Nous avons qualifié de texte toute unité de production verbale située, finie et auto-suffisant (du point de vue actionnel ou communicationnel). (...) tout texte s'inscrit nécessairement dans un ensemble ou dans un genre (...). (Bronckart, 1996: 78)

A enunciação de um texto necessariamente mobiliza vários elementos, nomeadamente a representação que o agente tem do contexto discursivo em que se encontra inserido e o conhecimento efectivo que possui de diferentes géneros, encarados estes como produções historicamente situadas com um elevado grau de variação. Resultando da acção linguística das gerações anteriores, os géneros estão disponíveis em cada momento no arquitexto, enquanto modelos a que cada falante pode recorrer. Encontram-se sob a forma de uma nebulosa e apresentam diversos graus de estabilidade. Nesta perspectiva, todo e qualquer *texto* se insere num *généro*, cuja selecção resulta da capacidade avaliativa do locutor em contexto de comunicação:

Les textes constituent les correspondants empiriques des activités langagières, réalisés avec les ressources d'une langue naturelle. Ce sont des unités communicatives globales, dont les caractéristiques compositionnelles dépendent des propriétés des situations d'interaction et de celles des activités générales

qu'elles commentent, ainsi que des conditions historico-sociales de leur propre élaboration.(Bronckart, 2004: 103)

Também no quadro teórico da Análise do Discurso, o *texto* é encarado como uma totalidade complexa, na qual não se pode isolar “ni l’organisation textuelle en elle-même, ni la situation de communication”, mas apenas analisar “le dispositif d’énonciation que lie une organisation textuelle et un lieu social déterminés”, perspectiva estreitamente relacionada com a questão do género (Maingueneau, 2002b: 43).

Neste trabalho, encaramos o texto de opinião como uma materialização do género persuasivo, um texto empírico que resulta de uma acção de linguagem individual, tendo como finalidade levar o interlocutor à adesão a uma determinada ideia, à adopção de uma posição, promover ou estimular um consenso, constituindo-se deste modo não apenas como uma *unidade linguística* mas como uma *unidade comunicativa* (Miranda, 2008: 83). Ainda seguindo Pinto (2006), no seu conjunto, os exemplares empíricos deste género, poderão inserir-se num *continuum* delimitado por dois pólos – do *teor demonstrativo* ao *teor persuasivo*⁵⁸ – relativamente aos quais cada texto se posiciona ao longo dessa linha, um comportamento que julgamos ser possível atestar no *corpus* em análise, enquanto materialização linguística da actividade social de negociação do dissenso no *espaço público*.

2.6. A vocação dialógica do discurso

Nesta perspectiva, recorreremos igualmente ao conceito de *dialogismo*. A situação discursiva em que são produzidos os textos de opinião implica a aceitação de que cada texto “se concretiza, em qualquer caso, em função de sujeitos comunicantes, dotados (...) da sua própria individualidade. Desta forma, o acto de comunicar – ou, (...) de *fazer*

⁵⁸ Pinto (2006: 175-176) afirma que “De uma forma genérica, a *finalidade*, tanto externa quanto interna, pode vir a denotar, dependendo do género e do texto em análise, *mais um carácter demonstrativo* (em que o objetivo é apenas apresentar fatos) *do que realmente persuasivo* (em que o objetivo é tomar uma posição em relação a um fato). Evidentemente, esse carácter não é absoluto, e assim teríamos uma espécie de *continuum* em que o *aspecto demonstrativo* ou *persuasivo* estariam presentes nos dois pólos, e a *finalidade mais ou menos demonstrativa/persuasiva* poderia ser identificada nesse *continuum* em graus variáveis, dependendo do género analisado”. Mais à frente acrescenta que “(...) a finalidade de um *género persuasivo* pode vir a ter mais um teor *demonstrativo* do que *persuasivo* ou vice-versa. Dessa forma, pensamos na adoção de um *continuum* em que estariam presentes, num pólo, a finalidade demonstrativa e, no outro, a persuasiva. Os *géneros persuasivos*, em análise, poderiam vir a estar mais ou menos próximos dessas duas extremidades, em função do levantamento que deve ser feito das *engrenagens organizacional, estilística, e enunciativa ampliada*.” (2006: 209-210)

texto – é sempre subjectivo, no sentido em que depende não só de quem o realiza como, por outro lado, de uma orientação em prol daquele(s) para quem se comunica.” (Caldes, 2009: 63). Não é outra a situação que encontramos no *corpus* analisado, como veremos mais adiante.

O conceito de *dialogismo* é um conceito central na teoria de Bakhtine. De acordo com o autor,

toute énonciation, même sous forme écrite figée, est une réponse à quelque chose et est construite comme telle. Elle n'est qu'un maillon de la chaîne des actes de parole. Toute inscription prolonge celles qui l'ont précédée, engage une polémique avec elles, s'attend à des réactions actives de compréhension, anticipe sur celles-ci, etc.» (Bakhtine 1977: 105, apud Rodrigues 2008: 59)

Nesta perspectiva, todo e qualquer enunciado “refuta ou problematiza, de modo preciso (através de posições públicas explícitas) ou de modo difuso (através do interdiscurso), enunciações antecedentes estabelecendo com elas relações, explícitas ou implícitas, de adversidade/antagonismo” (Rodrigues, 2008: 59).

De facto, a própria selecção de um protótipo disponível no arqutexto por parte do agente produtor de texto já se baseia em decisões de carácter interactivo e, nessa perspectiva, as sequências assumem um estatuto fundamentalmente dialógico (Cf. Bronckart, 1996: 237-238). No que diz respeito especificamente à sequência argumentativa, o seu carácter dialógico evidencia-se, por exemplo, quando o agente produtor do texto opta por organizar o discurso numa sequência argumentativa face à conclusão de que o conteúdo temático a expor pode ser objecto de contestação por parte do seu destinatário.

No *corpus* analisado, um dos traços recorrentes será exactamente “a convocação do outro no discurso” (Rodrigues, 2008: 67-68) – ou não estivéssemos num contexto de espaço público, debatendo diferenças. Contudo, e como tentaremos comprovar mais adiante, verifica-se igualmente a presença de uma dimensão quase dialogal, em consequência da acentuada tendência para a “conversacionalização”⁵⁹ do discurso.

⁵⁹ Para a explicitação deste conceito, veja-se a secção 3.3.

3. TEXTOS DE OPINIÃO NA IMPRENSA ESCRITA PORTUGUESA

3.1. *Seleção e delimitação do corpus*⁶⁰

De acordo com dois dos colunistas cujos textos de opinião foram seleccionados, e por razões que ambos claramente explicitam, qualquer cidadão do mundo deveria poder votar nas eleições americanas. José Miguel Júdice, advogado, assim o afirma⁶¹, sendo também essa a posição José Cutileiro, diplomata e ex-embaixador⁶². Assim, o nosso interesse por este tema tem, pelo menos, um argumento a seu favor: é partilhado.⁶³

De um universo de textos de opinião bastante mais amplo – cujo assunto central era a eleição do 44º presidente dos Estados Unidos da América – extraímos um *corpus* de 65 textos, publicados numa sincronia delimitada entre 23 de Outubro e 27 de Novembro de 2008, nos diários *Público* e *Diário de Notícias*, e nos semanários *Visão* e *Expresso*. Os textos, de autoria diversa, foram publicados no período imediatamente anterior e posterior à eleição – bem como no momento correspondente à eleição propriamente dita, 4 de Novembro de 2008 – do 44º Presidente dos EUA, Barack Hussein Obama. Este assunto de política internacional concentrou uma insistente e militante atenção dos mais diversos quadrantes da sociedade portuguesa, tendo inclusivamente dado origem ao que poderá designar-se de “polarização” entre a direita e a esquerda jornalísticas e até a alguma interacção verbal polémica sob a forma escrita.

A selecção deste conjunto mais reduzido de textos baseou-se no facto de os considerarmos uma amostra significativa do fenómeno linguístico que desejamos explorar, na circunstância de a sua publicação ocorrer em órgãos da imprensa escrita considerados de referência, como os acima indicados, e ainda no facto de apresentarem um assunto comum, circunstância que permitiria verificar a presença da dimensão

⁶⁰ Os textos do *corpus* encontram-se digitalizados em anexo, constituindo o **Anexo 4**.

⁶¹ “Uma velha *boutade* diz que todos, e não apenas os cidadãos dos EUA, deviam votar nas eleições americanas. Alguma razão existe para essa afirmação. Gostemos ou não que assim seja, a decisão entre Obama ou McCain é capaz de ser - nos aspectos essenciais - mais importante para Portugal do que a opção entre Sócrates e Ferreira Leite.”

⁶² “Deveríamos todos poder votar na eleição do Presidente americano: europeus, sul-americanos, asiáticos, australianos, africanos. Se tivesse sido assim em 2004 John Kerry haveria tomado conta da Sala Oval, poupando a América e o mundo a mais quatro anos de George W..”

⁶³ No T10, António Vitorino reflecte sobre a mesma questão, confirmando o interesse do assunto à época: “Raras vezes umas eleições presidenciais americanas terão despertado tanto interesse no mundo inteiro. O que paradoxalmente sucede num momento em que os EUA se apresentam particularmente vulneráveis do ponto de vista económico e registam índices de popularidade como país bastante baixos.

Este interesse resulta, antes do mais, da convicção que todos temos de que o resultado das eleições acabará por ter um impacto significativo na nossa própria vida corrente.”

dialogal e polémica da interacção argumentativa, em suporte escrito, expectável em simultaneidades discursivas em decurso na imprensa escrita de teor opinativo.

Além disso, a selecção deste tópico jornalístico da área da política internacional pretendeu evitar discursos em que fosse evidente uma dimensão claramente partidária, inevitável em temas que afectassem mais directamente a sociedade portuguesa. Esta eleição, apesar de potencialmente próxima nas suas consequências globais ao nível da diplomacia mundial, teria condições para gerar nos locutores emoções racionalmente fundadas (Amossy, 2006: 192-195) nas convicções mais profundas, os sentimentos morais. Além disso, permitia prever a expressão – por vezes, veemente – de posicionamentos bastante reveladores das diferenças ideológicas dos diversos intervenientes.⁶⁴

De facto, a argumentação desenvolvida a propósito deste evento – à partida exterior, embora com capacidade para influenciar a comunidade nacional – no espaço público, e dado que uma das linhas de debate mais evidentes foi exactamente a bipolarização esquerda/direita relativamente à situação em análise, permitiu a recuperação de conceitos de carácter ideológico como objecto de discurso e abriu espaço para a explicitação de valores estruturantes de cada universo ideológico, originando uma delimitação de espaços políticos. A este respeito vejam-se, a título de exemplo, os excertos⁶⁵ seguintes:

- 1) Não sou imparcial mas, olhando para Obama e Sarkozy, vejo esta diferença. Ambos parecem saber explicar a crise. Ambos dão uma ideia incompleta do que se deve fazer, o que de momento é compreensível. Mas os princípios ideológicos de Sarkozy não me dão confiança. A sua utilização dos sentimentos anti-imigração, num momento em que a Europa envelhece, é apenas um exemplo crucial. (Rui Tavares – T8)
- 2) É que para os europeus em geral, e para a esquerda europeia em particular, será sempre preferível que o Presidente dos EUA seja alguém que sabe que a América precisa do mundo. Já que a esquerda europeia que acredita na liberdade, no multiculturalismo e na tolerância, por seu turno, é a esquerda que sabe que o mundo precisa de uma América predisposta ao diálogo e liderada por quem sente na sua própria condição humana o valor do respeito das diferenças. (António Vitorino – T10)

⁶⁴ Sobre a inscrição da emoção no discurso, ver Amossy (2006: 195-198).

⁶⁵ Os exemplos são numerados de forma sequencial dentro de cada capítulo, considerado, por questões de ordem prática, em termos absolutos para a indicação dos números dos exemplos apresentados.

- 3) É verdade que a direita europeia que apoiou Bush debanda agora, com uma extraordinária candura, para a mais excitada obamomania. Está disposta a aplaudir o candidato que defende um crescente papel do Estado no sistema de saúde, uma política fiscal mais redistributiva e o abandono definitivo do voluntarismo político-militar defendido pelos neocons. (Rui Oliveira – T11)

No primeiro excerto, encontramos a crítica a posições xenófobas, que – embora características dos partidos de extrema-direita – surgem associadas ao actual presidente francês e geram a desconfiança do autor, um cidadão assumida e publicamente posicionado à esquerda. Já no segundo excerto encontramos explicitamente enumerados alguns valores matriciais da esquerda europeia, como o multiculturalismo, a tolerância, a valorização do diálogo e o respeito pelas diferenças, convocados num contexto propício, visto que Barack Obama – a ser eleito, como de facto aconteceu – iria ser o primeiro afro-americano a atingir a presidência dos Estados Unidos. No terceiro excerto, a caracterização do perfil político de Barack Obama surge como contraponto às convicções básicas da direita europeia, nomeadamente a sua rejeição do papel do Estado em sectores sociais vitais, como a saúde, e de uma política fiscal socialmente mais equilibrada, bem como a defesa do imperialismo militar americano.

Assim, constata-se que os próprios valores que estabelecem a distinção entre campos ideológicos são aqui objecto de reflexão e de discurso, permitindo o que podemos considerar uma redefinição de territórios ideológicos cujas fronteiras se encontrassem esbatidas.

3.2. Imagens emergentes do corpus

Uma leitura atenta das publicações jornalísticas mais relevantes em termos de informação geral no panorama editorial português – no caso concreto do *corpus* trabalhado, extraído dos jornais *Público*, *Expresso* e *Diário de Notícias* e da revista *Visão* – permite constatar rapidamente a importância do espaço nelas reservado à opinião.

A expressão de opinião ocupa espaços fixos no que à arquitectura interna do órgão de comunicação em causa diz respeito, devidamente sinalizados⁶⁶, garantindo a orientação do leitor relativamente à inserção do *texto* empírico concreto num *género* específico que lhe permita activar as estratégias de leitura mais produtivas. A paisagem editorial destes espaços caracteriza-se ainda pelo que poderá interpretar-se como um esforço deliberado de criar uma imagem de pluralidade de posicionamentos e, consequentemente, de registos opinativos representativos de diversos quadrantes da sociedade⁶⁷ por parte das direcções editoriais dos órgãos de comunicação em causa.

Neste trabalho, tomámos por objecto uma pequena amostra do mundo vasto e diverso da expressão de opinião na imprensa escrita em Portugal, entendendo o carácter dinâmico e multiforme desta área de produção discursiva à luz de conceitos do quadro teórico da Análise do Discurso, nomeadamente o conceito de *campo discursivo*:

(...) où un ensemble de formations discursives (ou de positionnements) sont en relation de concurrence au sens large, se délimitent réciproquement: par exemple, les différentes écoles philosophiques ou les courants politiques qui s'affrontent, explicitement ou non, dans une certaine conjoncture, pour détenir le maximum de légitimité énonciative.

Le champ discursif n'est pas une structure statique mais un jeu d'équilibre instable. (Maingueneau, 2002b: 97)

Neste contexto, e uma vez que estamos no âmbito específico da actividade jornalística, é também pertinente convocar o conceito de *domínio discursivo*, tal como definido por Marcuschi (2003: 23-24):

(...) uma esfera ou instância de produção discursiva ou actividade humana (...). Do ponto de vista dos domínios, falamos em discurso jurídico, discurso jornalístico, discurso religioso (...). Constituem práticas discursivas dentro das quais podemos identificar um conjunto de géneros textuais que, às vezes, lhes são próprios (em certos casos exclusivos) como práticas ou rotinas comunicativas institucionalizadas.

⁶⁶ No jornal **Público**, a secção englobante designa-se *Espaço Público*; no jornal **Expresso**, *Editorial & Opinião*; na revista **Visão**, não existindo uma secção específica, surgem títulos enquadradores como *Opinião* ou *Radar-Ensaio*; no **Diário de Notícias**, surge a designação *Opinião*. Para além destas designações, surgem secções a cujo conteúdo a convenção jornalística atribui teor opinativo, como o *Editorial*, ou espaços que, embora de teor opinativo, apresentam um carácter mais subjectivo como *Crónica sem dor* ou *Uma linha a mais (Público)*.

⁶⁷ Exemplificando, o *corpus* apresenta, publicados na mesma secção do jornal *Expresso*, textos de Daniel Oliveira, identificado com o Bloco de Esquerda, e de João Carlos Espada, cujas posições liberais são amplamente conhecidas.

No caso concreto do *corpus* em análise, encontramos-nos no domínio do discurso jornalístico, especificamente perante concretizações empíricas do género persuasivo, os textos de opinião, perspectivados enquanto produções sociais, actividades humanas realizadas através da linguagem, marcadas por uma intencionalidade específica, e condicionadas na sua materialização linguístico-textual por essa pertença a uma esfera de acção humana.

Para a análise deste *corpus* é ainda mobilizável o conceito de *cena de enunciação*⁶⁸, de acordo com Maingueneau (2002a: 85-93), decomponível em três cenas distintas: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*. A *cena englobante* atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso de que releva um texto. Quando confrontados com um determinado texto, somos capazes de entender em que cena englobante nos devemos colocar para o interpretar, ou seja, em que estatuto é que ele nos interpela: enquanto cidadãos leitores de jornais, eleitores, consumidores, etc.. A *cena genérica*, por seu turno, é definida pelos géneros de discurso particulares, uma vez que cada um implica uma cena específica: o papel dos intervenientes, as circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo, um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade, etc.. Quanto à *cenografia*, é instituída pelo próprio discurso e não pelo tipo ou género de discurso. Faz com que a cena englobante e a cena genérica passem a segundo plano, uma vez que o leitor a aceita em primeiro lugar⁶⁹:

La scénographie est ainsi à la fois ce dont vient le discours et ce qu'engendre ce discours; elle légitime un énoncé qui, en retour, doit la légitimer, doit établir que cette scénographie dont vient la parole est précisément la scénographie requise pour raconter une histoire, dénoncer une injustice, présenter sa candidature à une élection, etc.. (Maingueneau, 2002b: 516-517)

No caso do *corpus* analisado, podemos considerar que temos como *cena englobante* o discurso jornalístico, domínio discursivo em que encontramos como *cena genérica*, o texto de opinião, cuja finalidade consiste em veicular um ponto de vista e suscitar adesão ao mesmo entre os leitores da publicação, após reflexão sobre as questões de ordem em análise. Quanto à *cenografia*, através da qual se tenta concretizar

⁶⁸ O conceito de *cena de enunciação* ocorre no quadro da Análise do Discurso em concorrência com o de *situação de enunciação*.

⁶⁹ Como exemplo concreto de cenografia podemos pensar nas cartas endereçadas por candidatos políticos aos eleitores do seu círculo, nas quais, embora tal não seja explicitado, se configura um apelo ao voto.

esse objectivo, veremos mais à frente que esta apresenta alguma variação, facto que pode ser relacionado não só com a localização de cada texto empírico no *continuum* entre *teor demonstrativo* e *teor persuasivo* previamente referido mas também com a fusão entre os *tipos de discurso* (ISD) presentes nos textos – concretamente a fusão entre o *discurso teórico* e o *discurso interactivo* e os diferentes pesos que cada assume em alguns dos textos em análise - e o modo como esse facto se relaciona com a representação que o(s) Locutor(es) têm da situação de comunicação em que agem.

Em entrevista ao programa *Negócios da Semana*, do canal televisivo Sic Notícias, a 08 de Abril de 2009, João Cravinho afirmou que “A opinião pública existe. A opinião pública não é parva.”⁷⁰ A nosso ver, esta afirmação sintetiza, na sua primeira asserção – “A opinião pública existe (...)” –, uma convicção que pode considerar-se subjacente à situação de enunciação de todos os textos. De facto, a sua composição e publicação insere-se na “constituição de processos sociais de opinião” (Esteves, 2010: 4), para os quais as opiniões individuais expressas pretendem contribuir, formando no seu todo “uma original estrutura simbólica de experiência, constituída como mediação complexa de Público e Privado, em que estes dois níveis de realidade se pressupõem e imbricam estreitamente.” (Tarde *apud* Esteves, 2010: 4)

À segunda frase apresentada – “A opinião pública não é parva”. – subjaz uma outra convicção relacionada com a primeira: a tomada de posição individual veiculada através do texto de opinião, é um contributo – *uma acção de linguagem* no quadro do ISD – que pode influenciar (*leia-se*, informar, alertar, gerar outras tomadas de posição, ...) quem a lê, sendo que a construção de opinião no espaço público poderá então ser eventualmente “conformada” num sentido ou outro⁷¹. Por outras palavras, tal como todo e qualquer discurso, a acção de linguagem materializada no texto de opinião apresenta uma dimensão causativa (Fonseca, 1994: 84)⁷² pondo em marcha estratégias que visam garantir a sua eficácia, de acordo com a intencionalidade comunicativa e argumentativa do Locutor.

⁷⁰ João Cravinho, à época euro-deputado socialista, tinha sido previamente responsável pela elaboração de um pacote de legislação anti-corrupção, proposta esta rejeitada pelo primeiro governo socialista liderado por José Sócrates.

⁷¹ Sobre o modo como esta situação pode relacionar-se com a questão da manipulação ver Breton (2002) e Plantin (2002a).

⁷² Fonseca (1994: 84): “ (...) o discurso, porque dirigido *a/sobre* alguém, comporta uma inequívoca dimensão causativa: na verdade, ele é agente de mudança. Importa até anotar que o discurso rigorosamente só se consoma como objecto mediador de intersubjectividade quando o Alocutário dá mostras, explícita ou implicitamente, de que foi atingido nos seus estados cognitivos, passionais ou nos seus comportamentos. Antes disso, sem isso, não há verdadeiro discurso.”

Neste processo de elaboração linguística e composição textual, o Locutor confere a essa entidade ambígua, controversa, de difícil delimitação teórica⁷³ – a Opinião Pública – a capacidade de análise e de opção perante os vários dados que chegam à sua consideração, confirmando-a como interlocutor difuso, mas ainda assim como, muito provavelmente, “a mola principal das democracias” (Esteves, 2010: 1).

3.3. Locutor(es) e Alocutário(s): a “conversacionalização” do discurso

Todavia, nem sempre o auditório assume um carácter tão impreciso. De facto, e pese embora o carácter aparentemente monológico⁷⁴ de qualquer texto de opinião publicado, a intersubjectividade inerente a qualquer actividade discursiva pressupõe que, ao produzir o seu enunciado, o Locutor prefigure ou antecipe o Alocutário a quem se dirige e que concebe como co-autor/co-enunciador do discurso que põe em marcha. A comunicação disjunta e diferida coloca maior responsabilidade no Locutor no que respeita à concepção do Alocutário e na antecipação das suas reacções.⁷⁵

Na linha de Fonseca (1994: 49-94), consideramos que a antecipação do Locutor relativamente à recepção que o Alocutário poderá fazer do seu discurso – na consciência de que essa interpretação é o sentido final de enunciado e que consiste na atribuição de uma intenção ao Locutor – e a tentativa de a “controlar”, levam o Locutor a orientar a sua produção antecipando essa interpretação. Esse trabalho de elaboração discursiva deixa marcas na composição textual (planificação, reformulação, avaliação e comentário metalinguístico ou metacomunicativo), antecipando objecções, delineando estratégias, orientações adequadas ao propósito argumentativo. Nos textos do *corpus* analisado, casos há em que a “tentação” antecipatória é particularmente evidente, relacionando-se com a diversidade de formas que a dimensão dialógica assume na materialidade textual.

⁷³ Para as dificuldades da elaboração teórica do conceito *Opinião Pública*, veja-se Esteves (2010).

⁷⁴ A realidade monológica do discurso argumentativo é aparente: a sua heterogeneidade constitutiva tem na base a presença estrutura do discurso de um no discurso do outro (Cf. Fonseca, 1994: 49-94). Também Plantin (1996:75) o afirma: “La présence structurante du discours de l’un dans le discours de l’autre est à la base de l’hétérogénéité du discours argumentatif apparemment le plus monologique.”

⁷⁵ Recordemos Fonseca (1994: 83), citando Benveniste: “O discurso, sendo locução, é necessariamente alocução, ou seja, no discurso o Locutor significa/significa-se a outro ou outros: «...dés qu’il se déclare locuteur et assume la langue, il implante l’autre en face de lui, quel que soi le degré de présence qu’il attribue à cet autre. Toute énonciation est, explicite ou implicite, une allocution, elle postule un allocutaire» sendo, então que «ce qui en général caractérise l’énonciation est l’accentuation de la relation discursive au partenaire, que celui-ci soit réel ou imagine, individuel ou collectif.»”

A título de exemplo, vejam-se os textos 6, de Rui Tavares, e o texto 7, de Rui Ramos – em que se antecipa a reacção dos alocutários e se lhe responde através de comentários que explicitam a própria mecânica argumentativa, confirmando o peso da intersubjectividade neste domínio discursivo. O Locutor expressa uma reacção que antecipa da parte do Alocutário, configurando-o como co-autor/co-enunciador do discurso, deste modo evidenciando a dimensão dialógica que está na matriz da própria escrita, referida aliás por Bronckart a propósito da sequência argumentativa:

- 4) Porém: caso Obama ganhe, todos os comentadores que disseram que Mitt Romney (ou Hillary Clinton, ou John McCain) iria ser próximo Presidente dos EUA aqui estarão para nos explicar como sempre fazem, qual é o verdadeiro significado da decisão dos americanos. Dir-nos-ão: a guinada à esquerda é na verdade uma vitória do centro. Dir-nos-ão: não devemos esperar grandes mudanças, quase não havia diferenças entre os dois candidatos. E sorrirão com o entusiasmo da esquerda europeia. (Rui Lavrais - T6)
- 5) Vamos à contra-argumentação preventiva. Primeiro, a razão que acima de todas as outras tornou Obama viável foi ele ter sido contra a guerra do Iraque desde o seu início. Segundo, a razão que acima de todas as outras tornou a vitória possível foi a posição neoprogressista de Obama contra a economia do "desenrasque-se quem puder". (Rui Tavares - T6)
- 6) Talvez um ou outro especialista, com ciência retrospectiva, viesses então a detectar na campanha alguma mazela que agora ninguém vê. Mas muito mais gente apontaria o dedo a uma nação que escondera os seus maus instintos nas sondagens. Porque ninguém atribuiria um insucesso de Obama às limitações do candidato ou às qualidades do seu adversário, mas unicamente aos preconceitos étnicos da América, e sobretudo da sua plebe, a quem a esquerda americana devota o desprezo de Maria Antonieta. (Rui Ramos – T7)

Veja-se igualmente o texto 4, de José Cutileiro, com a referência a tomadas de posição de outrem, recuperando fragmentos do interdiscurso⁷⁶ – e a respectiva contra-argumentação ou simples tomada de posição –, o que também acontece no texto 24, de Constança Cunha e Sá, no texto 29, de Pedro Lomba, no texto 38, de Nuno Brederode

⁷⁶ Em sentido estrito, entende-se *interdiscurso* como um espaço discursivo, um conjunto de discursos (dum mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que se delimitam reciprocamente. Em sentido lato, designa-se como *interdiscurso* o conjunto de unidades discursivas (oriundas de um mesmo género, de discursos contemporâneos de outros géneros, etc.) com as quais um discurso particular se relaciona implícita ou explicitamente. Cf. Maingueneau (2002b: 324). Aplicamos o conceito nesta segunda acepção.

dos Santos, no texto 40, de Pedro Magalhães, no texto 41, de Rui Tavares, entre outros exemplos possíveis.

- 7) Cassandras lembram que a esperança posta nele levará inevitavelmente a desilusões devastadoras, mas a questão não é essa. Primeiro, no estado actual do mundo ter esperança será meio caminho andado. No viver cinzento e ansioso dos dias de hoje, assustado por espasmos financeiros ou terroristas, um político decente capaz de dar alma aos seus (e aos outros) é ávis rara bem-vinda. (José Cutileiro – T4)
- 8) É fácil dizer que por trás da vitória de Obama se esconde um mundo de incógnitas e de desilusões. Qualquer candidato capaz de criar expectativas tão altas está, depois de eleito, condenado à dificuldade de saber geri-las, sem defraudar os anseios da maioria dos seus apoiantes. Este dado elementar tem servido de argumento a alguma direita mais renitente: para contrariar as fantasias de uma esquerda festiva que se deixou seduzir pelo discurso messiânico a do candidato, nada melhor do que socorrer-se da dura realidade dos factos para demonstrar que a desilusão é uma inevitabilidade e que a mudança, que agora se anuncia, não sobrevive ao teste de uma presidência que, por muito que tenha prometido, não tem nada de novo a oferecer. (Constança Cunha e Sá – T24)
- 9) Já são tantas e tão variadas as explicações para a vitória de Obama que eu devia ter o cuidado de não me meter nisso. Mas tenho verificado que cada um tem o seu Obama. Nada de anormal, diga-se. Se alguém se torna Presidente da nação mais dividida do mundo, é porque chegou com êxito a públicos diferentes. (Pedro Lomba, T 29)
- 10) Vivida a festa, porém, logo na manhã seguinte vemos alguns, dos que era lícito esperar que a celebravam, falando agoiros em nome da prudência, com caras soturnas e olhar sombrio. (Nuno Brederode – T38)
- 11) De todas as coisas que se disseram e escreveram em Portugal sobre as eleições americanas e as suas possíveis consequências, uma das mais intrigantes foi a ideia de que a identidade do vencedor não faria grande diferença. Nem de um candidato para outro, nem em relação ao passado recente. Os argumentos utilizados variaram em grau de sofisticação e de aderência à realidade. (Pedro Magalhães – T40)
- 12) Com louvável desvelo, muita gente está preocupada com o excesso de entusiasmo por Obama, e vão avisando (ou desejando) que ele terá de governar ao centro, moderar as expectativas de quem nele votou, estender a mão aos derrotados, etc. (Rui Tavares – T41)

Outras vezes, o Locutor actualiza procedimentos de retoma intratextual, recuperando o seu próprio discurso – vejam-se o texto 2, em que José Miguel Júdice recorda posições anteriormente por ele expressas, e os textos 6 e 8, em que Rui Tavares se insere numa continuidade discursiva em que, nitidamente, conta com um acompanhamento da sua escrita por parte dos leitores, ou então se cita a si próprio, como no texto 41. Há um caso em que é a própria selecção lexical realizada por eventuais interlocutores, presente no *interdiscurso*, que parece motivar o texto, como acontece no texto 59, da autoria de João César das Neves:

- 13) A palavra mais repetida no resultado das eleições americanas é “futuro”. Muitos disseram que o mundo mudou, se abriram novas perspectivas, se sente um espírito de oportunidade. Tudo isto é decisivo num momento tão perigoso da história da América e do mundo. A crise actual mostrou a todos que estamos no mesmo barco, navegando ou afundando juntos. A humanidade deseja felicidades ao presidente Barack Obama. Mas o futuro é a mais ambígua das realidades. (...) (João César das Neves – T59)

Por último, é devida referência aos textos em que, para além de um auditório anónimo, o Locutor refere Alocutários concretos – indivíduos histórica, social, ideológica e culturalmente situados e identificáveis – ou então grupos que representam posições claramente definidas. A primeira situação descrita pode verificar-se no texto 6, em que Rui Tavares refere explicitamente Rui Ramos, e no texto 42, quando João Miguel Tavares interpela directamente Pedro Mexia e João Miranda. A segunda situação referida ocorre nos textos 34, de Henrique Raposo, 57, de Alberto Gonçalves, e 64, João Carlos Espada:

- 14) Rui Ramos continuará à espera que a História venha a proclamar Bush um grande presidente (só que, ao contrário das gerações futuras, nós estivemos cá e vimos). (Rui Tavares – T6)
- 15) Aqueles que ganharam a vida através da diabolização de Bush já têm um novo ganha-pão: a beatificação de Obama. (T34)
- 16) Meus caros amigos, meu caro Pedro Mexia, caro João Miranda, vocês que me desculpem: se uma pessoa não se entusiasma com isto, com o que é que se há-de entusiasmar?” (João Miguel Tavares - T42)

- 17) Nos últimos dias, anónimos e conhecidos acusaram-me de estar contra a vitória de Obama e, o que será ainda pior, contra a felicidade deles pela vitória de Obama. (Alberto Gonçalves - T57)
- 18) Apoiantes europeus de Obama mostram-se indignados quando lhes é dito que o Presidente-eleito não poderá corresponder às expectativas que muitos europeus nele projectam. Julgam que se trata de pura guerrilha politqueira. E respondem dizendo que esse é um argumento dos que não apoiaram Obama. É bem provável, no entanto, que estejam enganados. (João Carlos Espada - T64)

Perante os dados, parece possível afirmar que, no *corpus* analisado, o Locutor concebe um auditório – eventualmente virtual, mas não obrigatoriamente – com o qual estabelece uma relação discursiva, cuja substância é, *a priori*, o desejo de marcar posição no âmbito do espaço público⁷⁷, aliado ao já referido desejo de convencer – ou de, pelo menos, influenciar – e, *a posteriori*, de provocar inclusivamente uma eventual reacção do Alocutário ao texto publicado, que foi já zelosamente antecipada: vários articulistas apresentam, juntamente com a sua fotografia, um endereço de correio electrónico⁷⁸, que permitirá, aos leitores que o desejem, contactar com o autor e, eventualmente, pela sua reacção ao texto publicado, condicionar o texto seguinte, deste modo se estabelecendo um certo grau de interactividade⁷⁹ e reforçando-se a imagem de uma comunidade de opinião dialogante e civilizada, que cooperativamente tenta alargar o espaço de debate e incorporar o dissenso de forma construtiva, apelando ainda à participação.

Esta possibilidade de interacção sugere inclusivamente uma certa aproximação ao regime de interacção oral uma vez que, embora o Locutor não possa monitorizar a recepção do seu enunciado *hic et nunc* – visto que os co-enunciadores não estão em co-presença – pode receber, após a divulgação do texto, um *feedback* quase imediato e responder ao interlocutor ou, então, condicionar o texto seguinte pela reacção recebida.

Este simulacro de interactividade ocorre aliás entre os próprios autores de textos presentes no *corpus*. De facto, para além da incontornável dimensão dialógica há, por

⁷⁷ No quadro do ISD, estamos perante uma actividade humana – neste caso concreto, a comunicação no âmbito do espaço público, conceito estruturante de qualquer sociedade democrática – em que pontuam acções de linguagem individuais, materializadas em textos singulares.

⁷⁸ Ver **Anexo 1**.

⁷⁹ Esta possibilidade – actualmente em particular evidência nas edições *on-line* das diversas publicações, em que o leitor pode fazer comentários –, que permite aos Alocutários reagir e ao Locutor responder a comentários aí feitos na edição impressa seguinte, poderá inclusivamente vir configurar um eventual parâmetro de género, proporcionado pelas novas tecnologias ao serviço da comunicação.

vezes, uma quase “dimensão dialogante”. Casos há em que é particularmente evidente um certa tendência para a “conversacionalização” (Duarte, 2004: 313), com recurso a um tom oralizante, materializado linguisticamente de modo diverso, nomeadamente através da presença da ironia, de registos de língua menos vigiados, de interrogações retóricas, de interjeições, exclamações, apelos, vocativos, como podemos verificar nos textos 6, 21, 27, 34, 37, 38, 41, 42, 49, correspondentes, respectivamente aos exemplos 19) – 26):

- 19) **Mas** afinal a esquerda europeia tem estado errada estes anos todos - sobre o Iraque, Bush e a economia, não era? – portanto nada como esperar pelos senhores muito responsáveis e suas ajuizadas triangulações. (...) E não foi por ele ser negro, **mas** que sei eu? Perguntem antes a alguém que tenha apoiado a guerra do Iraque, e vibrado com a criatividade do sistema financeiro. (T6)
- 20) Lembro-me de ter pensado “uau, **mas** quem é este tipo?”, e num arroubo de romantismo político (coisa que nunca pensei existir) ir buscar a minha mulher para partilhar comigo aquele momento. (T21)
- 21) Vocês sabem, esta coisa da raça, no fundo, no fundo, tira-me do sério. Então num dia como ontem. Ele foi afro-americano para aqui, negro para acolá. E tudo isso tem mais que se lhe diga do que parece. John McCain, por exemplo, vocês acham o quê? Que é branco? Era o que eu achava até ontem. (...) **Mas** que grande discurso! (T27)
- 22) Uma eleição é, no fundo, como um golpe de Estado: trata-se de tirar os que lá estão e pôr novos. (...) E se o antecessor se apegar ao poder? E se ao próximo lhe dá ganas de agarrar o barco? (...) Em 4 de Novembro, só lhe disseram que essa é uma possibilidade: olha, tiveste 364 votos eleitorais, maioria mais do que confortável (bastavam 270). (...) Porque não está garantido: em 2004, um malandro de Minnesota, onde John Kerry ganhara, não votou nele, mas no parceiro de lista, John Edwards. Como o voto dos grandes eleitores é secreto, nunca se soube quem foi o brincalhão. Quem diz que não haverá 364 brincalhões no próximo 15 de Dezembro? (...) E antes era pior. As tomadas de posse, em vez de 20 de Janeiro eram, desde George Washington, a 4 de Março. Ficava-se quatro meses a marinar! (...) (T37)
- 23) Mas os valores libertam muitos condenados e assustam muitos carcereiros. Devemos-lhes a literatura, a música, a pintura. Já os interesses, esses, são contas em papel pardo, sem as quais o merceeiro não nos fia. Depende deles o nosso dia. Nós sabemos. E creio que Obama, o “menino magricela com um nome esquisito”, saberá que quase sempre os valores desaguam nos interesses e dissolvem-se neles. **Mas**, que raio! isto avança por mares. Sigamos esta por agora. Se e quando

esmorecer e sobrevier o desencanto, pois também esse é finito e precário – como nós e como o encanto que ele matou. (T38)

24) Vamos lá, pessoal: Obama é dos raros políticos a chegar a um cargo destes com dois livros bastante recomendáveis, escritos pelo seu próprio punho e um deles antes da sua “carreira”, a partir dos quais é fácil interpretar o seu pensamento político. Isto não faz dele um Immanuel “Kant, mas que diabo, ao ler os obamacépticos diríamos que não tomaram sequer nota desse facto. (T41)

25) Desde que manifestei publicamente o meu entusiasmo por Barack Obama, tenho alguns amigos meus que olham para mim como se eu fosse um velhinho senil que se esqueceu de tomar os comprimidos. (...)

Coisa que faz tanto sentido quanto escrever sobre Cristiano Ronaldo e dizer que a sua velocidade e as suas fintas são as mais perigosas das qualidades futebolísticas. Mas isto sou eu, que não tomei os comprimidos. (...)

Ou então, como acontece com o meu amigo Pedro Mexia, até se pode reconhecer pacificamente que a eleição de Obama é “histórica”, mas com um entusiasmo e um tom de voz semelhantes ao de “era uma bica e um copo de água, se faz favor”. Fico sempre com a sensação de que se esta gente empedernida tivesse estado presente na Última Ceia teria saído de lá a discutir a qualidade da comida. (...)

Meus caros amigos, meu caro Pedro Mexia, caro João Miranda, vocês que me desculpem: se uma pessoa não se entusiasma com isto, com o que é que se há-de entusiasmar? (T42)

26) Nos idos de 1990, era Pacheco Pereira o único intelectual encartado do seu partido e usava essa qualidade para explicar que o PSD era feito de *self-made men* sem ideologia mas com um pragmatismo e genialidade próprios. Os *self-made men* ficaram maravilhados; amaram-no como ele os amava. Mais tarde, já com o partido na mão, perguntavam-se: “Mas quem é este gajo de barbas e por que ainda está aqui a falar?” (...)

Felizmente, o eleitorado desta vez decidiu que já bastava de ter uma pessoa “simples” ou “igual a nós” na Casa Branca. Ganhou alguém que nunca aceitou fingir que era menos inteligente do que na realidade era. Mas também esperto o bastante para entender que isso por si só não lhe dava direito aos votos de ninguém. E digo isto enquanto gajo com óculos e barba. (...) (T49)

Nos exemplos acima apresentados evidencia-se o uso de *mas* com um forte pendor oralizante, remetendo-nos para “uma conversa natural e espontânea [em que existe] a manifestação das emoções do falante, seja relativamente ao que é dito, seja relativamente às suas suposições e expectativas, ou relativamente ao ouvinte.” (Rodrigues, 1998: 125). A presença destes dados no *corpus* em análise remete-nos necessariamente para o contributo da análise conversacional aplicada ao PE – nomeadamente Rodrigues (1998) – no âmbito da qual *mas* pode ser é perspectivado

numa dupla valência, seja enquanto sinal conversacional interactivo seja enquanto sinal conversacional modal:

*No caso do sinal **mas**, é por vezes difícil identificar a fronteira entre o carácter de contra-argumentação e o carácter modal. Decidi classificá-lo como sinal interactivo contra-argumentativo, sempre que contradiz uma ideia antecedente (realmente concretizada ou elíptica). O **mas** cria assim uma continuidade discursiva, marcando um contraste, em que [pode estar] implícita (...) a concordância do falante com a ideia antecedente e uma anti-orientação. (...)*

*[Noutros contextos], (...) o sinal **mas** comporta uma função modalizante pois revela determinadas atitudes do falante. É, na maioria dos casos, uma partícula modal e, como tal, pertence ao grupo dos sinais conversacionais modais. (1998: 125)*

Para além dos valores conversacionais de que *mas* é portador, também os outros traços linguísticos assinalados conferem informalidade e vivacidade ao discurso, contribuindo para a projecção de um *ethos* de maior autenticidade por parte do Locutor, traço que desencadeia uma maior proximidade entre este e o Alocutário, reforçando neste – em ambos? – a convicção de pertença a uma comunidade de cidadãos informados, que partilham interesses e saberes e que, embora possam discordar entre si, não deixam de continuar a debater as suas diferenças, interagindo civilizadamente no espaço público.

Esse entendimento liberal da participação dos sujeitos numa actividade sócio-comunicativa que ultrapassa os interesses individuais imediatos e em que a dimensão axiológica determina as acções de linguagem de cada um, num contexto especificamente democrático, está explicitado no excerto do texto 12, de João Carlos Espada, exemplo 27):

27) (...) Atribuir «a priori» uma hipotética derrota à cor da pele do senador Obama seria um sofisma grosseiro – e uma efectiva manifestação de racismo ao contrário: quem criticasse, ou discordasse, ou não votasse em Obama seria racista.

Não é assim que nós funcionamos em democracia – embora eu não me surpreenda por certa esquerda europeia ainda não ter percebido. Nós realmente discordamos uns dos outros, e criticamo-nos uns aos outros. Como diria o outro, «nothing wrong about that»: já estava na Magna Carta de 1215. E, como diria ainda um outro, «old habits die hard»: ao fim de oitocentos anos, continuamos habituados a discordar uns dos outros. (João Carlos Espada – T12)

Até ao momento, tentámos demonstrar que o *corpus* analisado evidencia traços discursivos que atestam uma dimensão oralizante e conversacional e que, para além de uma dimensão intrinsecamente dialógica, nele encontramos traços do designámos por “dimensão dialogante”. Prosseguiremos tentando relacionar a presença destes traços com o facto de estarmos perante um espaço discursivo de fusão entre os discursos teórico e interactivo, situação que irá também ser relevante para o entendimento dos valores de *mas*, a cujo levantamento e análise nos dedicamos na última parte do nosso trabalho.

3.4. A fusão discurso teórico – discurso interactivo

Como foi já referido, as coerções colocadas pelos *parâmetros de género* às opções relativas aos mecanismos de textualização podem ser entendidas numa dinâmica bipolar entre *reprodução* e *inovação*, ou seja, cada texto se aproxima ou se afasta de um núcleo genérico de acordo com condicionalismos vários, nomeadamente de ordem enunciativa, situacional, comunicativa, etc., como resultado do entendimento que o Locutor tem da situação de enunciação. Considerando novamente os excertos acima apresentados, pensamos que os mesmos evidenciam o recorte que cada texto empírico realiza no género em que se inscreve, nessa dinâmica entre *adoção* vs *adaptação* que protagoniza face ao género que o determina e aos *parâmetros* que o identificam.

Recordamos que entendemos aqui *parâmetros de género* a dois níveis: interno e externo. Internamente, reconhecemos no exemplar textual empírico uma finalidade persuasiva que pode ir da pura *demonstração* – vejam-se o texto 1, exemplo 3), e o texto 43⁸⁰, a título de exemplo – à tentativa assumida de influenciar, concretizada em orientações e apelos – vejam-se os textos 8, exemplo 1, e 64, exemplo 18), como exemplos em que estão presentes estes actos ilocutórios. Salientamos que actualizamos aqui a distinção de Pinto (2006) entre *teor demonstrativo* e *teor persuasivo*, antes referida. Ao nível externo, a atribuição dos *parâmetros de género* passou pela identificação das marcas editoriais, graficamente assinaladas nos jornais e revista, que permitiam a inserção dos textos nos espaços destinados à expressão de opinião e que eram completados com elementos relativos aos colunistas como nome, foto, endereço electrónico, profissão, tal como pode comprovar-se no **Anexo1**. Em ambos os casos,

⁸⁰ Veja-se o **Anexo 4**. O autor do texto é o Professor Adriano Moreira. Refira-se que é este o único texto do *corpus* em que ocorre *todavia*.

partimos da materialidade textual empírica – verbal e paraverbal (veja-se o caso das fotos) – para resgatar estes índices de género enquanto testemunhos do processo de composição⁸¹ do exemplar de género em análise.

De facto, para além da regularidade dos *parâmetros de género* activados nos textos que integram o *corpus* e que permitem a sua associação ao género *texto de opinião* – e, na linha de Pinto, a sua afectação ao conceito mais abrangente de *género persuasivo* – existe a “composicionalidade textual” (Caldes, 2008: 58-59)⁸², no âmbito da qual se manifesta a singularidade inerente ao Locutor que assume a composição de cada exemplar de género do *corpus* – devidamente identificado pela foto, pelo nome e também, embora nem sempre, pela profissão –, fazendo uso das “margens de flexibilidade e/ou normatividade que permitem a ocorrência da imprevisibilidade e da subversão” (Caldes, (2008: 60), através de estratégias linguísticas que tenderão a posicionar-se no que, por facilidade, designaremos um *continuum* entre *individualização* e *tipificação*.

De acordo com Bronckart (1996: 79),

Chaque texte singulier exhibe (...) des caractéristiques individuelles et constitue de ce fait un objet toujours unique. (...) si tout texte singulier est nécessairement élaboré en référence aux modèles sociaux des genres et des types, il se caractérise aussi par des modalités particulières de mise en application de ces modèles, qui découlent de la représentation particulière qu'a l'agent de la situation dans laquelle il se trouve. Si elle s'inspire bien de modèles délimitant des possibles linguistiques, chaque production textuelle repose ainsi également sur un ensemble de décisions relatives aux modalités d'application de ces modèles, décisions qui confèrent au texte son aspect définitif, en même temps que son style propre.

⁸¹ Entende-se este conceito no sentido dado por Caldes (2008: 55-56): «Seja mais simples ou mais complexo, todo o texto possui uma composição que lhe é específica; assim sendo, diremos que a composicionalidade é uma propriedade inevitável e inerente a qualquer texto. Por outro lado, importa referir que a noção de “composição” (...) se aproxima, na sua essência, da de “plano de texto”, proposta por Adam (1997: 669) para se referir à organização global do texto.” Contudo, a autora apresenta reservas a esta proximidade conceptual, referindo em nota de rodapé “(...) que a composicionalidade, enquanto propriedade constitutiva de qualquer texto, abrange outros níveis de organização textual, nomeadamente, no âmbito das construções sintácticas locais, que não apenas o nível da organização global, de que dá conta o plano de texto. Por conseguinte, a noção de “composição” revela-se mais ampla e abrangente que a de “plano de texto”.»

⁸² Retomamos a distinção estabelecida pela autora entre *composicionalidade genérica* e *composicionalidade textual* já anteriormente referida. O primeiro conceito abrange as unidades e/ou processos composicionais que são considerados *parâmetros de género* devido à forma recorrente como, integrando planos de textos fixos, são associados a determinados géneros. A *composicionalidade textual*, por seu turno, abrange as marcas formais que resultam do modo particular como, em cada texto singular, os *parâmetros de género* são actualizados.

Na verdade, considerando géneros como a petição inicial, o editorial ou o anúncio publicitário – e estamos a referir-nos concretamente às investigações de Pinto (2006) e de Caldes (2008) – podemos verificar a existência deste *continuum* nos vários níveis condicionados pela dimensão genérica, nomeadamente ao nível composicional. Cada um daqueles géneros deixa uma margem bastante diferente à intervenção individual, dado o modo como as constrações genéricas actuam em cada caso. De facto, enquanto o texto publicitário permite a expectativa de alguma imprevisibilidade – posto alguns dos parâmetros de género da publicidade serão certamente a criatividade e a originalidade (logo a individualização e o carácter único), enquanto estratégias de sedução adequadas à situação sócio-comunicativa que o género semiotiza – o mesmo não poderá dizer-se da petição inicial, em que o espaço de manobra para variação é escasso, dada a rigidez de formatação textual imposta pelos objectivos comunicativos que são inerentes à actuação na área jurídica: o discurso jurídico caracteriza-se pela normatividade e pelo seu carácter formulaico, visando no caso da petição inicial uma incontornável dimensão pragmática.

Voltando aos exemplos do *corpus* por nós trabalhado, na senda de Bronckart, retomado por Miranda (2008), consideramos que os textos mobilizam certos *tipos de discurso* logo no momento da formação da sua *infra-estrutura*, facto que apresenta alguma regularidade ao nível da composicionalidade genérica, mas não inibe certamente a singularidade ao nível da composicionalidade textual:

La notion de texte singulier ou empirique désigne donc une unité concrète de production verbale, qui relève nécessairement d'un genre, qui est composé de plusieurs types de discours, et qui porte également les traces des décisions par le producteur individuel en fonction de la situation de communication particulière qui est la sienne. (Bronckart, 1996: 79)

No caso concreto do *corpus* analisado, uma das formas de expressão dessa singularidade consiste não só na fusão entre *tipos de discurso* que os textos empíricos evidenciam mas também, e principalmente, na gestão das marcas que a evidenciam em cada texto. Com efeito, na generalidade dos textos é activado mais do que um tipo de discurso, sendo particularmente conspícuos os exemplos da co-presença de traços linguísticos do **discurso teórico** e o **discurso interactivo**, apresentando estas marcas pesos diferentes de acordo com o texto em causa.

Assim, são em número reduzido os textos em que se apresentam quase exclusivamente as características linguísticas⁸³ expectáveis no *discurso teórico*, monologado e escrito – tais como a ausência de frases não declarativas, a ausência de unidades que remetam para o Locutor e/ou Alocutário, a ausência de unidades que remetam para o espaço-tempo da produção, a presença dominante do Presente do Indicativo (por vezes, com valor genérico) e do Pretérito Perfeito Simples, a presença de modalizadores e a presença de organizadores textuais de valor lógico-argumentativo, entre outras – tal como pode verificar-se, por exemplo, nos textos T1, exemplo 3), T32 e T43⁸⁴, nos quais identificamos uma certa posição de *magister dixit* da parte do Locutor.⁸⁵ Neste caso, pode inclusivamente recordar-se a proximidade com o conceito literário de *ensaio*, do qual Bond aproxima o *editorial*, segundo ele, “um ensaio curto, embebido do senso de oportunidade”, diferindo do mesmo pela sua brevidade e por tratar “de um assunto pertinente só ao momento” (Bond *apud* Pinto, 2006: 414).

Esta situação torna pertinente a activação do conceito de *cenografia*, proposto por Maingueneau, acima referido. De facto, o texto de opinião comenta os acontecimentos de uma determinada conjuntura de modo a levar os destinatários à adopção de um ponto de vista. O *ethos* projectado pelo Locutor nos casos referidos remete para uma situação de algum distanciamento relativamente à situação material de produção, seja em relação aos factos seja em relação aos Alocutários. A cenografia criada nestes casos assume contornos didácticos, contexto em que alguém, cuja autoridade é reconhecida, enuncia a sua posição face à questão numa atitude professoral. Neste contexto, instala-se uma relação de carácter hierárquico, em que o Locutor parece saber mais, ser detentor de algum tipo de superioridade em termos de conhecimento face ao Alocutário. Podemos então especular que esta cenografia não se adequa a um cenário de paridade argumentativa no espaço público, ou seja, que é uma cenografia *pouco democrática*.

No entanto, a situação é diversa na maioria dos textos do *corpus*⁸⁶, em que coexistem os traços de ambos os *tipos de discurso*, o que aliás vai ao encontro da tendência para a “conversacionalização” assinalada acima. Do *discurso teórico*, dos

⁸³ O levantamento dos traços do discurso teórico e do discurso interactivo nos textos do *corpus* foi realizado a partir de Bronckart (1996: 168-196) e ainda de Pinto (2006: 153-155), que se apoia também em Coutinho (2003).

⁸⁴ Para T32 e T43 veja-se o **Anexo 4**.

⁸⁵ No entanto, mesmo nestes textos já ocorrem alguns desvios a esses traços linguísticos extremos, nomeadamente a uma acentuada ocorrência de formas do Futuro Imperfeito, traço que revela claramente as coerções temáticas do momento da produção textual: as eleições americanas ainda não ocorreram, pelo que se trata fundamentalmente de conjecturar cenários.

⁸⁶ Para este fim, foram analisados detalhadamente os textos T1 a T10 e ainda T18, T27, T37, T42, T43, T51 e T64.

traços referidos anteriormente, destacamos os modalizadores e a forte presença de organizadores textuais, uma vez que os três primeiros traços referidos são anulados pela presença de traços próprios do *discurso interactivo*. Deste, por sua vez, relevam a presença de frases não declarativas – nomeadamente imperativas –, a presença de unidades que remetem para o Locutor e também para um Alocutário virtual (ou nem por isso⁸⁷...), a presença de unidades que remetem para o espaço-tempo da produção – principalmente deícticos temporais –, formas verbais com valor deíctico, que co-existem com formas verbais que veiculam valores próprios do discurso teórico. Nestes casos, a *cenografia* activada no texto remete para um registo de conversa marcada por alguma informalidade, para a figura discursiva do debate entre pares, o que confere maior importância ao eixo da paridade argumentativa em detrimento da relação de carácter hierárquico que referimos anteriormente, característica que se coaduna com o entendimento da participação no espaço público enquanto experiência de adjacência e não de hierarquia.⁸⁸

O carácter de hibridez discursiva que tentámos descrever resulta da especificidade da situação social de produção em que cada acção de linguagem comunicativa

⁸⁷ Recordem-se os nomes próprios referidos acima, nomeadamente nos T6 e T42.

⁸⁸ Vejam-se alguns exemplos que comprovam as nossas afirmações:

“Não podemos ser ingénuos. Nada de essencial se alterará magicamente por causa desta eleição.” T2; “Deveríamos todos poder votar na eleição do Presidente americano: europeus, sul-americanos, asiáticos, australianos, africanos.” T4; “Obama, hoje, como vários observadores têm notado, cavalga uma dessas tempestades perfeitas. Ainda pode perder? Pode. Mas, se assim for, teremos de aceitar humildemente que tudo aquilo que julgamos saber sobre o comportamento dos eleitores e aquilo que o determina terá de ser revisto.” T5; “Neste contexto supersticioso, tenho amigos que se arrepiaram sempre que eu aqui apostei na vitória de Barack Obama – quando Hillary Clinton era a favorita ou McCain subia nas sondagens. Após o escândalo do reverendo Wright disseram-me na TV que Obama estava acabado. Quando McCain escolheu Sarah Palin como candidata a vice, a direita jornalística exultou com a jogada “brilhante” de usar uma mulher religiosa, bonita e popular para esvaziar o que era suposto ser o balão de ar intelectual e politicamente correcto de Obama. Hoje, Sarah Palin tem as reacções mais negativas nas sondagens aos americanos e é a razão mais citada por todos os jornais que dizem não poder apoiar McCain, mesmo os que sempre estiveram do lado republicano. Os nossos entusiastas assobiam para o lado na esperança de que ninguém note e ninguém se lembre.” T6; “O que me preocupa nas eleições americanas de hoje não são os membros da *National Rifle Association*, nem as *soccer moms*, nem as *hockey moms*. Nem as *security moms*. Nem as *Walmart moms*, nem os *NASCAR dads*, nem *Joe Six-Pack*, nem *Joe the Plumber*, nem os veteranos da guerra. Nem as mulheres sulistas brancas nem nenhum outro grupo de votantes. Têm todos um legítimo direito a defender as suas preferências e interesses nas urnas. O que me preocupa nas eleições de hoje é que todos os que têm o direito de votar consigam votar e que consigam votar nos candidatos em que querem votar. Básico? Talvez não.” T18; “Vocês sabem, esta coisa da raça, no fundo, no fundo, tira-me do sério. Então num dia como ontem. Ele foi afro-americano para aqui, negro para acolá. E tudo isso tem mais que se lhe diga do que parece. John McCain, por exemplo, vocês acham o quê? Que é branco? Era o que eu achava até ontem.” T27; “Por exemplo, os 27 grandes eleitores da Florida são democratas e vão votar, em princípio, em Obama. Em princípio ... Porque não está garantido: em 2004, um malandro de Minnesota, onde John Kerry ganhara, não votou nele, mas no parceiro de lista, John Edwards. Como o voto dos grandes eleitores é secreto, nunca se soube quem foi o brincalhão. Quem diz que não haverá 364 brincalhões no próximo 15 de Dezembro?” T37; “Desde que manifestei publicamente o meu entusiasmo por Barack Obama, tenho alguns amigos meus que olham para mim com se eu fosse um velhinho senil que se esqueceu de tomar os comprimidos.” T42.

individual tem lugar. A situação de produção textual para o espaço público pressupõe a individualização de cada participante, a aceitação tácita de que o que tem para dizer resulta de uma autoridade que é reconhecida, de que o seu contributo é, portanto, válido – ou seja, merece ser discutido, tem pertinência e autonomia independentemente das circunstâncias materiais de produção⁸⁹ –, o que nos remete para as coordenadas do mundo teórico. Simultaneamente, a situação de comunicação comporta uma dimensão interactiva: o Locutor deseja marcar a sua posição e tem um propósito persuasivo, pelo que não pode ignorar um auditório, que é quem, em última instância, justifica a presença da sua palavra no espaço público, justificação que se articula a dois níveis: é para um auditório que a publicação é editada e, além disso, se o Locutor foi convidado a escrever é devido aos leitores, que estarão interessados na sua posição. Deste modo, justifica-se que o modo de ancoragem efectuado para a produção textual seja misto⁹⁰, cruzamento que os traços linguísticos evidenciam: a fusão entre o discurso teórico e o discurso interactivo.⁹¹

Os textos de opinião analisados abordam uma determinada conjuntura política estrangeira não só por si própria mas também pela possibilidade que essa circunstância tem de funcionar como plataforma para discutir questões relevantes ao nível de posicionamentos político-ideológicos internos. Deste modo, evidenciam traços de um distanciamento inerente ao comentário e à fundamentação da posição apresentada, mas, simultaneamente, e visto que essa situação exterior permite debater opções de carácter ideológico, debate realizado no espaço público, permitem um posicionamento individual em que o Locutor se expõe relativamente a um assunto considerado de interesse geral. Desta forma, e recapitulando, a relação do Locutor com o acto de produção é, simultaneamente, de autonomia e de implicação, o que provoca a fusão do discurso interactivo com o discurso teórico, uma vez que, relativamente às coordenadas gerais dos mundos o Locutor se coloca prioritariamente no eixo do *EXPOR*.

⁸⁹ As áreas de actividade de alguns autores são, para além do jornalismo, o direito, a filosofia, a história, a sociologia, a politologia, entre outras. A origem profissional dos *opinion-makers*, à partida, garante o seu domínio na área do saber em que se espera que opinem.

⁹⁰ A situação social de produção textual caracteriza-se por alguma ambiguidade: estamos perante um texto produzido por um indivíduo determinado, singular, que fala de um ponto de vista pessoal sobre questões que têm uma amplitude muito mais vasta, neste caso questões de carácter ideológico, especificamente a oposição direita-esquerda. De qualquer modo, tem como objectivo fornecer ao destinatário *food for thought* que lhe permita aderir às ideias que apresenta. Assim, a sua relação seja com a matéria seja com o destinatário caracteriza-se pela hibridez, situação que deixa no texto as suas marcas linguísticas. Cf. Bronckart (1985: 114).

⁹¹ Facto que confirma a afirmação de Bronckart relativamente ao *carácter dialógico* da sequência argumentativa referido anteriormente.

Esta individualidade corporizada em cada texto insere-se numa totalidade dinâmica que é o espaço público, na articulação entre o privado e o público, remetendo para o espaço de manobra que o indivíduo tem nesse espaço. Todavia não deixa de ser consistente a ideia de uma comunidade discursiva que se congrega, através de uma actualização “mitigada” da figura discursiva do debate, em torno de um evento específico, não havendo nos textos do *corpus* lugar de destaque para discursos introdutórios ou de contextualização ou sequer de “referenciação condensada” (Fonseca, 2001:15) das grandes linhas em discussão/dos eventos que motivam a tomada de posição dos articulistas.⁹²

Na generalidade dos textos, parte-se do princípio de que os dados estão disponíveis para todos os interessados, leitores e articulistas. Uma das marcas linguísticas que atesta tal facto é o uso de nomes próprios – “Barack Obama”, “McCain”, “Colin Powell”, etc. – e de expressões definidas⁹³ – “as eleições americanas”, etc. –, ocorrências que se justificam devido ao género textual em actualização: estamos perante textos de opinião que estabelecem com os potenciais leitores uma relação de estreita convivência, não revelando necessidade de apresentar dados explicativos, apoiando-se os Locutores na pressuposição de existência de um saber partilhado pré-estabelecido. Perante a presença destas unidades linguísticas, cabe ao co-enunciador relacioná-las com contexto para identificar o respectivo referente, na pressuposição de que “esse referente é único e acessível a partir do contexto; em outras palavras, ele deve presumir que o enunciador respeita as leis do discurso (...)” (Maingueneau, 2002a: 18).

3.5. Presenças e ausências no espaço público

Inevitavelmente, uma questão se impõe. Por que processos é outorgada autoridade a estas vozes da opinião? Quais são os requisitos exigíveis para que se conceda a um determinado indivíduo o espaço de um determinado órgão de comunicação social, neste caso a imprensa escrita, de forma fixa, e normalmente prolongada? Nos termos do ISD, qual é o papel social do agente produtor do discurso?

No **Anexo 1**, constam as diferentes áreas de actividade de que são oriundas estas vozes de autoridade opinativa. Por um lado, podemos verificar que o espaço de opinião

⁹² No caso da sincronia em análise, a linha de reflexão começou antes e terminará depois dos limites temporais convencionados para o *corpus*, ou seja, o tempo de enunciação coexiste com as coordenadas situacionais.

⁹³ A título de exemplo, veja-se o modo como se iniciam os textos 2, 9, 22, 29, 31, 32, 40, 42, 57, 59, 61,65.

na imprensa portuguesa apresenta alguma diversidade em termos de vozes e de posicionamentos, nomeadamente políticos, bem como ainda de pontos de vista individuais advindos de áreas do saber e de actividade diversas, com predomínio evidente das ciências humanas. De facto, além de um eventual posicionamento político-partidário conhecido – a mero título de exemplo, Rui Tavares, Daniel Oliveira, vs João César das Neves, Adriano Moreira –, os intervenientes neste espaço público destacam-se em áreas profissionais de carácter mais específico – nomeadamente a filosofia, a sociologia, a politologia, o direito, etc. –, tendo a sua reputação sido grangeada nas respectivas áreas profissionais e científicas, situação que motiva o convite à escrita por parte do órgão de comunicação social.⁹⁴ Além destas figuras, destacam-se obviamente os próprios jornalistas de cada uma das publicações, alguns deles apresentando nitidamente áreas de especialidade, como acontece, por exemplo, com Teresa de Sousa ou Francisco Sarsfield Cabral, no jornal *Público*.

Por outro lado, a diversidade acima referida não evita o que designaríamos por “monovocalismo masculino”, visto que o número de mulheres “opinion-maker” é bastante reduzido comparativamente ao dos homens, num reflexo evidente da ainda minoritária presença feminina na esfera pública.

Segundo Estrela Serrano⁹⁵, para além dos jornalistas, o espaço público apresenta figuras com diferentes estatutos: por um lado, os especialistas, académicos ou oriundos de outras áreas de actividade; por outro, os comentadores cuja proveniência é a área política:

Em teoria, os primeiros são escolhidos por possuírem habilitações específicas, conhecimentos em áreas relacionadas com as matérias sobre as quais escrevem ou falam, experiência e credibilidade, capacidade de enquadramento e interpretação dos factos, rigor na citação de fontes. É suposto que as suas colunas e comentários acrescentem algo à actualidade noticiosa, através do aprofundamento e perspetivação de temas e factos (...).

⁹⁴ De acordo com Esteves (2010: 8), existiria uma tendência para “uma desconsideração radical da Opinião Pública e para a consagração, no seu lugar, de uma elite especializada de comando (cientistas e políticos profissionais): o novo fundamento (técnico) e princípio orientador (eficácia) da política nos dias de hoje – uma ideia (...) que fez o seu percurso muito para além do estrito âmbito do debate intelectual, constituindo ainda na actualidade o grande motivo de inspiração de uma certa deriva tecnocrática e desenvolvimentista.”

⁹⁵ À data da escrita, na qualidade de Vogal do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Veja-se o **Anexo 3**.

As razões que motivam a presença do outro grupo no espaço público são objecto de uma apreciação menos positiva: prender-se-ão com posições de relevo a nível partidário, com pura notoriedade, com poder e influência, entre outras.

No entanto, a questão colocada pela autora é outra: a representação da pluralidade partidária não é uma preocupação dos órgãos de comunicação social e essa é uma situação preocupante, visto que o “lugar” a partir do qual falam um político, um académico ou um jornalista não é evidentemente o mesmo. Assim, se os últimos se pronunciam a partir do lugar do “jornalismo” – caracterizado pela objectividade da análise e o aprofundamento das questões abordadas – não há garantias de que tal aconteça com os elementos dos outros dois grupos.

A questão da representação do espectro partidário interessa-nos aqui como plataforma para questões mais abrangentes, nomeadamente a questão da representação em termos gerais: num contexto em que só o que é público e comunicável parece existir, o que acontece ao que não “posto em comum”?

Situação que imediatamente levanta o tema da instrumentalização desse privilégio que é o acesso ao espaço público e que nos remete para as questões colocadas no início deste trabalho relativamente ao papel dos órgãos de comunicação social na construção discursiva do mosaico da realidade e na possibilidade da sua manipulação.

De facto, se entendermos o espaço público nos termos da ágora grega, tal como recorda Breton, podemos perguntar se nas nossas sociedades estará garantido a todos esse espaço em que se entra com igual direito ao discurso. Se é consensual que a diversidade de perfis e vozes presentes nos espaços de opinião é uma marca incontornável das democracias pluralistas, não deixe de ser verdade que o acesso a esses canais pode estar restringido a grupos que, por isso, mesmo num tempo de democracia constituem um resquício do Antigo Regime: são a “aristocracia do espaço público”.⁹⁶

⁹⁶ Cf. Anexo 2.

4. VALORES DE MAS EM TEXTOS DE OPINIÃO

4.1. Pressupostos teóricos

“A extrema complexidade reunida (...) [na] unidade linguística [texto]” (Fonseca, 1992: 52) só pode ser apreendida com instrumentos de análise que privilegiem a especificidade discursiva e textual e que dêem conta do efeito discursivo que se pretende atingir numa comunidade em que os textos circulam, retomando-se e respondendo-se, tal como acontece no *espaço público* atrás referido, enquanto espaço iminentemente dialógico e dialogal, do qual emergem os textos empíricos que constituem o nosso *corpus*. Neste contexto, recordamos os pressupostos teóricos que nortearam o nosso trabalho de análise linguístico-discursiva dos textos empíricos no contexto da abordagem descendente que actualizámos.

Colocámo-nos na senda de Adam (1992), perfilhada por Bronckart (1996) e tomámos como unidade de análise a sequência argumentativa. Adoptámos como referência o modelo de arquitectura textual proposto pelo segundo autor, procurando focar, no âmbito dos mecanismos de textualização, o processo de conexão e descrever especificamente o funcionamento do conector *mas* e o contributo deste para a composicionalidade textual, a estruturação argumentativa e consequentemente, nas palavras de Fonseca (2001:15), a “construção do sentido e da força persuasiva do discurso”.

Entendendo a mobilização de determinados recursos linguísticos na realização da arquitectura textual como dependente do vínculo do texto às condições sócio-históricas da sua produção, do seu próprio conteúdo temático, e da sua filiação a um género textual, secundámos a posição de Coutinho (2004: 283), segundo a qual os organizadores textuais – expressão hiperonímica relativamente a diferentes categorias de organizadores, incluindo os conectores –, constituindo unidades que implicam a relação entre a língua e o discurso, se revelam particularmente sensíveis à organização de género textual a que “sempre fica sujeita a mobilização da língua em discurso.”

Assim, tomamos a unidade linguística *texto* enquanto unidade comunicativa de elevada complexidade, de produção situada, filiada num *género*, actualizando a dimensão accional da linguagem. Neste contexto, cada texto empírico por nós analisado configura uma operação linguística em que um locutor tenta levar os interlocutores a aderirem a uma conclusão, apresentando razões para essa adesão. Estamos no campo da

argumentação, portanto, entendida, nas palavras de Plantin (2002a: 72), como uma actividade “[...] toujours située et vécue par des sujets porteurs d’intérêts, de passion et de valeurs”.

Perspectivamos os textos de opinião enquanto materializações do género persuasivo, protagonizando dinâmicas de *reprodução* e *adaptação* relativamente ao *género* que actualizam. Este entendimento do artigo de opinião é a orientação teórica adequada à busca de regularidades linguísticas e discursivas, fundamentalmente de teor argumentativo, que cada autor actualiza enquanto manobras tendentes à demonstração de uma ou várias teses e eventual persuasão do auditório a que se dirige.

Assim, perspectivámos os textos de opinião – enquanto produções linguísticas que visam persuadir os seus destinatários da justeza das tomadas de posição enunciadas, necessariamente em detrimento de outras – como um contexto genérico propício à ocorrência de estruturas contrastivas, marcas linguísticas de dissenso e instauradoras de polifonia – uma das estratégias da linguagem mais usadas no confronto discursivo, nomeadamente o conector *mas*, entendido este também enquanto organizador textual, ou seja, analisado o seu funcionamento do ponto de vista discursivo. No quadro teórico do ISD, no nível da infra-estrutura textual, este funcionamento ocorre concretamente num espaço discursivo misto, no qual se fundem os tipos de discurso teórico e interactivo, como anteriormente referimos.

Já no século XVIII surgem referências ao papel desempenhado por determinadas classes de palavras enquanto instrumentos linguísticos ao serviço da conexão entre unidades do discurso (cf. Adam, 2002: 125-128). A partir dos trabalhos de Ducrot (1980), a reflexão sobre as “mots du discours” – advérbios, conjunções e locuções conjuntivas – desenvolveu-se na área dos estudos linguísticos. A adopção de um ponto de vista pragmático e textual permitiu colocar no mesmo nível diversos tipos de conectores. Alguns desempenham a simples função de ligação entre unidades de discurso de nível diferente, mas outros podem assumir, simultaneamente, a função de marcação da responsabilidade enunciativa ou mesmo juntar às duas funções anteriores a indicação de orientação argumentativa. É esta multifuncionalidade que torna o estudo dos conectores um desafio.

4.2. *Mas: de conector argumentativo a organizador textual*

Numa perspectiva pragmática, entende-se que os conectores são portadores de instruções sobre como identificar as relações estabelecidas entre as entidades que ligam (proposições, actos ilocutórios, enunciações):

*Les connecteurs, en demandant d'identifier des contenus **P**, **Q**, **r** et **non-r**, permettent d'accéder à des interprétations de discours auxquelles l'interprétant n'aurait pas nécessairement accès.* (Moeschler, 2002: 4-5)

Por outro lado, numa perspectiva discursiva, os conectores podem também ser encarados – tal como acontece com outras entidades, – como desempenhando um papel na sinalização da estrutura do discurso:

Les connecteurs, regroupés en différentes classes selon leur fonction argumentative ou non argumentative (...) joueraient donc un rôle dans la structure du discours, signalant notamment la fonction (dite interactive) des actes qu'ils articulent. » Por outras palavras, na abordagem discursiva, « *les connecteurs constituent des heuristiques permettant d'accéder à la représentation de la structure du discours.* » (Moeschler, 2002: 4-5)

O ponto de partida do nosso trabalho consistiu exactamente em analisar o modo como, em contexto de uso, *mas* contribuía para a estruturação textual, descrevendo as conexões semânticas e pragmáticas por ele estabelecidas ao nível textual num contexto genérico específico. Inicialmente, perspectivámos esta unidade linguística especificamente enquanto conector de carácter argumentativo – rigorosamente enquanto “mots du discours”, segundo a expressão de Ducrot (1980), de valor evidentemente argumentativo. Posteriormente, e de acordo com os dados presentes nos textos empíricos analisados, o conceito de *conector* foi-se alargando para um ponto de vista discursivo e a unidade linguística *mas* foi perspectivada, numa perspectiva semântico-discursiva, também enquanto organizador textual⁹⁷ sensível a parâmetros de género – especificamente, textos jornalísticos de opinião – de índole persuasiva.

⁹⁷ Relativamente ao termo *organizadores textuais* e à problemática atinente à multiplicidade de designações existente na bibliografia disponível veja-se Coutinho (2004: 283-289).

4.3. Algumas abordagens de mas no âmbito dos estudos linguísticos

*Il est difficile, une fois qu'on a commencé l'observer, de ne pas être fasciné par la conjonction **mais**. (Ducrot, 1980:11)*

Em termos etimológicos, a generalidade das gramáticas de Língua Portuguesa que apresentam abordagens de ordem diacrónica atesta a evolução de *magis* a *mas*, tal como de *por ende* a *porém*:⁹⁸ a conjunção adversativa *mas* deriva de *magis* (= *mais*), um advérbio latino usado para construir o comparativo de superioridade e estabelecer relações de valor contrastivo entre frases, e não de *sed*, conjunção latina que significa *mas*.

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Celso Cunha e Lindley Cintra, além de classificarem *mas* enquanto conjunção adversativa – cuja função consiste em ligar “dois termos ou duas orações de igual função, acrescentando-lhes porém, uma ideia de contraste (...)” (1989: 576) – integram-na igualmente num conjunto heterogéneo denominado *Palavras Denotativas*, categoria em que integram “Certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios, que passaram a ter, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, classificação à parte, mas sem nome especial.” (1989: 148) Neste grupo se incluem outras palavras e locuções como *até*, *também*, *inclusive*, *mesmo* (inclusão) *só*, *apenas*, *salvo*, *senão*, *somente*, (exclusão) *eis* (designação), *cá*, *lá*, *é que* (realce), *aliás*, *ou antes*, *isto é*, *ou melhor* (rectificação), *afinal*, *agora*, *mas*, *então* (situação) que, segundo os autores,

não devem ser incluídas entre os advérbios. Não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio. São por vezes de classificação extremamente difícil. Por isso, na análise, convém dizer apenas: «palavra ou locução denotadora de exclusão, de realce, de rectificação», etc.. (1989: 149)

A dificuldade de capturar e descrever cabalmente os valores destes vocábulos e locuções aqui revelada é paradigmática da necessidade de alterar perspectivas e criar instrumentos de análise que destaquem o funcionamento discursivo polifuncional destas unidades. De facto, a gramática tradicional foi revelando a insuficiência do tratamento que dava a determinadas unidades linguísticas, quando abordadas exclusivamente a partir da perspectiva da língua, situação que a abordagem discursiva – privilegiando a

⁹⁸ A este propósito veja-se Barros (1986: 120-150).

importância das estratégias discursivas e trabalhando com dados empíricos discursivamente situados – veio alterar.⁹⁹

Diversos estudos, nomeadamente na área da sintaxe (cf. Costa, 2009: 22-23), têm mostrado o elevado recurso a estruturas com *mas* por parte dos falantes de PE, em contextos de expressão de nexos contrastivos, e apresentado tentativas de explicação para este fenómeno. Algumas destacam, por um lado, o facto de *mas* ser um dos conectores de aquisição mais precoce, rapidamente integrado no uso da língua; outras, a sua plurifuncionalidade – semântica, pragmática e estrutural –, que justifica a ocorrência numa grande diversidade de contextos, tais como a ligação de constituintes internos à frase, as construções de elipse e a ligação de unidades superiores à frase, ou seja, partes de discurso. Gabriela Matos (2003, entre outros) classifica este conector no âmbito mais vasto das estruturas de coordenação.

4.3.1. A distinção *Mas PA/Mas SN*

Em 1977, Anscombre & Ducrot publicaram o artigo “Deux mais en Français?» (1977: 23-40) apresentando o que consideram ser os dois valores semântico-pragmáticos assumidos pela conjunção francesa *mais*. Verificando o facto de, em línguas como o alemão e o espanhol, esta poder ser realizada por dois morfemas diferentes – *aber* e *sondern* e *pero* e *sino*, respectivamente –, que apresentam funções semântico-pragmáticas e comportamentos sintácticos distintos, os autores defendem que, em francês, a conjunção seja analisada segundo duas entidades semânticas diferentes: *mais PA* e *mais SN*. O primeiro remete para o valor de *pero* e *aber* e o segundo para o de *sino* e *sondern*, ocorrendo a primeira entidade fundamentalmente em contextos contra-argumentativos e a segunda em contextos refutativo-rectificativos. A distinção entre as duas entidades ocorre a vários níveis, nomeadamente sintáctico e pragmático.

Em 1979, no artigo «De *magis* a *mais*: une hypothèse sémantique», Ducrot & Vogt (1979: 317-341) explicitam a etimologia de *mas*, nos seus valores linguístico-pragmáticos de *SN* e *PA*. Segundo estes autores, já no latim clássico o morfema *magis* desempenharia, para além da função de advérbio na construção do comparativo de

⁹⁹ Refira-se, a este propósito, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido por Cristina Macário Lopes e Felicidade Morais relativamente a expressões linguísticas de natureza adverbial – como *de facto*, *bem*, *já*, *antes*, *depois*, *logo*, *ainda*, *já agora*, *sempre*, etc. – cujo comportamento discursivo, em termos sincrónicos, evidencia polifuncionalidade.

superioridade, a função de conjunção, com valor contrastivo. Nesta valência surgem exemplos em que *magis* assume um valor contrastivo muito do próximo do *mas/SN*, apresentando as principais características semânticas e pragmáticas da estrutura *P mas/SN Q*.¹⁰⁰ Embora os autores não tenham encontrado nos textos literários clássicos ocorrências claras de *mas/PA*, acabam por concluir que o comparativo de superioridade latino apresentava afinidades com ambos os valores semântico-pragmáticos de *mas*, constatação que permite aceitar que, nas línguas novi-latinas que dispõem de um só morfema, esses dois valores têm origem nesta forma de construção do comparativo de superioridade.

Segundo Barros,

*O morfema francês **mais** tem evidentes afinidades com o morfema português correspondente **mas**; logo, o trabalho de Oswald Ducrot (que aliás fez escola) sobre mais são [sic] do maior interesse para qualquer estudo que tenha como objectivo o contrastivo português. (1986: 26)*

No entanto, de acordo com a mesma autora, o facto de haver apenas um morfema adversativo em línguas como o PE explica-se atendendo a que o valor de *mas*, inscrito na própria morfologia da língua, pode ser apreendido

*em termos de regularidades de sentido sem recurso à definição de objectivos retóricos mais ou menos específicos. Há um **mas** sempre que se estabelece um contraste e/ou há ruptura e infracção a uma ordem ou expectativa, constituindo esse facto, pela sua baixa probabilidade, um acréscimo informativo (**mas** = **magis**).” Esta situação apresenta contudo grande complexidade, “porque, apesar das regularidades de sentido [...] se apresenta sob uma grande multiplicidade e versatilidade de usos. (1986: 143)*

De facto, o estudo dos morfemas contrastivos realizado incidiu assumidamente, e apenas, ao nível da frase e não do texto, excluindo do seu âmbito a função discursiva e textual:

Raramente será ultrapassado o âmbito da frase, embora os contrastivos tenham grande utilização sob a forma de conexões interfrásticas e textuais. É que, embora indiscutivelmente importante, o uso

¹⁰⁰ A saber: (i) negação explícita de *P* (quando em ocorrência, representada por *não-p*), com realização sintáctica e lexical, apresentando valor polémico; (ii) apresentação de *Q* (quando em ocorrência, representada por *q*), como justificação da negação de *P* (quando em ocorrência, representada por *não-p*); (iii) articulação de dois conteúdos semânticos *P* e *Q*, (quando em ocorrência, representada respectivamente por *não-p* e *q*).

dos contrastivos, nessa função discursiva ou textual, não está no âmbito deste trabalho.” (Barros, 1986: 5)

Neste contexto, concordamos com Sousa (2006: 59) quando, relativamente à proposta de unificação dos movimentos contra-argumentativo e refutativo-rectificativo – do tipo *não X, mas PA/SN Y* –, levada a cabo por Barros, afirma que os dois movimentos “têm uma natureza muito diferente”, especificamente no que ao ponto de vista pragmático diz respeito, embora constituam, sem dúvida, um acréscimo informativo, tal como defende Barros:

*De facto, embora **mas PA** possa também ser antecedido de um segmento negativo, quando tal acontece a negação e o acto de fala que é realizado são muito diferentes dos que ocorrem em estruturas com **mas SN**: no primeiro caso, temos uma negação descritiva, inserida numa asserção com um valor concessivo; no segundo, temos uma negação metalinguística e um acto refutativo. Por outro lado, e atendendo agora ao segundo segmento – **mas PA/SN Y** – cremos também que os movimentos de contra-argumentação e de rectificação, embora constituam evidentemente um acréscimo informativo, são, no entanto, claramente distintos do ponto de vista pragmático.* (Sousa, 2006: 59)

Na mesma linha, subscrevemos também a posição da mesma autora, quando contesta a posição de Prada (2000), – segundo a qual é questionável a distinção *mas PA/mas SN* – argumentando que os valores semânticos de maior ou menor contraste não explicam cabalmente o facto de

(...) a primeira entidade, embora envolvendo um movimento de contra-argumentação, comportar também um movimento concessivo e a segunda, pelo contrário, ocorrer em enunciados refutativo-rectificativos, num contexto iminentemente polémico. (2006: 60)

De facto, e embora se possa argumentar a favor ou contra a existência de uma ambiguidade lexical nas línguas em que existe apenas um morfema adversativo, a verdade é que existem diferenças entre os vários usos discursivos do mesmo morfema, como pudemos atestar no *corpus* trabalhado.

Este cenário foi antecipado J.-M. Adam – (1990: 191-211) para o francês –, cujas propostas seguimos de forma atenta neste trabalho. O autor não só refuta a

suficiência da proposta de O. Ducrot e J.-C. Anscombre (1977) acima referida – a qual congregou imensos seguidores – como também considera pouco plausível uma descrição unificada de *mas*:

Si l'on en croit O. Ducrot et J.-C. Anscombre (1977) ainsi que C. Plantin (1978) et leurs continuateurs, il n'y aurait que deux MAIS en français : un MAIS de réfutation (...) et un MAIS d'argumentation. O. Ducrot propose de décrire de façon unifiée le MAIS de type «Mais occupe-toi d'Amélie...» (Ducrot et al. 1980). Partant d'un corpus beaucoup plus vaste et surtout plus diversifié que celui de mes prédécesseurs, je distinguerai cinq fonctionnements de MAIS. On verra en conclusion si une description unifiée de ces cinq MAIS peut être envisagée. (Adam, 1990: 192)

4.3.2. A conexão no âmbito do ISD

No modelo de arquitetura textual proposto por Bronckart no quadro teórico do ISD – uma estrutura de patamares adoptada essencialmente por exigências metodológicas –, a conexão¹⁰¹ localiza-se na camada posterior à da selecção dos tipos de discurso e do plano de texto, o nível dos mecanismos de textualização. Contudo, e nas palavras do próprio Bronckart (1996: 121), atenuados os rigores metodológicos, poderá afirmar-se que os mecanismos conectivos explicitam as relações estabelecidas entre os diferentes níveis de organização de um texto.

Adoptando uma abordagem descendente, pode dizer-se que, num nível mais englobante, os elementos conectivos assumem funções de segmentação, explicitando as articulações do plano de texto: delimitam as suas partes constitutivas e podem sinalizar os tipos de discurso que correspondem a cada uma dessas partes. Num nível inferior, exercem uma função de demarcação, podendo assinalar os pontos de articulação entre as fases de uma sequência ou de outra forma de outra forma de planificação. No nível mais circunscrito, estes mecanismos desempenham uma função de empacotamento:

¹⁰¹ Outros autores, como Koch e Duarte, consideram a conexão também ao nível da coesão referencial. Baseando-se nos mecanismos coesivos da construção do texto, Koch (1991) estabelece duas modalidades de coesão. A *coesão referencial* – que ocorre sempre que estamos perante situações de presença de anáfora ou catáfora – e a *coesão sequencial* – actualizada pelo conjunto de procedimentos linguísticos que relacionam o que foi dito com o que vai ser dito, estabelecendo relações semânticas ou pragmáticas à medida que garantem a progressão do texto. Duarte (2003), por seu turno, propõe dois tipos distintos de conectividade: a conectividade sequencial ou coesão e a conectividade conceptual ou coerência. No primeiro caso, a interdependência semântica das ocorrências textuais resulta dos processos linguísticos de sequencialização dos elementos linguísticos; no segundo tipo, essa interdependência resulta dos processos mentais de apropriação do real e da configuração e conteúdo dos esquemas cognitivos que organizam o nosso saber sobre o mundo.

explicitam as modalidades de integração das frases na estrutura que constitui a fase de uma sequência ou de outra forma de planificação. Por extensão, pode considerar-se que articulam duas ou mais frases sintáticas numa única frase gráfica, desempenhando assim uma função de ligação (justaposição, coordenação) ou de encaixe (subordinação). As marcas de conexão pertencem a categorias gramaticais diferentes, sendo agrupadas segundo o critério baseado na função de conexão que assumem ao nível textual e inserindo-se então nesse grupo funcional que são os organizadores textuais.¹⁰²

No caso concreto do *corpus* constituído para este trabalho, interessa-nos verificar a relação entre os organizadores textuais e os tipos de discurso, uma vez que constatámos acima que existia o predomínio da fusão entre o discurso teórico e o discurso interactivo, sendo nesse espaço de fusão que vamos analisar as ocorrências de *mas*. Na análise efectuada para verificação da presença dos traços de cada um dos tipos de discurso nos textos, verificámos que nessa fusão, os organizadores textuais são elementos invariáveis, ou seja, nunca deixam de estar presentes nos textos, enquanto elementos estruturantes das operações de conexão.

Porque pertinentes neste contexto, retomamos as conclusões de Schneuwly (1988) relativas às operações de conexão realizadas por crianças na elaboração de textos argumentativos, por oposição às realizadas em textos informativos:

Du point de vue des différences de fonctionnement entre les deux types de textes, le fait marquant est l'importance beaucoup plus grande des organisateurs textuels pour l'élaboration de la trame des textes argumentatifs. Il s'agit là sans doute d'un effet du type de planification sur les opérations de connexion. Dans les textes informatifs, la planification peut, pour l'essentiel, suivre la succession linéaire des événements tels qu'ils sont représentés en mémoire. On pourrait parler d'un plan à dominante «contenu». (...) Les textes informatifs ont comme «cohérent» puissant l'axe temporel des événements relatés. Dans les textes argumentatifs, par contre, la trame entière du texte est le produit de la situation langagière particulière. Le processus de planification produit des arguments en réponse à d'autres, arguments dont le statut doit être souligné et dont l'articulation doit sans cesse être précisée. On pourrait parler d'un plan à dominante «co-texte et contexte». Les opérations de connexion doivent ici directement prendre le relais pour garantir l'enchaînement des arguments et pour les articuler au discours de l'autre. Il n'y a pas de «cohérent» interne au niveau du contenu. (Schneuwly, 1988: 122)

¹⁰² Para uma explicitação mais detalhada desta questão ver Bronckart (1996: 268-272).

Nesta perspectiva, e voltando ao *corpus* em análise, a ocorrência de organizadores textuais – nomeadamente de *mas* – desempenhará um papel de superior importância, atendendo a que a coerência textual depende em grande parte desta categoria¹⁰³, cuja selecção estará já necessariamente implicada nas opções feitas pelo agente produtor aquando da definição da infra-estrutura geral dos textos, concretamente os tipos de discurso e os planos de texto – aquilo que Schneuwly designa acima de *trama* do texto, as quais se relacionam directamente com a situação comunicativa concreta – neste caso, a elaboração de textos de opinião sobre um mesmo assunto no *espaço público* –, para cuja caracterização podemos socorrer-nos de parte da citação acima, aqui traduzida, cuja adequação parece inquestionável:

o processo de planificação produz argumentos em resposta a outros [argumentos], cujo estatuto deve ser sublinhado e cuja articulação deve ser explicitada de forma rigorosa. Poderá falar-se de um plano com uma dominante de «co-texto e contexto», em que as operações de conexão deverão assumir directamente a responsabilidade de garantir o encadeamento dos argumentos e a sua articulação ao discurso do outro. (Schneuwly, 1988: 122)

4.4. Valores de *mas* encontrados no corpus

4.4.1. Metodologia de análise do corpus

A adopção de um método de análise de carácter quantitativo permitiu verificar e quantificar – empírica e objectivamente – ocorrências de *mas* num contexto discursivo concreto, deste modo conferindo aos resultados uma maior representatividade enquanto evidência do uso comunicativo efectivo da categoria linguística em análise. Por seu turno, a análise qualitativa dos dados empíricos recolhidos, discursivamente situados, atestando o real funcionamento da categoria linguística em estudo, permitiu captar a sua plurifuncionalidade discursiva, ou seja, descrever o seu comportamento enquanto -

¹⁰³ Veja-se a propósito a posição de J.-M. Adam, (Maingueneau & Charaudeau, 2002: 100), “Un connecteur argumentatif donne l’instruction de rechercher et construire des inférences menant à des conclusions convergentes ou opposées. Les marqueurs de cohésion ne sont que des indices d’une cohérence à construire par un travail interprétatif, ils ne sont là que pour faciliter ce travail. Prenant appui sur des instructions co-textuelles et contextuelles, le jugement de cohérence textuelle permet de formuler des hypothèses pragmatiques sur la visée du texte (configuration et macro-acte de langage), inséparable de sa pertinence situationnelle. (...) La cohérence étant, en revanche, de l’ordre des pratiques discursives, elle relève plutôt d’une analyse de discours attentive au genre de discours, à la visée du texte, au savoirs réciproques des co-énonciateurs dans le contexte d’une interaction donnée. Cette redéfinition pragmatique de la cohérence place toute fois cette notion au croisement de la linguistique textuelle et de l’analyse de discours.”

organizador textual e identificar os diversos valores assumidos. O *corpus* seleccionado foi objecto de análise quantitativa e qualitativa, seguindo procedimentos que passamos a descrever.

4.4.1.1. *Análise quantitativa*

Num primeiro momento, procedeu-se ao tratamento quantitativo dos textos na plataforma Corpógrafo,¹⁰⁴ disponibilizada pela Linguateca, criando o *corpus* e procedendo à extracção das ocorrências consideradas significativas. A análise quantitativa permitiu verificar as taxas de frequência de *mas* e de outros conectores argumentativos como *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto* e *só que*, como se pode observar no Quadro 1.

Conectores	Mas	Porém	Todavia	Contudo	No entanto	Só que
Ocorrências	230	6	1	5	10	2

Quadro 1: Ocorrências verificadas no *corpus*

Comprovou-se um inequívoco predomínio do conector *mas*, por oposição aos outros conectores acima referidos, constatação que vai ao encontro de conclusões obtidas por outros autores no que respeita ao elevado recurso a estruturas com este conector por parte dos falantes (Cf. Costa, 2009).¹⁰⁵

Em PE, o valor semântico de contraste está associado a dois processos sintácticos distintos – a coordenação adversativa e a subordinação concessiva – classicamente considerados como semanticamente alternativos, embora ocorrendo, de facto, em contextos em que não encontram equivalente entre si (Matos & Prada, 2004). Tal como se referiu acima, o objectivo da presente investigação consistiu em descrever

¹⁰⁴ O acesso ao Corpógrafo pode ser feito a partir do endereço <http://www.linguateca.pt/corpgrafo/>.

¹⁰⁵ Os resultados obtidos por Costa no trabalho a que aqui nos reportamos revelam aspectos curiosos: o número de ocorrências de *mas* entre os alunos do 4º ano é 40; o número de ocorrências entre os adultos (o grupo de controlo) é 44, sendo que os resultados do 6º e 9º ano são, respectivamente, 19 e 26, mantendo-se o recurso a outros conectores com muito pouca expressão. Por seu turno, alguns anos antes, Prada (2000), falava de diferenças entre os textos de jovens e os textos da comunicação, uma vez que os segundos recorriam a outros conectores adversativos que não *mas*, embora este continuasse a predominar. Os resultados por nós obtidos indiciam que esta diferença tende a esbater-se, dada a quase omnipresença de *mas* verificada.

o funcionamento do conector *mas* também enquanto organizador textual. Tradicionalmente, esta unidade linguística insere-se na classe dos conectores argumentativos¹⁰⁶, juntamente com *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto*. Atendendo à própria história deste morfema no campo dos estudos linguísticos, nomeadamente a partir dos trabalhos de Ducrot, e ainda à percepção intuitiva da sua elevada produtividade, privilegiámos a análise de *mas*, embora sem esquecer outras formas com o mesmo valor semântico de base, que podem ocorrer nos mesmos contextos. A inserção de *só que* surge na sequência do reconhecimento, por parte vários autores, do processo de gramaticalização desta locução, no âmbito do qual tende a assumir valor contrastivo (Alcântara, 2007). *Mas* ocorre em simultâneo com outros conectores, como comprovámos no *corpus*. No entanto, a sua expressão é francamente residual, o que solicita a busca de razões para o facto, que ficam fora do âmbito deste trabalho.

4.4.1.2. *Análise qualitativa*

À análise quantitativa seguiu-se a análise qualitativa das ocorrências do primeiro conector, tendo-se procedido ao levantamento dos diferentes valores semântico-discursivos de *mas* presentes nas 230 ocorrências com base em categorias adaptadas a partir de Ducrot (1980), Adam (1992, 2008) e Coutinho (2004), com o objectivo de dar conta da multifuncionalidade desta unidade linguística no seu funcionamento discursivo em contexto argumentativo.

4.4.2. *Mas enquanto introdutor de contra-argumento*

No contexto discursivo analisado, as ocorrências de *mas* enquanto introdutor de contra-argumento são largamente maioritárias. Este valor contra-argumentativo parece constituir, de facto, o valor prototípico de *mas* neste contexto genérico específico. Tal facto relaciona-se claramente com as coerções que o contexto de produção genérica – o espaço público debatendo questões tidas como pertinentes na sincronia em causa –

¹⁰⁶ Tal como já referimos antes, a noção de *conector* abrange termos que pertencem a diversas categorias gramaticais: conjunções coordenativas, conjunções e locuções conjuntivas de subordinação, adverbos. A sua análise sublinha a **função** comum a esta classe palavras: a conexão. Além disso, visa constituir subclasses de acordo com a natureza semântica dessa ligação (analogia, reformulação, enumeração ou argumentação). A interpretação argumentativa dos conectores que constituem a classe dos conectores argumentativos resulta da aplicação de três grelhas de interpretação, oriundas nomeadamente da implicação lógica, da relação física de causa-consequência e da relação argumento-conclusão. (Cf. Plantin, 2002b: 128).

impõe à composicionalidade textual, reflectindo as opções do Locutor face à situação comunicativa concreta em que se encontra.

Os valores encontrados – *mas* introduz contra-argumentos, após um movimento inicial em que, seja através da concessão seja através da negação, o Locutor faz ouvir a posição que pretende contestar – evidenciam posicionamentos estratégicos válidos num contexto argumentativo em que se preza a negociação de posições distintas e em que, simultaneamente, os interlocutores não abdicam das posições respectivas, mantendo sempre a relação ao nível da cortesia.

i) Encadeamento concessivo: *mas* introdutor de contra-argumento após movimento concessivo.

- 1) Ainda pode perder? Pode. **Mas**, se assim for, teremos de aceitar humildemente que tudo aquilo que julgamos saber sobre o comportamento dos eleitores e aquilo que o determina terá de ser revisto. (T5)
- 2) É verdade que o movimento conservador tem merecido muitos obituários nos últimos meses. Mas é significativo que no rescaldo do mais criticado governo americano desde Nixon tivesse sido necessário encomendar à última hora mais uma "morte do capitalismo" para travar McCain. (T7)
- 3) Claro que em democracia não há vencedores antecipados. E as sondagens ainda se apresentam, em aspectos críticos para a vitória, dentro de uma margem de erro que não permite dar nada por adquirido. **Mas** os sinais apontam para ser mais forte a probabilidade de uma vitória de Obama. (T10)
- 4) Obama vai desiludir? Claro que sim. **Mas** até esta desilusão é um sinal. Um sinal de que as expectativas já são outras. (T11)
- 5) Eu sei que no mundo em que vivemos, e nos jornais em que escrevemos, estas palavras parecem ingénuas. Sei também que dificilmente Obama estará à altura das expectativas que criou para si próprio. [...] **Mas** é de facto um enorme prazer, ao fim de 35 anos de vida, pela primeira vez

olhar para um político e poder dizer: “Eu realmente acredito neste homem.” (T21)

- 6) Um movimento quer dizer: milhões de pessoas que antes não se interessavam por política, uma geração nova que aprendeu como a política se faz, e um discurso que faz sentido para as pessoas e é persuasivo para a maioria delas. Isso não percebeu quem vaticina que Obama vai desiludir. Sim, um homem pode sempre desiludir-nos, e daí? **Mas** a mistura de pessoas novas e ideias novas demora a criar e não se desaprende de um dia para outro. Essa vai levar-nos longe. (T23)
- 7) É natural que a retórica de uma campanha, recheada de boas intenções e de infundadas esperanças, acabe por sucumbir perante a diminuta margem de manobra de que dispõe o futuro Presidente americano. **Mas** a política não é um mero exercício técnico limitada por uma estrita racionalidade que dispensa o entusiasmo, recusa qualquer alternativa e exclui liminarmente a capacidade de acreditar. A política, principalmente quando vista dos Estados Unidos, é uma actividade complexa que, fugindo ao estereótipo, dificilmente se deixa retratar a preto e branco, de acordo com os preconceitos de cada um. (T24)
- 8) Uma narrativa que terminou é a da geração dos *baby-boomers*, a geração que se tornou adulta nos anos 60 e, desde então, tem estado no centro daquilo que os americanos designam de “guerras culturais”. Houve mesmo quem escrevesse que Sarah Palin foi a última *cultural warrior* a integrar uma candidatura presidencial, e estes temas desempenharam um papel secundário na campanha. **Mas** não desapareceram: o triunfo da proposta referendária que volta a banir o casamento homossexual na Califórnia mostra como há importantes fracturas que persistem e persistirão. (T25)

A concessão é um recurso linguístico-discursivo que o Locutor acciona de acordo com o seu “projecto de fala” (Charaudeau, 1992: 645). Através deste movimento argumentativo, num primeiro momento, e num movimento claramente polifónico, o Locutor resgata do interdiscurso uma tomada de posição, que sufraga, manifestando a

sua adesão à posição de um E1. Posteriormente, após a segmentação discursiva/textual assinalada pela pontuação, introduz a informação mais relevante, com maior peso argumentativo, mostrando que o reconhecimento da pertinência de *P* é apenas temporário. Segundo Adam (1990: 218-219), o conector *mas* assinala a inversão da orientação argumentativa, introduzindo então o argumento mais forte que orienta o discurso para a conclusão desejada: *P* conduz a *C*; *mas* introduz *Q*, que conduz a *não - C*.

Como pode verificar-se nos exemplos acima, o modo como o movimento inicial de adesão é actualizado linguisticamente pode variar bastante, modalizado desde a adesão forte, marcada pela utilização de locuções assertivas como *É verdade que* – exemplo (2) –, *Claro que* – exemplo (3) –, *Claro que sim* – exemplo (4) –, *Eu sei que* (exemplo 5), *É natural que* – exemplo (7) –, frases de tipo declarativo como *Pode* – exemplo (1) –, advérbios assertivos como *Sim* – exemplo (6), até um grau mínimo, como no exemplo (8) – *Houve mesmo quem escrevesse [...]* – em que o distanciamento entre o discurso que relata e discurso relatado é particularmente evidente.

O procedimento argumentativo concessivo relaciona-se de forma pertinente com as condições sociais de produção do discurso, sendo previsível em textos de opinião enquanto concretização do género persuasivo. De acordo com Ducrot,

Grâce à sa concession, on peut se construire le personnage d'un homme à l'esprit ouvert, capable de prendre en considération le point de vue des autres: tout le monde sait que la concession est, parmi les stratégies de la persuasion, une des plus efficaces, essentielle en tout cas au comportement dit «liberal». (1984: 230-231)

No universo discursivo correspondente ao *corpus* delimitado – entendido, no quadro teórico da Análise do Discurso (Maingueneau & Charaudeau, 2002: 97), enquanto conjunto de discursos que existem numa dada conjuntura – identificamos várias formações discursivas ou posicionamentos numa relação de concorrência, delimitando-se reciprocamente e confrontando-se para deter o máximo de legitimidade enunciativa. Transposta para o plano do discurso, do conflito ideológico (neste caso entre o que, por facilidade, poderá designar-se de “esquerda jornalística portuguesa”,

tendencialmente pró-Obama, e a “direita jornalística portuguesa”, tendencialmente posicionada no pólo oposto), a gestão eficaz do dissenso – num eco da própria história da argumentação e da humanidade, em que a palavra substitui as armas, e num quadro epistemológico em que a afirmação do ser social passa inequivocamente pela racionalidade e pela capacidade de lidar com a diversidade de entendimentos do mundo – exige a projecção de um *ethos argumentativo* de homem (no caso, trata-se efectivamente de homens, pois, como já foi referido, nesta sincronia apenas encontramos três mulheres no espaço público...) que escuta o outro nem que seja apenas para melhor o derrotar discursivamente.

Neste contexto, o encadeamento concessivo é uma estratégia argumentativa que expõe a posição de E1 para melhor a poder fragilizar posteriormente, numa manobra argumentativa que visa a descridibilização, em favor de E2, com cuja posição o Locutor se identifica. Segundo Breton & Gauthier (2001: 15), “A argumentação é um objecto teórico cuja caracterização se fez sempre por referência à racionalidade”. Com efeito, ao fazer ouvir polifonicamente outros discursos, com os quais acabará por não se identificar, o Locutor contribui para a representação de um espaço público plural, habitado por vozes que se contradizem, embora sempre no sentido do esclarecimento proporcionado pelo recurso à razão.

No mesmo sentido, de presentificação da pluralidade de vozes existentes no espaço público, vão as ocorrências de *mas* em que é antecedido de enunciados negativos.

ii) *Mas* introdutor de contra-argumento após instância polifónica concretizada pela negação:

- 9) Depois, a vitória de Obama é um sinal muito forte dos EUA, nomeadamente para as zonas onde a inépcia, o aventureirismo e o pendor imperial, corporizados em George I W. Bush, acentuaram problemas em vez de os resolver. Não podemos ser ingénuos. Nada de essencial se alterará magicamente por causa desta eleição. **Mas** um tempo de abertura e boa vontade, uma janela de oportunidade, se abrirá após 4 de Novembro. Se souberem aproveitar, o mundo poderá voltar a ser um lugar seja mais agradável viver. (T2)

- 10) Estes republicanos moderados não tiveram grande contribuição, no plano intelectual, para a coligação gerada por Reagan. **Mas** a sua presença exprime um importante ingrediente político daquela coligação: a sua natureza defensiva, ou antiactivista, ou não revolucionária. De certa forma, é esta natureza defensiva que permite manter coligados três sectores tão distintos. (T3)
- 11) Se McCain ganhar e for buscar alguns sábios do passado, não se sairá mal – **mas** faltar-lhe-á o golpe de asa do senador de Illinois. (T4)
- 12) Esta nova "maioria democrata" carece das bases organizacionais da anterior e tem interesses parcialmente contraditórios, especialmente no que respeita ao peso do Estado na economia. **Mas** em face das políticas do Partido Republicano esta coligação temporária foi-se alargando e consolidando. (T5)
- 13) A vitória de Obama não muda o mundo, **mas** muda a correlação de forças. (T11)

Em termos de estratégia argumentativa, verificamos que existe uma presentificação do discurso de E1, que assumiria a responsabilidade do enunciado que é negado por E2, ponto de vista com o qual o Locutor se identifica e a partir do qual desenvolve a sua argumentação e faz evoluir o discurso. A descrição polifónica da negação permite afirmar que, no discurso de Locutor, coexistem outras vozes que remetem para o contexto discursivo em que os textos de opinião surgem, um *espaço público* em que, em princípio, todas as vozes estão autorizadas. O recurso à negação permite ao Locutor não nomear a fonte desse enunciado negado e de, algum modo, esta manutenção do anonimato relativamente à sua origem evita alguma personalização. Mais: apresenta uma voz sem corpo – um *enunciado* – que sublinha o carácter essencialmente discursivo do *espaço público* e confirma o indivíduo enquanto ser comunicante, ser que age socialmente fazendo uso do discurso como instrumento prioritário.

Como já referimos anteriormente, foi com a emergência do pensamento grego, na *ágora*, que historicamente se configurou um novo espaço social, centro de um espaço público comum, que conferia a quem aí entrasse o estatuto de igual e a possibilidade de estabelecer relações de reciprocidade. Tomando o espaço da opinião pública jornalística como uma actualização desse espaço público ancestral, em que todas as posições entabulam relações de equilíbrio e se fazem ouvir, o funcionamento discursivo da interacção argumentativa e a sua descrição não podem ser desligados da convicção na possibilidade da existência de uma racionalidade na vida social, vivenciada através do discurso, para a qual contribui necessariamente o conhecimento das estratégias argumentativas consideradas eficazes adoptadas em cada situação concreta de comunicação.

Reitere-se que a ênfase na racionalidade não invalida obviamente a presença da emoção no discurso. Retomemos a propósito a afirmação de Plantin (2002a: 72), citada acima, que perspectiva a prática argumentativa enquanto actividade “[...] toujours située et vécue par des sujets porteurs d’intérêts, de passion et de valeurs”. A dimensão emocional foi aliás um dos valores associados às ocorrências de *mas* analisadas em 3.3., tópico que retomaremos mais à frente.

4.4.3. *Mas fático ou de segmentação discursiva*

Outro valor relevante atestado no corpus é o *mas* que, coincidindo com a marcação de segmentação discursiva/ textual, assinala a apresentação ou a mudança de um ponto de vista: o *mas* fático ou de segmentação discursiva.

i) *Mas* introdutor de apresentação ponto de vista /de mudança de ponto de vista

Adam (1990) refere-se a este tipo de ocorrência de *mas* apelidando-o de *mas* fático e/ou de demarcação de segmentos textuais. Segundo os “critérios geográficos” definidos por Ducrot (1980), verificamos que ocorre em início de frase – exemplos (14), (15) e (16) – ou em início de parágrafo – exemplos (16) e (18).¹⁰⁷

A sua importância parece fazer-se sentir concretamente em termos da estruturação discursiva, no domínio da tessitura textual, assinalando tomadas de posição, com que o Locutor se identifica, que desenvolve e fundamenta

¹⁰⁷ Veja-se acima o contributo da análise conversacional para a descrição dos valores de *mas*.

argumentativamente, deste modo garantindo, através da expansão da dimensão informacional, o avanço do fluxo textual. Os segmentos discursivos introduzidos podem constituir actos de composição textual diversos, nomeadamente de reorientação discursiva – (15), (16) e (18) – ou adição – (17).

Nestas ocorrências, os valores contra-argumentativos parecem subordinar-se a valores de estruturação textual, marcando o *mas* prioritariamente o relançamento do discurso – veja-se em concreto o exemplo (14), em que o enunciado iniciado por *mas* abre para um novo parágrafo –, o que parece tornar os valores semânticos de contraste, apesar de presentes, menos relevantes. Em alguns casos, inclusivamente, a supressão do conector não parece provocar alterações relevantes em termos semânticos – (16), (17) e (18) –, podendo ser substituído pelo conector aditivo *e*.

14) A outra [forma de responder], que agora proponho, consiste em recuar um ou dois passos em relação ao calor da campanha, ignorar as intenções de voto e olhar, em vez disso, para aqueles factores de longo e médio prazo que sabemos afectarem a maior parte dos eleitores e estabilizarem o seu comportamento muito antes da recta final de uma eleição. Cada um deles merece, em si mesmo, muito mais atenção do que aquilo que uma coluna como esta lhes pode oferecer. **Mas** os traços gerais podem ser resumidos rapidamente. (T5)

15) O que quer dizer que um presidente Obama não pode descontar o risco de se reduzir a uma espécie de Jimmy Carter: uma mera lebre da próxima maioria conservadora.

É, pelo menos, o que os conservadores desejam. **Mas** o mais violento dos livros contra Obama, o de David Freddoso (The Case against Barack,Obama), sugere outra possibilidade. O Obama de Freddoso é um político nato, com muito jeito, poucos escrúpulos e ainda menos pruridos ideológicos. A campanha eleitoral, de algum modo confirmou essa dimensão. (T7)

16) Este interesse resulta, antes de mais, da convicção que todos temos de que o resultado das eleições acabará por ter um impacto significativo na nossa própria vida corrente.

Mas também da inequívoca novidade que trouxe a candidatura de Barak Obama. Novidade que resulta sobretudo de, pela primeira na história, um

americano de cor poder ser eleito para a Casa Branca. E este aspecto simbólico tem por vezes obscurecido outros aspectos inovadores que a candidatura democrata trouxe para a ribalta da vida pública americana. (T10)

17) Este fenómeno – o silêncio e o cumprimento formal das regras, que escondem intenções publicamente inconfessáveis – leva a suspeitar do resultado da eleição, apesar do avanço claríssimo de Obama. Mas, pior do que isso, leva a suspeitar do actual liberalismo do Ocidente. Sob a capa do “politicamente correcto”, a América e a Europa não deixaram talvez nem o seu antigo racismo, nem a sua xenofobia; e continuam a execrar a homossexualidade e a lamentar a relativa “emancipação” das mulheres. Se Obama não ganhar (e espero fervorosamente que ganhe), a “tolerância” em que vivemos vai aparecer como a ilusão do século. (T14)

18) A América mostrou que está cansada de Bush e de tudo o que ele representa, da passagem de um ciclo de crescimento impressionante e de excedentes orçamentais – anos de ouro que, curiosamente, tiveram também a mão de Greenspan – para a fase de guerra interminável, crescente endividamento do país e aparecimento de grandes bolsas de pobreza. A América cansou-se da promiscuidade na gestão dos dinheiros do Estado e do falso puritanismo dos seus dirigentes.

Mas quis também o «destino» que este candidato negro, visto em casa e fora de portas como um símbolo de mudança para um mundo melhor e mais humanizado – com um grau de esperança que é, objectivamente, excessivo –, chegasse ao poder numa altura em que o próprio mundo vive momentos de grande incerteza. (T28)

ii) *Mas* fático ou eco (encenado) de interacção discursiva

Em termos espaciais, este *mas* tende igualmente a ocorrer em início de frase, assinalando não apenas a mudança do rumo discursivo, mas fazendo ecoar no modo escrito algumas marcas da interactividade da conversação. Algumas das motivações e implicações dos valores conversacionais associados a estas ocorrências de

mas foram já abordados no ponto 3.3., bem como a identificação de outros elementos linguísticos relevantes, nomeadamente a presença das interjeições, das frases interrogativas e exclamativas, e ainda a encenação da interpelação inerente à situação de confronto discursivo, como podemos ver especificamente nos exemplos (19), (20), (21), (22) e (23), (24) e (26). Ao encenar a situação de interlocução, o enunciado apresenta também marcas da subjectividade do Locutor, estabelecendo uma dimensão emocional e criando a ilusão de proximidade ao leitor, que se constrói enquanto sujeito investido, estratégia particularmente eficaz na sugestão de cumplicidades e adequada ao género persuasivo actuante no espaço público. Contribuem para esse efeito a presença das frases não declarativas, em geral breves – (19), (20), (21), (22), (23) –, a presença de interjeições (21), (22), (26) – e o recurso à ironia (19), (26). Vejamos alguns dos exemplos do *corpus*:

19) **Mas** afinal a esquerda europeia tem estado errada estes anos todos - sobre o Iraque, Bush e a economia, não era? – portanto nada como esperar pelos senhores muito responsáveis e suas ajuizadas triangulações. (T6)

20) E não foi por ele ser negro, **mas** que sei eu? Perguntem antes a alguém que tenha apoiado a guerra do Iraque, e vibrado com a criatividade do sistema financeiro. (T6)

21) **Mas**, afinal, Obama pode perder na secretaria ou não? Segundo o sítio Real Clear Politics (em 31/10/08), baseado em médias de várias sondagens estaduais, Obama está muito à frente de McCain: ganharia seguramente [...]. (T15)

22) Ler sobre Barack Obama nos jornais é uma coisa. Ouvi-lo discursar em directo é outra muito diferente. E eu jamais esquecerei a sensação de deslumbramento com que o escutei pela primeira vez na madrugada de 4 de Janeiro de 2008. Lembro-me de ter pensado “uau, **mas** quem é este tipo?”, e num arroubo de romantismo político (coisa que nunca pensei existir) ir buscar a minha mulher para partilhar comigo aquele momento. (T21)

23) **Mas** que grande discurso! Um fecho extraordinário para uma campanha desastrosa. Não apenas pela dignidade com que concedeu a derrota, mas pelo modo com que fez o elogio do primeiro Presidente afro-americano da História dos Estados Unidos. E pela coragem de fazê-lo perante uma audiência que apupou o vencedor do dia, quebrando uma regra elementar da decência política. (T27)

24) Vamos lá, pessoal: Obama é dos raros políticos a chegar a um cargo destes com dois livros bastante recomendáveis, escritos pelo seu próprio punho e um deles antes da sua “carreira”, a partir dos quais é fácil interpretar o seu pensamento político. Isto não faz dele um Immanuel “ Kant, **mas que diabo**, ao ler os obamacépticos diríamos que não tomaram sequer nota desse facto. (T38)

25) **Mas, que raio!**, isto avança por mares. Sigamos esta por agora. (T41)

26) Ainda este domingo, um seriíssimo João Miranda escrevia no DN que “a crença de que estamos perante um momento único e histórico que vai mudar as nossas vidas repete-se a cada 8 ou 12 anos”. No seu entender, um preto chamado Barack Hussein Obama ser o novo presidente dos Estados Unidos da América é uma coisa tão natural quanto cair neve em Nova Iorque. O que merece verdadeiramente a sua atenção e o põe ligeiramente nervoso, é a “retórica” e o “carisma” de Obama, que João Miranda entende serem “as mais perigosas das qualidades políticas”. Coisa que faz tanto sentido quanto escrever sobre Cristiano Ronaldo e dizer que a sua velocidade e as suas fintas são as mais perigosas das qualidades futebolísticas. **Mas** isto sou eu, que não tomei os comprimidos. (T42)

27) **Mas** quem queria saber disso? (T50)

Ao denotarem a tendência para a “conversacionalização” do discurso abordada em 3.1.2.1., os exemplos apresentados atestam o seu contributo para a consolidação da já referida imagem de uma comunidade caracterizada pela interactividade protagonizada pelos diversos Locutores.

Além disso, os valores assumidos por *mas* nestas ocorrências sublinham o modo como os discursos interactivo e teórico coexistem no espaço genérico actualizado pelos textos de opinião. Dado que o texto de opinião se caracteriza por um espaço discursivo de ancoragem mista, essa opção pela fusão dos tipos de discurso é feita *ab initio*, como resultado da capacidade do Locutor de fazer escolhas perante a situação concreta de comunicação em que insere. Neste sentido, os valores de *mas* espelham as opções do Locutor face às coerções genéricas, constituindo-se, portanto, como um parâmetro de género. Por outras palavras, é da especificidade do contexto genérico que relevam os valores conversacionais assumidos por *mas* em textos de opinião publicados na imprensa escrita.

4.4.4. *O conector correlativo não só/apenas ... mas (também)*

Com as devidas adaptações, seguimos de perto a descrição feita por Adam para o Francês (1990: 192-194). Assim, e de acordo com os dados analisados, as ocorrências de *mas* em causa assumem a forma do conector correlativo *não só* ou *não [...] apenas* na proposição P, seguidos de *mas (também)* na proposição Q.

Vejamos os exemplos:

28) A crise financeira contribuiu não apenas para piorar essas percepções mas também para silenciar todos os outros temas de campanha. (T5)

29) Em países em que o voto não é obrigatório, as vitórias não são feitas apenas de preferências eleitorais, mas também da capacidade de mobilizar essas preferências para o voto. (T5)

30) Um bom diagnóstico, por si só, não é garantia de uma boa execução. Precisamos não só de políticos que tenham uma boa grelha de leitura da crise mas que tenham bons princípios ideológicos. Essa é, apesar de tudo, uma pista para o comportamento que eles terão no futuro. (T8)

31) Obama vai ter de mudar a América e vai ter de a mudar substancialmente. Não só porque é isso que os norte-americanos esperam dele, mas porque o resto do mundo espera o mesmo. (T28)

32) É a essa AMÉRICA «excessivamente de direita», e não apenas no modo como olha para a economia mas também na forma como encara a cultura, a religião, os direitos sociais, as questões ambientais ou a utilização do poderio militar norte-americano, que Obama surge como alternativa, como símbolo de um outro estilo de governação, mais sensível aos problemas domésticos dos seus cidadãos e também às questões globais do mundo. (T28)

33) E, terceiro, segundo a advogada da direcção, o *e-mail* era discriminatório em função da raça e fazia juízos valorativos (a hostilidade a Obama) não só reprováveis, mas merecedores de censura ético-social, porque de toda a evidência ofendiam direitos fundamentais. (T54)

Algo que ressalta de imediato nos exemplos acima apresentados é a existência de regularidades sintácticas: verificamos que os constituintes ligados tendem a ser da mesma natureza. Assim, num primeiro momento, e em termos do funcionamento argumentativo deste conector, parece possível afirmar que o nexos semântico é fundamentalmente aditivo, ou seja, que estamos perante a junção de mais um elemento informativo a outro que já foi referido, funcionando o segundo como mais um argumento co-orientado para a mesma conclusão. No entanto, em termos de força argumentativa, o encadeamento entre os dois elementos ligados não é de mera equivalência, estabelecendo-se antes uma hierarquia entre o primeiro argumento apresentado, enquanto informação já conhecida – dado adquirido e tomado como tacitamente aceite e eventualmente suficiente para a conclusão –, e o segundo, que apresenta informação nova, traço que confere maior força argumentativa ao segmento introduzidos por *mas*, ao permitir a progressão temática do discurso.

Contudo, a utilização deste conector insere-se numa estratégia argumentativa que ultrapassa o objectivo de criar um acréscimo informativo – acumulação de argumentos pertinentes no sentido de uma mesma conclusão – com vista a uma maior eficácia argumentativa. De facto, em contexto discursivo, no momento da enunciação, desencadeia-se a negociação intersubjectiva – a selecção do género, a constituição do locutor e do interlocutor, a selecção e elaboração do tópico conversacional, etc. – processo múltiplo de que emerge o texto, revelando-se então a polifonia “uma opção discursiva” (Módolo, 2005: 174).

No caso concreto desta comunidade que é o *espaço público* estamos perante uma opção plenamente justificada, dado que o Locutor se insere num contexto de debate, convocando outras vozes do interdiscurso para o seu próprio discurso, de modo a melhor se posicionar face às mesmas, nomeadamente refutando e orientando os argumentos no sentido de outra conclusão. Ao limite, o primeiro correlato poderia ser suprimido em todos os exemplos, que a posição de E2, com a qual o Locutor se identifica, estaria sempre explicitada, como comprova a transformação dos exemplos (29) e (30) (a partir de Módolo, 2005: 174):

(29a) E1 Em países onde o voto não é obrigatório, as vitórias são feitas de preferências eleitorais.

(29b) E2 Não é isso. Em países onde o voto não é obrigatório, as vitórias **não** são feitas apenas de preferências eleitorais, mas também da capacidade de mobilizar essas preferências para o voto.

(30a) E1 Precisamos de políticos que tenham uma boa grelha de leitura da crise.

(30b) E2 Não é isso. Um bom diagnóstico, por si só, não é garantia de uma boa execução. Precisamos **não só** de políticos que tenham uma boa grelha de leitura da crise **mas** que tenham bons princípios ideológicos. Essa é, apesar de tudo, uma pista para o comportamento que eles terão no futuro.

O primeiro termo da correlação pode ser atribuído a um E1 e o segundo a um E2, com o qual o Locutor se identifica, apresentando-se então não como um argumento co-orientado, mas potencialmente anti-orientado. Ao evidenciar a relação que estabelece com outro discurso, que torna presente, o Locutor manifesta a reserva que mantém relativamente à direcção argumentativa presente no termo correlato inicial, marcando posteriormente a sua posição, apesar de não rejeitar explicitamente informação anterior. O segundo argumento parece bloquear a conclusão atinente à suficiência da informação anteriormente apresentada, ou seja, contrariamente ao que poderia pensar-se, nem toda a

informação relevante para permitir a passagem dos dados à conclusão – o funcionamento da sequência argumentativa básica – teria sido divulgada. Mais: E2 questiona a própria conclusão a que o argumento aduzido inicialmente conduz. Neste sentido, o conector parece adquirir valor *refutativo* no que reporta ao seu uso em contextos argumentativos, explicitando a oposição de direcções argumentativas. Este contraste de posições não deixa contudo de ter em conta a palavra do outro, ainda que pareça ser para melhor a pôr em causa. Por outras palavras, existe a constatação da discordância existente entre enunciadores. Contudo, não se procede à anulação da informação/posição de E1, como aconteceria no caso do *mas* refutativo, de que falaremos já de seguida.

4.4.5. *Mas refutativo/ não X, mas SN Y*

A presença no *corpus* desta estrutura é pouco relevante, o que não deixa de ser significativo. Nas palavras de Adam (1990: 196), «le MAIS réfutatif articule deux arguments antiorientés et surtout, il introduit un conflit de paroles (...)». O movimento refutativo começa pela refutação através da negação da proposição P subjacente a não P, continua pela atribuição de P a um enunciador – que dá voz a um sistema de valores – com o qual o Locutor não se identifica, garantindo um efeito dialógico.

A baixa frequência deste valor é um facto coerente com a perspectiva que defendemos. Com efeito, enquanto o *mas* contra-argumentativo emerge da consideração da palavra do outro – o *mas* democrático, de Ducrot – e pretende convencê-lo da validade de outra posição, o *mas* refutativo corrige, não deixando espaço a essa voz. Ao substituí-la através da correcção, ao negar-lhe validade, anula-a, neutralizando a prossecução do confronto discursivo. Deste modo, é expectável que seja pouco produtiva nos contextos argumentativos, como se verifica nos exemplos

- 34) Foi uma extraordinária corrida que manteve o planeta suspenso. Nas próximas horas, os americanos vão decidir pelo mundo. Não restam dúvidas de que a grande pergunta **não é** qual vai ser o próximo Presidente dos EUA, **mas sim** se Barack Obama vai ser o próximo Presidente dos EUA. (T20)

- 35) Mas é de facto um enorme prazer, ao fim de 35 anos de vida, pela primeira vez olhar para um político e poder dizer: “Eu realmente acredito neste homem.” Não por ser imune ao erro, ou sequer concordar com 100% do que ele diz, mas por ter todas as condições de carácter para, em cada momento, poder decidir da melhor maneira. (T21)
- 36) Mantêm-se os ditadores, os terroristas e os Estados párias que, ao olharem para Obama, esperam, mesmo que injustificadamente, não uma ameaça mas uma atitude de fraqueza. (T26)
- 37) É verdade que Obama não é um utópico e experimentalista, graças a Deus, mas sensato e moderado. Sabe falar e ouvir; vamos ver se também sabe fazer. (T29)
- 38) Bartels mostra que a grande responsabilidade por esta variação não está sequer em políticas fiscais mais ou menos redistributivas, mas sim em políticas que promovem o crescimento do emprego. (T40)

4.5. Discussão dos resultados

A análise quantitativa do *corpus* seleccionado permitiu verificar um inequívoco predomínio das ocorrências do conector *mas*, tal como apresentado no Quadro 1. Por seu turno, a análise qualitativa permitiu encontrar fundamentalmente os seguintes valores semântico-discursivos:

- a) *Mas* enquanto introdutor de contra-argumento, subdividido nas ocorrências em que introduz um contra-argumento após um movimento concessivo ou após instância polifónica concretizada pela negação;
- b) *Mas* fático ou de segmentação discursiva, também subdividido nas ocorrências em que introduz a apresentação / mudança de ponto de vista e aquelas em que assume apenas um valor fático ou surge como um eco (encenado) de interacção discursiva;
- c) Conector correlativo *não só/apenas ... mas (também)*;
- d) *Mas* refutativo/ *não X, mas SN Y*.

A análise empírica das ocorrências de *mas* permitiu, em termos qualitativos, constatar regularidades no que se refere aos valores semântico-discursivos presentes nos encadeamentos argumentativos assegurados por este conector, quer quando ocorre isoladamente quer quando integrado em locuções como a correlativa aditiva *não só ... mas também*, ou em construções refutativo-rectificativas como *não X, mas SN Y*. O conector *mas* evidenciou alguma multifuncionalidade discursiva, tendo o seu funcionamento argumentativo atestado valores semântico-discursivos que não exclusivamente o de contraste, valor semântico de base. No processo de adaptação à configuração genérica de que participa o texto de opinião, *mas* assume outros valores semânticos, nomeadamente de carácter textual e interaccional, do mesmo modo que outras formas, nomeadamente a locução correlativa aditiva *não só ... mas também*, parecem também sofrer adaptações, adquirindo valor refutativo.

Estes resultados vão ao encontro das propostas do próprio ISD, nomeadamente quando afirma a possibilidade de os organizadores textuais adquirirem valores em estreita dependência do tipo de discurso em que surgem inseridos:

D'une part, certains organisateurs temporels peuvent apparaître dans les types de l'ordre de l'EXPOSER, et corrélativement des organisateurs logiques peuvent apparaître dans les types de l'ordre du RACONTER. D'autre part, nombre d'organismes n'ont pas de valeur sémantique a priori, ou peuvent voir leur valeur transformée du fait même de leur insertion dans un type de discours déterminé ; c'est le cas par exemple de l'adverbe maintenant¹⁰⁸, qui peut être doté d'une valeur temporelle dans un récit interactif, mais prendre une valeur de «restriction logique» dans un discours théorique (Cette analyse est apparemment correcte ; maintenant, on pourrait penser que...). (Bronckart, 1996 : 272)

¹⁰⁸ Vejam-se os trabalhos sobre advérbios realizados por Lopes e Morais.

5. CONCLUSÕES

Atendendo à elevada frequência do conector *mas* em textos de opinião (em comparação com as ocorrências de *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto* e *só que*), procedemos à descrição dos valores discursivos por eles assumidos neste contexto genérico. O trabalho baseou-se num *corpus* de textos empíricos recolhidos das secções de opinião da imprensa escrita portuguesa, o qual foi objecto de uma análise quantitativa, realizada com o apoio do Corpógrafo – ferramenta disponibilizado pela Linguateca.

Neste trabalho pretendemos comprovar empiricamente a produtividade de *mas* em textos jornalísticos de opinião. No pressuposto de que este género textual apresenta uma argumentação própria, resgatável ao nível textual, tentámos apresentar essa produtividade como um parâmetro de género, no contexto específico da fusão entre o discurso teórico e o discurso interactivo.

Relativamente à primeira parte da hipótese, a resposta parece ser positiva, pelo menos no que à dimensão quantitativa e à sincronia analisada diz respeito, atendendo à disparidade entre a taxa de ocorrência de *mas* e a de outros conectores com valor contrastivo, nomeadamente *porém*, *todavia*, *contudo*, *no entanto* e *só que*. Quanto à segunda parte, em termos de funcionamento argumentativo, *mas* – ocorrendo isolado ou integrado em locuções – parece apresentar uma multifuncionalidade semântico-discursiva empiricamente verificável, ultrapassando o valor semântico básico de contraste, num funcionamento discursivo que parece atestar, e recorreremos novamente a Coutinho, a sensibilidade dos conectores ao género textual para que são convocados.

Esta conclusão, necessariamente provisória, vem no seguimento do que se analisou relativamente ao *corpus* na generalidade no ponto 1.5. e seguintes deste trabalho. De facto, os valores de *mas* situam-se claramente no aí referido espaço de fusão entre o discurso teórico e o discurso interactivo. Em termos dos valores contra-argumentativos assumidos, este conector remete para o discurso teórico, no âmbito do qual funciona privilegiadamente como organizador lógico-argumentativo; em termos dos valores de estruturação discursiva e fático assumidos, *mas* remete para a dimensão interactiva que a comunicação em espaço público implica, relacionando-se este aspecto também com a questão da “conversacionalização” do discurso que verificámos existir neste género.

Neste sentido, de facto, os valores de *mas* encontrados parecem configurar efectivamente um parâmetro de género, posto que as adaptações a que este organizador textual se submete no texto de opinião resultam das coerções impostas pela actividade de linguagem em que a acção de linguagem se enquadra. No caso do texto de opinião, estamos perante um espaço discursivo de ancoragem mista, em que os organizadores textuais asseguram a ligação entre os diversos planos da arquitectura textual, sendo que a opção pela fusão dos tipos de discurso é realizada *ab initio* como resultado da capacidade do Locutor de fazer opções perante a situação concreta de comunicação em que insere.

Neste sentido, os valores de *mas* espelham as opções do Locutor face às coerções genéricas, constituindo-se, portanto como um parâmetro de género. A plurifuncionalidade de *mas* espelha então a hibridez da ancoragem discursiva seleccionada pelo agente produtor de texto logo ao nível da infra-estrutura textual, apresentando este organizador valores textuais em que coexistem a semiotização de contraste (valor semântico de base) e a dimensão interactiva.

Tal polivalência vai ao encontro da posição defendida por Adam (1990: 210), quando considera problemática uma descrição unificada de *mas*, defendendo “que l’on gagne plus à distinguer ces fonctionnement procéduraux qu’à les assimiler en les réduisant à tout prix.”

O carácter necessariamente provisório destas conclusões implica a análise de *corpora* mais vastos que as confirmem. Contudo, as regularidades detectadas nesta investigação permitem alguma confiança relativamente a trabalhos futuros. Uma linha de desenvolvimento viável poderá passar pelo alargamento desta análise a outros conectores/organizadores textuais, de modo a não só complementar a descrição da plurifuncionalidade argumentativa de *mas* como a verificar a produtividade dos outros conectores na conexão discursiva.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- Adam, Jean-Michel (1990) *Éléments de linguistique textuelle – théorie et pratique de l'analyse textuelle*. Liège: Mardaga.
- Adam, Jean-Michel (1992) *Les textes: types et prototypes – Récit, description, argumentation, explication et dialogue*. Paris: Nathan.
- Adam, Jean-Michel (2002) Coérence. In Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (orgs.) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.
- Adam, Jean-Michel (2002) Connecteur. In Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (orgs.) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.
- Adam, Jean-Michel (2008) *La linguistique textuelle – Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: Armand Colin.
- Alcântara, Alex Sander (2007) Os emergentes do idioma. *Revista em linha Língua Portuguesa*, 20 (08/06/2007).
- Amossy, Ruth (2006) *L'argumentation dans le discours*. Paris: Armand Colin.
- Anscombre, Jean-Claude & Oswald Ducrot (1977) Deux mais en Français? *Lingua*, 43, 23-40.
- Anscombre, Jean-Claude & Oswald Ducrot (1988) *L'Argumentation dans la langue*. Liège/Bruxelles: Mardaga.
- Aurélio, Diogo Pires (1991) Sociedade, Estado e Razão. In Manuel Maria Carrilho (org.) *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 292-293.
- Austin, John (1962) *How to do things with words*. Londres: Oxford University Press.
- Barros, Clara (1986) *Construções Contrastivas em Português*. Dissertação de Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva, apresentada à Universidade do Porto.

- Blancafort, Helena Calsamiglia & Amparo Tusón Valls (2007). *Las cosas del decir – Manual de análisis del discurso*. Barcelona: Ariel.
- Breton, Philippe (1992) *A Utopia da Comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Breton, Philippe (2002) *A Palavra Manipulada*. Lisboa: Caminho.
- Breton, Philippe, & Gilles Gauthier (2001) *Histórias das Teorias da Argumentação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.
- Bronckart, Jean-Paul, Daniel Bain, Bernard Schneuwly, Clairette Davaud & Auguste Pasquier (1985) *Le fonctionnement des discours. Un modèle psychologique et une méthode d'analyse*. Paris: Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, Jean-Paul (1996) *Activité langagière, textes et discours. Pour un interactionisme socio-discursif*. Lausanne: Delachaux et Niestlé.
- Bronckart, Jean-Paul (2004) Les genres de textes et leur contribution au développement psychologique. *Langages* n° 153.
- Caldes, Ana (2008) Dos géneros às práticas textuais. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 2, 51-70.
- Caldes, Ana (2009) Esquematização e interpretação de texto(s). *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 4, 63-78.
- Charaudeau, Patrick (1992) *La grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette
- Charaudeau, Patrick & Dominique Maingueneau (orgs.) (2002) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.
- Cintra, Lindley & Celso Cunha (1989) *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Editora Sá da Costa.
- Correia, João Carlos (2005) Novos desafios ético-políticos do espaço público mediatizado. Disponível em:
<http://www.apfilosofia.org/documentos/pdf/jcorreiadesafioseticosparaacomunica o. pdf> [Acedido em Maio 2010]

- Costa, Ana (2009) Advérbios conectivos. In *Actas do 8º Encontro da APP*. Lisboa: APP, 16-27.
- Coutinho, Maria Antónia (2003) *Textos e Competência Textual*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbencian/Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Ciência e do Ensino Superior.
- Coutinho, Maria Antónia (2004) Organizadores textuais – entre língua, discurso e género. In Fátima Oliveira & Isabel Margarida Duarte (orgs.). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, 283-298.
- Coutinho, Maria Antónia (2006) O texto como objecto empírico: consequências e desafios para a linguística. *Veredas* 10 (1-2). Disponível em: [http://www.revistaveredas.ufjf.br/volumes/veredas_portugal/artigo07.pdf] [Acedido em Janeiro 2009].
- Coutinho, Maria Antónia (2007) Descrever Géneros e Textos: Resistências e Estratégias. IV Simpósio Internacional de Estudos de Géneros Textuais (SIGET), Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, Santa Catarina, Brasil, 15-18 de Agosto de 2007. Texto disponível em: [www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/.../cd/.../20.pdf] [Acedido em Janeiro 2009].
- Cunha, Tito Cardoso (1998) *A Nova Retórica de Perelman*. Texto disponível em www.bocc.ubi.pt [Acedido em Março 2009].
- Cunha, Tito Cardoso & Américo Sousa (2005) *A Racionalidade da Retórica*. Texto disponível em www.bocc.ubi.pt [Acedido em Março 2009].
- Duarte, Inês (2003) Aspectos linguísticos da organização textual. In Mateus et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 85-122.
- Duarte, Isabel Margarida (2004) A citação no discurso de imprensa: uma «amostra» do Caso Moderna. In Fátima Oliveira & Isabel Margarida Duarte (orgs.). *Da língua e do discurso*. Porto: Campo das Letras, 311-321.
- Ducrot, Oswald (1980) *Les Mots du Discours*. Paris: Les Editions de Minuit.

- Ducrot, Oswald (1984) *Le Dire et le Dit*. Paris: Les Editions de Minuit.
- Ducrot & Vogt (1979) De magis a mais: une hypothèse sémantique. *Revue de Linguistique Romane*, 43, 317-341.
- Esteves, João Pissara (2010) Opinião Pública. In *Dicionário de Filosofia Moral e Política*. Disponível em www.ifl.pt. [Acedido em Janeiro 2010]
- Fonseca, Joaquim (1992) *Linguística e texto/discurso: Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: ICALP.
- Fonseca, Joaquim (1994) Heterogeneidade na língua e no discurso. In *Pragmática Linguística – Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, 49-94.
- Fonseca, Joaquim (2001) «Viva a Guiné-Bissau»: a construção do sentido e da força persuasiva do discurso. *Círculo*, 6, 15-45.
- Frade, Pedro Miguel (1991) Comunicação. In Manuel Maria Carrilho (org.) *Dicionário do Pensamento Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 45-55.
- Gil, Isabel Teresa Morais (2005) Retórica e Argumentação: Continuidade e Rupturas. *Máthesis*, 14, 69-79.
- Koch, Ingedore (1991) *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática
- Lança, Isabel Babo (2002) Espaço Público. In Rui Leandro Maia (coord.). *Dicionário de Sociologia*. Porto: Porto Editora, 136-137.
- Lopes, Ana Cristina Macário & Morais, Felicidade (1999) *Antes e Depois: elementos para uma análise semântica e pragmática*. Documento disponível em http://www1.ci.uc.pt/celga/membros/docs/mfam/1999_acml_mfmorais.pdf [Acedido em Fevereiro 2009].
- Maingueneau, Dominique (2002a) *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo, Cortez Editora.
- Maingueneau, D. (2002b) Analyse du discours. In Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (orgs.) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.

- Maingueneau, D. (2002b) Champ discursif. In Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (orgs.) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.
- Maingueneau, D. (2002b) Scène d'énonciation. In Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (orgs.) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.
- Marcuschi, Luiz Antonio (2003) Gêneros textuais: definição e funcionalidade. Disponível em www.proead.unit.br/.../Generos_textuais_definicoes_funcionalidade.rtf [Acedido em Setembro de 2010]
- Matos, Gabriela (2003) Estruturas de coordenação. Mateus, Maria Helena et. al, *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 549-592.
- Matos, Gabriela & Edite Prada (2004) Construções contrastivas de focalização: adversativas vs. Concessivas. In *Actas do XX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 701-713.
- Miranda, Florencia (2004) Cartas de reclamação e respostas institucionais na imprensa: acerca do género e os mecanismos de responsabilização enunciativa *Calidoscópio*, 2 (2): 17-24.
- Miranda, Florencia (2008) Género de texto e tipo de discurso na perspectiva do interaccionismo. In *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*. Lisboa: Edições Colibri/CLUNL, 2, 81-100.
- Módolo, Marcelo (2005) A estrutura aditiva 'não só... mas também' de uma perspectiva multissistêmica. *Estudos Linguísticos*, XXXIV, 171-176.
- Moeschler Jacques (2003) *Connecteurs et inférence*. Disponível em www.unige.ch/lettres/linguistique/moeschler/.../connecteurs_inference.pdf [Acedido em Maio 2009].
- Oliveira, Manfredo A. (1993) *Ética e Racionalidade Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.
- Perelman, Chaïm & Lucie Olbrechts-Tyteca (1958) *Traité de l'argumentation: La nouvelle rhétorique*. Paris: Presses Universitaires de France

- Pinto, Rosalice (2006) *Argumentação em gêneros persuasivos: um estudo contrastivo*. Dissertação de Doutoramento em Linguística (Teoria do Texto), FCSH-UNL (recurso electrónico).
- Plantin, Christian (1990) *Essais sur L'Argumentation*, Paris, Éditions Kimé.
- Plantin, Christian (1996) *L'Argumentation*. Paris: Éditions du Seuil.
- Plantin, Christian (2002a) Analyse et critique du discours argumentative in Roselyne Koren & Ruth Amossy (orgs) *Après Perelman: quelles politiques pour les nouvelles rhétoriques?* Paris: L'Harmattan.
- Plantin, Christian (2002b) Connecteur argumentatif. In Patrick Charaudeau & Dominique Maingueneau (orgs.) *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Seuil.
- Popper, Karl & John Eccles (1997) *El Yo y su cerebro*. Barcelona: Labor.
- Prada, Edite da Conceição Fernandes (2000) *Produção de construções adversativas no português europeu*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Rastier, François (2001) *Arts e Sciences du Text*. Paris: P.U.F.
- Rodrigues, Isabel Galhano (1998) *Os sinais conversacionais de alternância de vez*. Porto: Granito Editores e Livresiros
- Rodrigues, Sónia (2008) *Estrutura e Funcionamento da Interação Verbal e Polémica. Contributo para o estudo da polemicidade em Camilo Castelo Branco*. Porto: Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Rosas, João Manuel Cardoso (1990) *Uma reconstrução da filosofia política de Karl Popper*. Porto: Dissertação de mestrado em Filosofia Social e Política apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Schiffrin, Deborah. (1990) *Discourse Markers*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Schneuwly, Bernard (1988) *Le Langage écrit chez l'enfant. La production des textes informatives et argumentatives*. Paris: Delachaux & Niestlé.
- Searle, John (1969) *Speech Acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sousa, Sara Margarida dos Santos Feio de (2006) *Contributos para o Estudo das Construções Refutativo-Rectificativas em Português Europeu*. Dissertação de Mestrado em Linguística Geral apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Travaglia, L. (2000) Da distinção entre tipos, gêneros e subtipos de textos. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Texto disponível em www.buscatexual.cnpq.br [Acedido em Setembro de 2010]
- Toulmin, Stephen (1958) *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press.
- van Dijk, Teun A. (1977) *Text and Context. Explorations in the Semantics and Pragmatics of Discourse*. Londres: Longman.
- van Dijk, Teun A. (1980) *Macrostructures*. Hillsdale, NJ: Erlbaum
- Werlich, Egon (1976) *A text grammar of English*. Heidelberg: Quelle and Meyer
- Wittgenstein, Ludwig (1987) *Investigações filosóficas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Anexo 1

- Discurso Jornalístico – Imprensa escrita: *Diário de Notícias, Expresso, Público, Visão*
 - Género: artigos de opinião
 - Período: 23 de Outubro a 27 de Novembro 2008
- Assunto: As eleições presidenciais americanas - a previsível (e concretizada) eleição de Barack Obama
 - a 4 de Novembro de 2008

<u>T</u>	<u>Publicação</u>	<u>Autor</u>	<u>Profissão</u>	<u>Data</u>	<u>Localização</u>	<u>Título</u>	<u>Foto</u>	<u>Endereço electrónico</u>
T1	Visão	Boaventura de Sousa Santos (BSS)	Sociólogo (S)	23.10	Radar: ensaio	“Uma Casa Branca negra”	Sim	Não
T2	<i>Público</i>	José Miguel Júdice	Advogado	24.10	Espaço Público	“Obama e outras coisas mais”	Sim	Não
T3	<i>Expresso</i>	João Carlos Espada (JCE)	Professor Universitário (PU)	25.10	Primeiro Caderno: Editorial&Opinião	“Centro Vital”	Sim	Sim
T4	<i>Expresso</i>	José Cutileiro (JC)	Diplomata (D)	25.10	Primeiro Caderno: “O Mundo dos Outros”	“À espera da América”	Sim	Sim
T5	<i>Público</i>	Pedro Magalhães (PM)	Político (PG)	27.10	Espaço Público	“Uma tempestade perfeita”	Sim	Não
T6	<i>Público</i>	Rui Tavares (RT)	Historiador (H)	27.10	Última página: “Crónica sem Dor”	“O pé-frio”	Sim	Não
T7	<i>Público</i>	Rui Ramos (RR)	Historiador (H)	29.10	Espaço Público	“As vésperas de Obama”	Sim	Não
T8	<i>Público</i>	RT	H	29.10	Última página: “Crónica sem Dor”	“Saber explicar não chega”	Sim	Sim
T9	Visão	José Gil	Filósofo (F)	31.10	Radar: ensaio	‘Change’	Sim	Não
T 10	<i>Diário de Notícias</i>	António Vitorino	Jurista	31.10	Opinião	“Mundo melhor”	Sim	Não
T11	<i>Expresso</i>	Daniel Oliveira (DO)	Jornalista/ Político J/PT	01.11.	Primeiro Caderno: Editorial&Opinião	‘Eppur si muove’	Sim	Sim
T12	<i>Expresso</i>	JCE	PU	01.11	Primeiro Caderno: Editorial&Opinião	“O sofisma da raça”	Sim	Sim
T13	<i>Diário de Notícias</i>	Ferreira Fernandes	Jornalista (J)	02.11	Opinião	“O homem que fala do que sabe”	Sim	Sim
T14	<i>Público</i>	Vasco Pulido Valente (VPV)	Historiador (H)	02.11	Última página: “Opinião”	“Uma ilusão?”	Sim	Não
T15	<i>Público</i>	André Freire	Político	03.11	Espaço Público	“Pode Obama perder na secretaria?”	Sim	Sim
T16	<i>Público</i>	Francisco Sarsfield Cabral	Jornalista	03.11	Espaço Público	“O dia seguinte”	Sim	Sim

T17	<i>Público</i>	RT	H	03.11	Última página: “Crónica sem Dor”	“Um tempo para tudo”	Sim	Sim
T18	<i>Público</i>	José Vitor Malheiros (JVM)	Jornalista (J)	04.11	Espaço Público	“Como é que Obama pode perder?”	Sim	Sim
T19	<i>Público</i>	José Manuel Fernandes (JMF)	Jornalista /Director	04.11	Editorial	“O dia em que a América vai mudar”	Não	Não
T20	<i>Público</i>	Miguel Gaspar (MG)	Jornalista	04.11	Última página: “Uma linha a mais”	“Grandes esperanças”	Sim	Sim
T21	<i>Diário de Notícias</i>	João Miguel Tavares (JMT)	Jornalista (J)	04.11.	Opinião	“Onze meses para chegar até aqui”	Sim	Sim
T22	<i>Público</i>	RR	H	05.11	Espaço Público	“Que nome vamos dar aos nossos problemas”	Sim	Não
T23	<i>Público</i>	RT	H	05.11	Última página: “Crónica sem Dor”	“Do lado de cá da história”	Sim	Sim
T 24	<i>Público</i>	Constança Cunha e Sá	Jornalista	06.11	Espaço Público	“A mudança”	Sim	Não
T 25	<i>Público</i>	JMF	J/D	06.11	Editorial	“O caminho pela frente é mais longo do que o já percorrido”	Não	Não
T 26	<i>Público</i>	Esther Mucznik	Investigadora em assuntos judaicos	06.11	Espaço Público	“Uma eleição histórica”	Sim	Sim
T 27	<i>Público</i>	MG	J	06.11	Última página: “Uma linha a mais”	“John McCain também é preto”	Sim	Não
T 28	<i>Visão</i>	Pedro Camacho	Jornalista /Director	06.11	Opinião/Director	“O Presidente-Messias”	Sim	Não
T 29	<i>Diário de Notícias</i>	Pedro Lomba	Jurista	06.11	Opinião	“O homem que não pode falhar”	Sim	Sim
T 30	<i>Público</i>	Ian Buruma	Prof. Direitos Humanos Bard College (EUA)	07.11	Espaço Público	“Obamanania”	Sim	Sim
T 31	<i>Público</i>	VPV	H	07.11	Última página: “Opinião”	“Por enquanto, basta”	Sim	Não
T32	<i>Diário de Notícias</i>	João Miranda	Investigador em Biotecnologia	08.11	Opinião	“Obamania”	Sim	Sim
T 33	<i>Expresso</i>	Daniel Bessa	Professor Universitário	08.11	Caderno de Economia	“Mudança...”	Sim	Não
T 34	<i>Expresso</i>	Henrique Raposo	Jornalista	08.11	Primeiro Caderno: Editorial & Opinião	“Obama: somos todos americanos”	Sim	Sim
T 35	<i>Expresso</i>	JCE	PU	08.11	Primeiro Caderno: Editorial & Opinião	“O sonho americano”	Sim	Sim
T 36	<i>Público</i>	Faranaz Keshavjee	Estudiosa de temas islâmicos	09.11	Espaço Público	“Também podemos dizer yes, we can?”	Sim	Sim

T 37	<i>Diário de Notícias</i>	FF	J	09.11	Opinião	“A marinar até ser o mais poderoso do mundo”	Sim	Sim
T38	<i>Diário de Notícias</i>	Nuno Brederode Santos	Jurista	09.11	Opinião	A noite americana (e outros contos)	Sim	Sim
T39	<i>Diário de Notícias</i>	Alberto Gonçalves (AG)	Sociólogo (S)	09.11	Opinião	“A eleição de todos nós”	Sim	Não
T 40	<i>Público</i>	PM	PG	10.11	Espaço Público	“As diferenças”	Sim	Não
T 41	<i>Público</i>	RT	H	10.11	Última página: “Crónica sem Dor”	“Primeiro os trabalhos de casa”	Sim	Não
T42	<i>Diário de Notícias</i>	JMT	J	11.11	Opinião	“Peço desculpa por me ter entusiasmado”	Sim	Sim
T43	<i>Diário de Notícias</i>	Adriano Moreira	Professor Universitário	11.11	Opinião	“A Casa Branca”	Sim	Não
T44	<i>Diário de Notícias</i>	Mário Soares (MS)	Ex-Presidente da República	11.11	Opinião	“A grande vitória”	Sim	Não
T 45	<i>Público</i>	JMF	J/D	11.11	Editorial	“Mesmo só visitante da Casa Branca Obama já começou a governar”	Não	Não
T 46	<i>Público</i>	JVM	J	11.11	Espaço Público	“Uma pedra branca”	Sim	Sim
T 47	<i>Público</i>	Teresa de Sousa	J	12.11	Espaço Público	“A Europa ainda não acertou o passo com a era Obama”	Sim	Sim
T 48	<i>Público</i>	RR	H	12.11	Espaço Público	“A mudança foi antes”	Sim	Não
T 49	<i>Público</i>	RT	H	12.11	Última página: “Crónica sem Dor”	“A maldição dos intelectuais”	Sim	Sim
T 50	<i>Público</i>	MG	J	13.11	Última página: “Uma linha a mais”	“Ion Perdicaris e o Presidente 2.0”	Sim	Sim
T 51	<i>Visão</i>	MS	Ex-Presidente da República	13.11	Radar: ensaio	“E agora, Europa?”	Sim	Não
T 52	<i>Visão</i>	Pedro Norton	Gestor	13.11	Opinião	“A América não mudou”	Sim	Não
T 53	<i>Público</i>	Luís Campos e Cunha	Professor Universitário	14.11	Espaço Público	“Saudades de Nova Iorque”	Sim	Não
T 54	<i>Público</i>	VPV	H	14.11	Última página: “Opinião”	“Uma polícia”	Sim	Não
T 55	<i>Expresso</i>	Ruben de Carvalho	PT	15.11	Primeiro Caderno: Editorial & Opinião	““Don’t mourn: organize!”	Sim	Sim

T 56	<i>Expresso</i>	JC	D	15.11	Primeiro Caderno: "O Mundo dos Outros"	"Chagas abertas"	Sim	Sim
T57	<i>Diário de Notícias</i>	AG	S	16.11	Opinião	"Todos americanos"	Sim	Sim
T 58	<i>Público</i>	BSS	S	17.11	Espaço Público	"A hegemonia do bem?"	Sim	Sim
T59	<i>Diário de Notícias</i>	João César das Neves	Professor Universitário	17.11	Opinião	"Donos do Futuro"	Sim	Sim
T60	<i>Diário de Notícias</i>	MS	Ex-Presidente da República	18.11	Opinião	"Uma cimeira sem resultados?"	Sim	Não
T 61	<i>Visão</i>	BSS	S	20.11	Radar: ensaio	"Obama, 'the Day after'"	Sim	Sim
T 62	<i>Visão</i>	Victor Angelo	Subsecretário-Geral da ONU	20.11	Opinião	"A África de Obama"	Sim	Não
T 63	<i>Expresso</i>	JC	D	22.11	Primeiro Caderno: "O Mundo dos Outros"	"A lua-de-mel de São Barack Obama"	Sim	Sim
T 64	<i>Expresso</i>	JCE	PU	22.11	Primeiro Caderno: Editorial & Opinião	"Tradição anglo-americana"	Sim	Sim
T 65	<i>Visão</i>	JG	F	27.11	Radar: ensaio	"Ética da Esperança"	Sim	Não

A aristocracia do espaço público

Anexo 2

A última crónica de Rui Tavares e um editorial de José Manuel Fernandes (PÚBLICO, 3 e 4 de Agosto, respectivamente) sujeitam a forte crítica a recente directiva da ERC sobre a participação de candidatos a eleições em debates, entrevistas, comentários e outros espaços de opinião.

No seu texto, Rui Tavares critica o facto de o ter escolhido como exemplo da relevância, também política, que advém da notoriedade que alcançou como cronista do PÚBLICO. No essencial, tem razão, considerado o teor literal das minhas afirmações que, na sequência de entrevista telefónica, foram acolhidas na notícia publicada neste jornal a propósito da adopção daquela directiva.

Leitor assíduo das crónicas de Rui Tavares e, mais importante, conhecedor e apreciador da sua obra publicada, o que disse naquela entrevista saiu empastelado e podia, legitimamente, ser interpretado como Rui Tavares interpretou. Evidentemente, não defendo que a notoriedade, por si, seja tudo, e menos o sustento no caso de Rui Tavares. A notoriedade sem mais nada, é vazio, que mais tarde ou mais cedo se detecta. Mas, do mesmo modo, considero que a qualidade, a inteligência e o mérito sem "notoriedade" são, quantas vezes, ultrapassados por menos mérito, menos qualidade e menos inteligência, quando estes têm acesso garantido ao espaço público. Era esta a ideia, e não outra, que procurei transmitir.

Quanto às restantes teses expostas por Rui Tavares (R.T.) na sua crónica, e bem assim quanto ao editorial de José Manuel Fernandes (J.M.F.), comungam num aspecto: não têm razão.

No texto de J.M.F., destaque, infelizmente, a tendência para a adjectivação abundante e muito agressiva, que, em textos de opinião - e salvo casos de "legítima defesa" -, costuma ser inversamente proporcional à capacidade de expor argumentos.

Não entrarei nessa competição.

Mas, sobre que versa a directiva da ERC, e porque suscitou reacções tão alérgicas? A directiva, tão simplesmente, refere-se ao princípio da igualdade de acesso e de tratamento das diferentes candidaturas a actos eleitorais. Este princípio, vertido na Constituição (art. 113.º, n.º 3, al. b)), foi depois desenvolvido em vários actos legislativos, e



J. A.
Azeredo
Lopes

tem vindo a ser, desde então, fiscalizado e aplicado pelo Supremo Tribunal de Justiça e pela Comissão Nacional de Eleições. Não é, por isso, rigorosa a afirmação de J.M.F., quando fala de "legislação com mais de trinta anos", dando a entender que a ERC foi ao baú das leis empoeiradas e dali retirou um coelho da cartola. Que J.M.F. não conheça a Constituição, a lei, e a jurisprudência do STJ, é seu problema. Que J.M.F. conheça a Constituição, a lei e a jurisprudência do STJ e venha agora defender uma interpretação que o bom senso exclui, admito. Que J.M.F. conheça a Constituição, a lei e a jurisprudência do STJ e, considerando-se acima de todos, as não queira aceitar e cumprir, é sua decisão.

Não é, porém, legítimo querer tudo ao mesmo tempo, apenas para poder criticar a ERC.

Em segundo lugar, e esse é facto bem revelador, nem R.T. nem J.M.F. "leram" a directiva. Ou, então, ficaram enredados num ponto apenas daquele texto. Passo a explicar.

Ao contrário do que dizem, a directiva não defende, e menos impõe, a suspensão das colaborações regulares daqueles que, num dado acto eleitoral, são candidatos. Essa é a solução de recurso para manter, como ideal a prosseguir (e não como imperativo aritmético ou métrico, na ironia falhada de J.M.F.), a igualdade de armas de todos os candidatos.

Mas a melhor solução, que nem sequer foi sopesada nos textos que aqui critico - *et pour cause* - é inclusiva, não exclusiva. Ninguém tem que sair, há, isso sim, quem tenha o direito de entrar. As colaborações regulares podem e devem manter-se, desde

que o meio em causa (jornal, televisão, rádio) aceite colaborações equivalentes de outros candidatos. Nem um (R.T.) nem outro (J.M.F.) admitiram sequer esta hipótese, promotora do acesso ao espaço público, e por um período temporal bem delimitado, daqueles que, em regra, lá não conseguem pôr os pés.

Nem um nem outro, repito, realçaram como a prossecução deste objectivo em período eleitoral aumenta e areja a circulação das ideias, da liberdade e da pluralidade.

Sugere-se, depois, que a presença regular num *media* não representa vantagem em período eleitoral. Mas, se não é vantagem em relação a outras candidaturas, como é que a possível suspensão dessas colaborações enxofra tanto? Em segundo lugar, salvo o devido respeito, esta opinião revela um flagrante desconhecimento do papel amplificador dos *media*, bem estudado, mesmo em espaços aparentemente inócuos como os do *infotainment* ou do entretenimento puro e duro.

Que J.M.F. ataque desta forma a ERC, percebe-se, porque ela não está, patentemente, no seu coração - e porque, para si, a ERC é responsável, pelo menos, pelos últimos 458 ataques "mais ferozes" contra a liberdade de imprensa desde o 25 de Abril. Que R.T. se não reveja na tentativa de promoção do acesso de todos os candidatos ao espaço público em período eleitoral, é mais surpreendente. E não se trata, ao contrário do que defende, de uma opção entre qualidade e quantidade, entre liberdade e igualdade. Sem a quantidade, não se saberá destriçar aquilo que tem qualidade daquilo que a não tem, e a nossa decisão quando formos votar estará, sempre, prejudicada por uma aristocracia mediática, que reserva para si o direito de educar o povo, com uma legitimidade que lembra a do sufrágio censitário. Depois, tal como a configura, a liberdade que preza não é mais do que a cristalização dos que já estão. Alguns dos quais, felizmente poucos, não vêem com bons olhos que outros possam estar, mesmo que durante pouco mais de trinta dias (e não, como disse J.M.F., numa generalização abusiva, durante todo o período eleitoral).

O princípio da igualdade de acesso e de oportunidade é, como visto, uma ideia que a Constituição acolhe, que a lei desenvolve e que a ERC concretizou, com transparência.

É, não menos importante, uma questão de ética, individual, política e jornalística. Nesse plano, que cada um assumia, também, as suas responsabilidades, sem procurar abrigo nas costas largas da ERC. Presidente do Conselho Regulador da ERC

Pública, 8 de Agosto de 2009

Quando se fala de comentadores e colunistas de jornais, rádios e televisões, há que distinguir neles diferentes estatutos

Reflexões em torno do comentário político em Portugal **Anexo 3**

A discussão sobre a presença em espaços de opinião e de comentário de candidatos às próximas eleições legislativas e autárquicas, desencadeada pela directiva da ERC, trouxe a público a discussão sobre o comentário político em Portugal.

Independentemente do que sobre a matéria foi dito, nomeadamente as críticas e acusações à ERC, em particular ao seu presidente, algumas das quais, mais do que contrariar argumentos, parecem querer negar-lhe o direito à palavra, o assunto merece reflexão.

Em primeiro lugar, quando se fala de comentadores e colunistas de jornais, rádios e televisões (deixo de fora a Internet), há que distinguir neles diferentes estatutos. Excluindo, por agora, os jornalistas, podem identificar-se duas grandes "categorias": os especialistas, geralmente académicos ou profissionais de vários campos, e os oriundos da área política.

Em teoria, os primeiros são escolhidos por possuírem habilitações específicas, conhecimentos em áreas relacionadas com as matérias sobre as quais escrevem ou falam, experiência e credibilidade, obra publicada, capacidade de enquadramento e interpretação dos factos, rigor na citação de fontes. É suposto que as suas colunas e comentários acrescentem algo à actualidade noticiosa, através do aprofundamento e perspetivação de temas e factos, ajudando os leitores, ouvintes e telespectadores a enriquecerem a sua visão do país e do mundo. Para além desses atributos, a telegenia, no caso da televisão, e a capacidade de criar empatia e polémica são também qualidades requeridas.

Aos políticos-comentadores exigem-se igualmente alguns desses atributos. Porém,



Estrela Serrano

*Uma coluna de opinião
de um colaborador
que é simultaneamente
candidato a um lugar
político constitui
um lugar privilegiado
para a expressão
das suas ideias
políticas. Isso é ainda
mais verdade em
período eleitoral*

olhando o quadro actual de comentadores desta área, identificam-se ainda outros, porventura mais decisivos na sua escolha por parte dos órgãos de comunicação social, como sejam, deter uma posição relevante na hierarquia do partido, desfrutar de notoriedade, ter capacidade de crítica e de demarcação face à força política a que pertence, ter poder e influência. Há depois a considerar, por parte dos órgãos de comunicação social, o equilíbrio na representação dos partidos, critério aliás não assumido abertamente, já que é raro a identificação dos políticos-comentadores assinalar a respectiva pertença partidária.

Num ambiente mediático muito competitivo, em que não será exagerado falar de uma "indústria do comentário", a avaliação dos comentadores e colunistas segue critérios de marcado: o "preço" de um comentador e a longevidade da sua coluna dependem da frequência com que é citado, do interesse que desperta, das polémicas que abre e das audiências e das tiragens dos *media* em que colabora. Os comentadores de maior "valor facial" são disputados por vários *media*, enquanto aqueles que não despertam o interesse de leitores e telespectadores "desaparecem" ao fim de algum tempo. Uma fatia minoritária deixa o "ofício" por vontade própria.

A competição não se verifica apenas entre os *media*. Existe também entre os próprios comentadores. Uma pesquisa aos arquivos dos jornais permite verificar a representação que cada uma das "categorias" possui da outra: os comentadores-políticos tendem a desvalorizar os comentadores-académicos, que acusam de emitirem opiniões políticas "disfarçadas de ciência" e estes avaliavam os comentadores-políticos como não isentos.

Comparando a situação portuguesa com a das democracias ditas ocidentais, verifica-se que nestas a situação é mais clara: o comentário político está, em geral, a cargo de jornalistas com responsabilidades editoriais

e de jornalistas seniores. São profissionais, muitos dos quais em fim de carreira. Distinguem-se das outras "categorias" de colunistas e comentadores pelo "lugar" donde falam, que é o "lugar" do jornalismo. Não é esse, porém, o "lugar" donde falam um político ou um académico. No caso do político, o "lugar" donde fala, independentemente da sua qualidade e saber, é o da "ação prática". O seu discurso não visa a objectividade da análise nem o aprofundamento do pensamento, antes constituindo um instrumento de luta política, como disse Max Weber.

É por isso que não tem sentido a ideia, defendida por alguns, de que deter um espaço de opinião de um político colaborador de um jornal, rádio ou televisão é um "emprego" com características de trabalho precário, uma forma de "ganha-pão", e que a sua suspensão temporária equivale a um "despedimento", constituindo um atentado ao "direito ao trabalho". É uma visão que encara o comentário político como uma "profissão". Direi que essa ideia representa, ela sim, e não a directiva da ERC, um constrangimento à liberdade editorial de directores e editores.

Naturalmente, que a diversidade de protagonistas e de perfis nos espaços de opinião e comentário constitui um apanágio das democracias pluralistas. Mas é da natureza das coisas que uma coluna de opinião de um colaborador que é simultaneamente candidato a um lugar político constitui um lugar privilegiado para a expressão das suas ideias políticas. Isso é ainda mais verdade em período eleitoral. Iludir essa circunstância significa ignorar os diferentes "papéis" historicamente desempenhados pelo jornalismo e pela política.

Como se vê, a liberdade editorial e os critérios jornalísticos podem tornar-se, em tempo eleitoral, um estimulante tema de reflexão. *Vogal do Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social*

Público, 20 de Agosto de 2009